

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Pedro Toscan Pittelkow Contassot

**A REFUNCIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA CIDADE CRIATIVA:
REFLEXÕES A PARTIR DO 4º DISTRITO EM PORTO ALEGRE – RS**

Orientadora:

Prof^ª. Dr^ª. Tânia Marques Strohaecker

Porto Alegre

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Pedro Toscan Pittelkow Contassot

**A REFUNCIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA CIDADE CRIATIVA:
REFLEXÕES A PARTIR DO 4º DISTRITO EM PORTO ALEGRE – RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientadora:

Prof^ª. Dr^ª. Tânia Marques Strohaecker

Porto Alegre

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Pedro Toscan Pittelkow, Contassot

A refuncionalização do espaço urbano na cidade criativa: reflexões a partir do 4º Distrito em Porto Alegre - RS / Contassot Pedro Toscan Pittelkow. -- 2017.

143 f.

Orientadora: Tânia Marques Strohaecker.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Refuncionalização. 2. Cidade criativa. 3. Planejamento estratégico. 4. 4º Distrito. I. Strohaecker, Tânia Marques, orient. II. Título.

Para Sandra, Paulo e Camila,
meu lugar no mundo.

AGRADECIMENTOS

No âmbito da Universidade, agradeço a todas as pessoas que fazem da UFRGS um espaço de aprendizado, de troca, de acolhimento e de crescimento pessoal e profissional. Entre elas:

Prof^a. Dr^a. Tânia Marques Strohaecker, sempre comprometida em examinar o espaço urbano sob novas lentes, e a compartilhá-las com seus alunos e orientandos, investida de ética, responsabilidade e dedicação;

Demais professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Geografia, que contribuíram para a realização deste trabalho;

Servidores do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do restante da Universidade, que possibilitam que todas as atividades acadêmicas se desenvolvam plenamente;

Colegas da Geografia como um todo, que enriquecem com pensamento crítico e acalentam com empatia;

No âmbito institucional, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo privilégio de ver garantido o acesso à etapa de pós-graduação;

No âmbito pessoal, agradeço à minha mãe, por tudo e mais um pouco;

Ao meu pai, pelas conversas que são só nossas;

À minha irmã, por ser irmã de verdade e, como todos os irmãos, cuidar e entender;

Ao Arthur, por me ajudar, me ajudar de novo, me ajudar mais um pouco; por me dar força, por me incentivar, por ser paciente, por estar presente;

Aos meus amigos preciosos, pelo carinho que atravessa o tempo.

A cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras.

Italo Calvino

RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a refuncionalização do espaço urbano através dos princípios que compõem a cidade criativa, tomando como ponto de partida o 4º Distrito de Porto Alegre – RS. O surgimento de grupos ligados à economia criativa, à economia do conhecimento e à economia da experiência promove uma transformação das funções urbanas, dialogando com a preservação das formas urbanas e do patrimônio histórico cultural. O 4º Distrito, região subutilizada na zona periférica do centro da cidade desde o processo de desconcentração industrial, é escolhido por esses profissionais em função dos baixos valores de troca do solo. A área ressurgiu como espaço central nas discussões sobre planejamento urbano a partir da possibilidade de retomada do seu crescimento econômico. Nesse âmbito, a pesquisa tem como objetivo compreender a ocorrência do processo de substituição de funções ligadas à indústria pela economia criativa, identificar qual a percepção dos grupos locais acerca da região e analisar como opera o planejamento estratégico nesse contexto. Através de estudos relacionados à refuncionalização de áreas degradadas após a transição para a economia pós-fordista, e de entrevistas com empreendedores da economia criativa e moradores do 4º Distrito, se buscou compreender o caso da região como um fragmento de uma ordem mais ampla de revalorização do solo urbano nas áreas centrais. Com a ampliação de setores da economia ligados à informação e à cultura, considerados produtos centrais na primeira fase do Século XXI, promove-se a valorização de um fragmento histórico esquecido da cidade de Porto Alegre. A pesquisa aponta o pioneirismo da cidade criativa em um momento inicial do processo de refuncionalização da região. Posteriormente a essa dinâmica, o planejamento estratégico e as parcerias público-privadas se apresentam como caminhos para a revalorização do solo urbano.

Palavras-chave: Refuncionalização; Cidade criativa; Planejamento estratégico; 4º Distrito.

ABSTRACT

This research's object of study is the re-functionalization of the urban space through the principles that make up the creative city, taking as a starting point the 4th District of Porto Alegre - RS. The emergence of groups linked to creative economy, knowledge economy and experience economy promotes a transformation of the urban functions, dialoguing with the preservation of urban forms and cultural-historical heritage. The 4th District, underutilized region in the peripheral zone of the city center since the process of industrial deconcentration, is chosen by these professionals due to the low soil exchange values. The area reappears as a central space in the discussions about urban planning based on the possibility of resuming its economic growth. In this scope, the research aims to understand the occurrence of the process of substitution of functions linked to the industry by creative economy, to identify the perception of local groups about the region and to analyze how the strategic planning operates in this context. Through studies related to the re-functionalization of degraded areas after the transition to post-Fordist economy, and through interviews with entrepreneurs of the creative economy and residents of the 4th District, an attempt was made to understand this case as a fragment of a broader revaluation order of urban land in central areas. With the expansion of sectors of the economy linked to information and culture, considered to be central products in the first phase of the XXI Century, it is promoted the valuation of a forgotten historical fragment of the city of Porto Alegre. The research points to the pioneering of the creative city in an initial moment of the process of re-functionalization of the region. Subsequent to this dynamic, strategic planning and public-private partnerships are presented as ways to revalue urban land.

Key-words: Re-functionalization; Creative city; Strategic Planning; 4th District.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Lista de Figuras

Figura 1 – Localização do 4º Distrito no município de Porto Alegre	16
Figura 2 – Principais referências do 4º Distrito no.....	17
Figura 3 – Abrangência dos setores criativos.....	41
Figura 4 – Usos industrial e residencial coexistindo na Rua Aratuba, bairro Navegantes	64
Figura 5 – Usos comercial e residencial coexistindo na Rua São Carlos, bairro Floresta	65
Figura 6 – Relato de alagamentos no 4º Distrito	66
Figura 7 – Mapa colaborativo das áreas de alagamento no 4º Distrito	66
Figura 8 – Conjunto de casas tombadas na Rua Pelotas	69
Figura 9 – Perda de conexão com a orla na Rua Voluntários da Pátria	70
Figura 10 – Pátio interno do conjunto de edifícios Vila Flores.....	71
Figura 11 – Arraial Vila Flores	72
Figura 12 – Localização dos empreendimentos participantes do Distrito Criativo de Porto Alegre	73
Figura 13 – Edifícios desocupados no 4º Distrito	74
Figura 14 – Comércio de metais na Rua Voluntários da Pátria.....	76
Figura 15 – Carrinheiros e patrimônio histórico; dimensões em conflito	77
Figura 16 – Eixos da economia criativa brasileira	85
Figura 17 – Vista do espaço construído para o Fórum de las Culturas.....	89
Figura 18 – Localização do 22@ com referência ao Fórum de las Culturas	94
Figura 19 – Setor experimental, com expectativa de aumentar seis vezes a densidade habitacional.....	96
Figura 20 – Quadras rápidas e transferência de potencial construtivo.....	97
Figura 21 – Outdoor na Avenida Sertório do empreendimento VidaViva Horizonte, bairro Navegantes.....	98
Figura 22 – Preservação de fachadas e chaminé no empreendimento Rossi Fiateci, bairro São Geraldo.....	98
Figura 23 – Propaganda do empreendimento Rossi Fiateci, bairro São Geraldo	99

Figura 24 – Loteamento Santa Terezinha	120
Figura 25 – Unidade ambiental de moradia	123
Figura 26 – Modelos de circulação em quadras longas e curtas.....	125

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Relação de entrevistados que mora no 4º Distrito	104
Gráfico 2 – Características do 4º Distrito apresentadas pelos entrevistados .	105
Gráfico 3 – Vantagens do 4º Distrito apresentadas pelos entrevistados	106
Gráfico 4 – Desvantagens do 4º Distrito apresentadas pelos entrevistados ..	107
Gráfico 5 – Percepção de mudança do perfil do 4º Distrito pelos entrevistados	108
Gráfico 6 – Percepção dos entrevistados sobre a atuação do poder público.	109
Gráfico 7 – Relação de moradores entrevistados nascidos no 4º Distrito	112
Gráfico 8 – Principais características do 4º Distrito citadas pelos entrevistados	113
Gráfico 9 – Vantagens do 4º Distrito apontadas pelos entrevistados	114
Gráfico 10 – Desvantagens do 4º Distrito apontadas pelos entrevistados	115
Gráfico 11 – Percepção da mudança do perfil do 4º Distrito pelos entrevistados	116
Gráfico 12 – Percepção dos entrevistados sobre a atuação do poder público	117
Gráfico 13 – Conhecimento dos empreendimentos de economia criativa pelos entrevistados	118

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Expectativa de anos de estudo: Brasil, Rio Grande do Sul, Porto Alegre e Regiões do Orçamento Participativo 2000-2010.....	81
Tabela 2 – Renda média per-capita: Brasil, Rio Grande do Sul, Porto Alegre e Regiões do Orçamento Participativo 2000-2010.....	82
Tabela 3 – <i>Coefficiente</i> de Gini: Brasil, Rio Grande do Sul, Porto Alegre e Regiões do Orçamento Participativo 2000-2010.....	83
Tabela 4 – Ranking de cidades por potencial criativo	86

Lista de Quadros

Quadro 1 – Síntese dos procedimentos metodológicos	60
Quadro 2 – Questionamentos elaborados para empreendedores e artistas	61
Quadro 3 – Questionamentos elaborados para moradores	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CGP – Conselho Gestor do Programa de Parcerias do Município de Porto Alegre

CMRE – Conselho de Municípios e Regiões da Europa

FMCU – Federação Mundial de Cidades Unidas

INOVAPOA – Gabinete de Inovação e Tecnologia

IULA – União Internacional de Autoridades Locais

ONU – Organização das Nações Unidas

OUC – Operação Urbana Consorciada

PDDUA – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental

PIEC – Programa Integrado Entrada da Cidade

PMPA – Prefeitura Municipal de Porto Alegre

PPP – Parceria Público-Privada

PROPAR/POA – Programa Municipal de Parcerias de Porto Alegre

SMC – Secretaria Municipal de Cultura

SMPEO – Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico e Orçamento

SMURB – Secretaria Municipal de Urbanismo

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

SUMÁRIO

1. SITUANDO O 4º DISTRITO E SEU PAPEL NA CIDADE DE PORTO ALEGRE	14
1.1. Delimitação da área e do objeto de estudo.....	15
1.2. Questões centrais	19
1.3. Objetivo geral	20
1.4. Objetivos específicos	20
1.5. Justificativa	21
2. FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	25
2.1. A contribuição teórica no processo de revalorização do espaço. 25	
2.1.1. Reestruturação urbana	26
2.1.2. Lugar e território	29
2.1.3. Cidade criativa	35
2.1.4. Gentrificação e segregação socioespacial	44
2.2. Método	51
2.2.1. Procedimentos metodológicos.....	57
2.2.2. Roteiro de entrevista focalizada.....	60
3. O PROCESSO DE REFUNCIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO NO 4º DISTRITO.....	62
3.1. Resgate histórico	62
3.2. Caracterização da região.....	68
3.3. A nova gestão urbana.....	78
3.4. Aproximação do Modelo Barcelona	87
3.5. O planejamento estratégico e a figura do <i>Masterplan</i>	95
4. OS AGENTES EM FOCO.....	102
4.1. Empreendedores da economia criativa.....	102
4.2. Moradores.....	112
4.3. Alinhavando narrativas.....	119
4.4. Caminhos possíveis.....	122
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
6. REFERÊNCIAS	134

1. SITUANDO O 4º DISTRITO E SEU PAPEL NA CIDADE DE PORTO ALEGRE

A dissertação apresentada busca versar sobre a refuncionalização do espaço urbano no 4º Distrito da cidade de Porto Alegre, bem como as estratégias utilizadas por grupos locais para divulgar, transformar e trazer novas funções para a área. Os distritos, unidades de planejamento que remontam à primeira metade do século XX, foram substituídos, em 1959, pelos bairros. Graças às suas características emblemáticas, essa é a única área em que a denominação distrital persiste no linguajar cotidiano dos habitantes, sendo inclusive incorporada em discursos que visam apregoar seus atrativos locais no momento atual.

Dentro do escopo das transformações urbanas, podemos elencar dois tipos: a expansão urbana absoluta, que cria novas frentes de ocupação nos extremos da mancha urbana, e a revalorização de espaços já consolidados na cidade. Nesse segundo cenário, grupos de investidores, incorporadoras, construtoras, o Estado e a sociedade civil organizada, através de associações de moradores e de empresas, direcionaram sua atenção e seu interesse para uma das áreas da zona periférica do centro – entorno imediato do núcleo central da cidade. O 4º Distrito encontra-se alijado das dinâmicas urbanas, apresentando muitos espaços ociosos, baixa densidade habitacional, notáveis problemas de segurança pública e estagnação econômica.

Com as primeiras propostas de revitalização datando do início da década de 1990, a área foi palco de diversas iniciativas do Estado e de grupos de empresas que buscaram, sem grande sucesso, recuperar o dinamismo econômico da primeira metade do século XX. A segunda década do século XXI nos mostra uma realidade nova e que motiva a investigação: grupos da sociedade civil encabeçam um movimento auto-organizado que traz novo fôlego ao 4º Distrito de Porto Alegre, investindo na cultura e na tecnologia como elementos transformadores que podem intervir nos conflitos e problemas que os agentes hegemônicos falharam em solucionar.

Ancorados em palavras-chave como resiliência, inovação, cidade criativa, economia de aglomeração e ambiente colaborativo, esses novos agentes rapidamente estão se apropriando do espaço e dão a tônica à discussão que norteará esta dissertação.

1.1. Delimitação da área e do objeto de estudo

Sobre o recorte espacial, merecem ser feitas algumas considerações que ajudem a compreender a localização do fenômeno da cidade criativa. Diferentemente de um plano institucionalizado, como é o Grupo de Trabalho do 4º Distrito¹, a proposta aqui não consiste na delimitação de um perímetro rígido e estanque, pois o processo de instalação de novos empreendimentos de economia criativa está em andamento, e apresenta fronteiras móveis e em franca expansão.

Como um todo, o 4º Distrito está localizado na zona norte da cidade de Porto Alegre, abrangendo os bairros Floresta, São Geraldo, Navegantes, Farrapos e Humaitá. Seu perímetro pode ser descrito da seguinte forma: BR-290 (*free way*), a norte, até o entroncamento com a Avenida dos Estados; seguindo por esta até encontrar a Avenida Ceará; Avenida Benjamin Constant; Avenida Cristóvão Colombo; Avenida Alberto Bins; esta até a Estação Rodoviária de Porto Alegre e em direção à Avenida da Legalidade e da Democracia, até que essa se encontre novamente com a BR-290, conforme ilustra a Figura 1.

Contudo, o perfil dos bairros que compõem o 4º Distrito é bastante heterogêneo. O bairro Humaitá, no extremo norte, é caracterizado por um perfil socioeconômico onde predominam as classes média e média-baixa; o bairro Farrapos, também no norte, possui uma série de reassentamentos promovidos pelo poder público, como a Vila Tecnológica, onde predominam valores de troca do solo mais baixos; os bairros Navegantes e São Geraldo, na porção central, misturam algum uso industrial com comércio e pequenos edifícios de

¹ Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=150

até quatro pavimentos e o bairro Floresta mistura comércio e residências, onde o preço dos imóveis atinge valores superiores aos dos demais bairros.

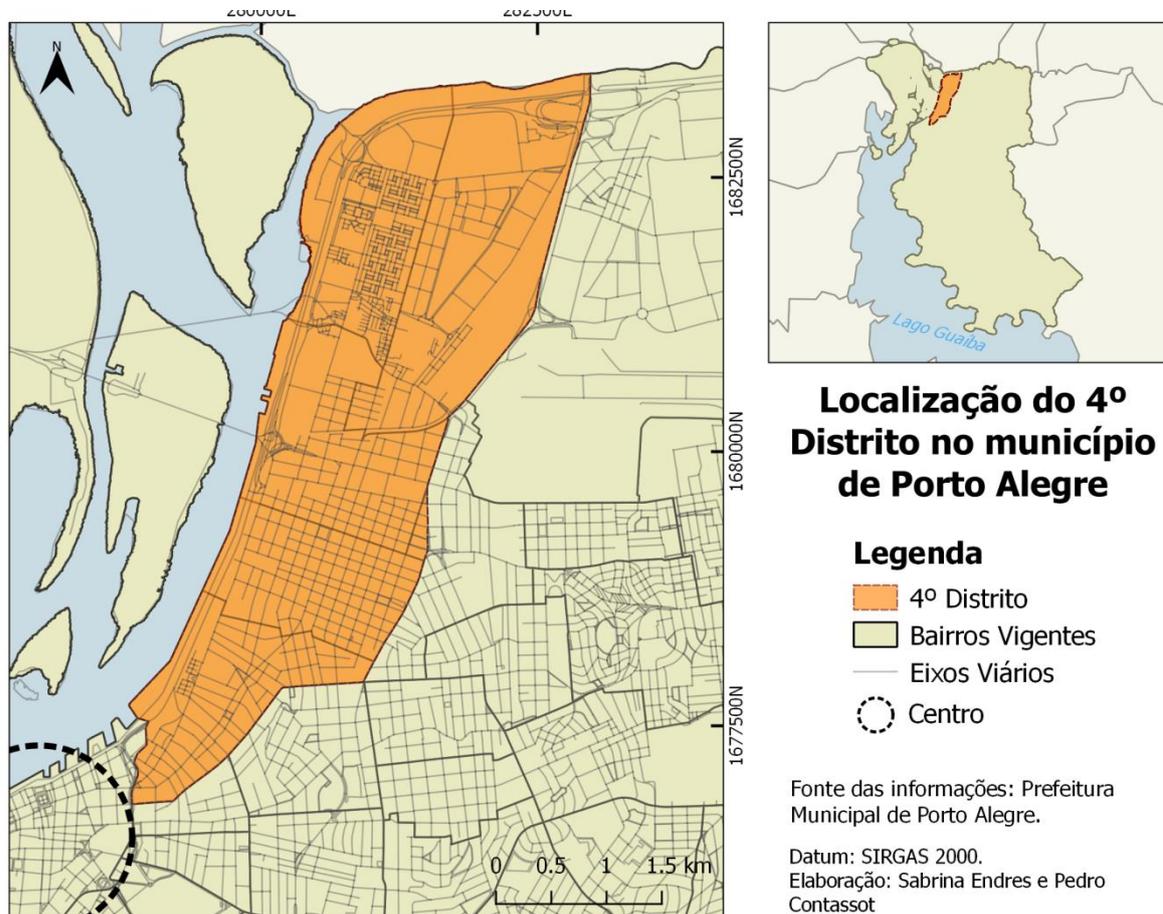


Figura 1 – Localização do 4º Distrito no município de Porto Alegre

Fonte: Sabrina Endres e Pedro Contassot.

Essa é uma localização estratégica dentro do município, pois liga o centro da cidade aos demais municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre, como Guaíba, Eldorado do Sul, Canoas, Cachoeirinha, São Leopoldo e Novo Hamburgo. Três rodovias federais apresentam conexões com a região (BR-101, BR-116 e BR-448): próximos ao 4º Distrito também estão as conexões remotas da cidade, como o Aeroporto Internacional Salgado Filho, próximo ao bairro Humaitá, e a Estação Rodoviária de Porto Alegre próxima ao extremo sul do perímetro. A Travessia Régis Bittencourt, conhecida como Ponte do Guaíba, também se encontra conectada ao 4º Distrito, tornando-o um local de fluxos e conexões de importância que vão desde a escala metropolitana até a escala global, conforme mostra a Figura 2.



Figura 2 – Principais referências do 4º Distrito de Porto Alegre

Fonte: Sabrina Endres e Pedro Contassot. Adaptado de PMPA/SPM. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=150> Acesso em: 24 de Outubro de 2015.

A delimitação, de acordo com o material disponível na apresentação dos projetos de revitalização efetuados pela Prefeitura de Porto Alegre em 2009², não compreendia a totalidade dos bairros Floresta, São Geraldo e Navegantes, o que mostra a diversidade de recortes espaciais possíveis ao tratar da região. A Área 1, ao sul, em amarelo, é chamada de Perímetro Preferencial, onde os principais objetivos são a revitalização urbana e a reconversão econômica. A área 2, no centro, em lilás, é o Perímetro de Transição, onde se pretende qualificar o espaço público e resgatar a conexão entre a orla e a área do entorno da Igreja Nossa Senhora dos Navegantes. A área 3, ao norte, em laranja, é o Perímetro do PIEC (Programa Integrado Entrada da Cidade)/Arena

² Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=150

do Grêmio, onde o foco é o acesso à cidade e à habitação, o desenvolvimento socioeconômico e a integração metropolitana.

Contudo, a reestruturação urbana a partir de uma proposta de cidade criativa, que se coloca aqui para análise, possui sua área de abrangência nas imediações do bairro Floresta, com algumas atividades também no bairro Independência, que se localiza a leste do bairro Floresta, e em vias de expansão para o bairro São Geraldo, a norte. Embora as atividades voltadas à área da economia criativa estejam vinculadas diretamente ao 4º Distrito como um todo, apenas cerca de um décimo de sua área (cerca de 100 ha em uma extensão de 3 km) abriga volume expressivo de atividades e usos relacionados a essa temática.

Criado em 2013 pela UrbsNova Porto Alegre – Barcelona, o Distrito C (ou Distrito Criativo) é uma agência de design social que busca propor formas de organização e colaboração de diversos profissionais voltados à economia criativa, à economia do conhecimento e à economia da experiência, onde podemos enquadrar estúdios de artistas plásticos, escritórios de design e arquitetura, galerias de arte, editoras, agências de conteúdo, escolas, espaços ligados à gastronomia e uma série de outras atividades e áreas de atuação. A articulação entre esses agentes propõe uma atmosfera favorável à criação e experimentação, com mais de 80 integrantes, entre os quais figuram artistas e empreendedores³.

O objetivo do Distrito Criativo é promover uma articulação entre esses artistas e empreendedores, atuando em forma de *cluster*⁴ em uma área degradada da cidade de Porto Alegre, que já se encontra dotada da infraestrutura básica necessária, porém pouco ocupada e subutilizada. Delimitar com precisão a abrangência da localização dos empreendimentos de economia criativa dentro do 4º Distrito não significa tomá-lo em sua totalidade. Projetos específicos são designados para cada sub-região, de acordo com as necessidades e características existentes. O bairro Floresta e adjacências

³ Disponível em: <https://distritocriativo.wordpress.com/>

⁴ Concentração geográfica de atividades de um determinado setor, a fim de promover a cooperação entre as partes.

despontam como grandes expoentes da cultura, elemento que caminha paralelamente à economia criativa. De acordo com o Diário Oficial de Porto Alegre, em 15 de abril de 2008, mais de 380 endereços no bairro Floresta constam nos bens imóveis do Inventário do Patrimônio Cultural⁵, realizado em 2008. Esse é um dos atrativos para a revitalização da região: valer-se de sua identidade histórico-cultural para promover uma renovação.

As diferentes concepções acerca do 4º Distrito tornam-se difusas ao centrá-lo no tema "cidade criativa", uma vez que o surgimento de empreendimentos ligados à temática não necessariamente obedece às circunscrições dos bairros, desenvolvendo-se pela malha urbana de forma mais orgânica.

1.2. Questões centrais

A partir dessas considerações sobre a circunscrição do recorte espacial, é necessário formular a questão que alicerçará a proposta de dissertação. Otilia Arantes faz uma provocação pertinente: "No centro, para variar, a cultura, cujo consumo, na forma de refinamento artístico ostensivo, é a melhor garantia de que o clima para os negócios é saudável" (ARANTES, 2000, p. 29).

Deparamo-nos com os seguintes questionamentos: se estamos diante de uma nova fase da gestão urbana, notadamente empresarialista, qual a importância da cultura na refuncionalização de um espaço da cidade? Qual o papel do Estado, dos grupos de empreendedores, dos artistas e dos moradores do 4º Distrito na sua renovação?

Ainda, dentro da execução da pesquisa, questiona-se: se estamos diante de dois polos antagônicos – de um lado, os meios de comunicação de massa apresentando a revitalização como aspecto exclusivamente positivo, indutor de desenvolvimento, dinamismo e melhora para todos, e, de outro, o meio científico caracterizando o processo como perversidade e alienação do

⁵ Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/dopa/usu_doc/15abril08.pdf> Acesso em: 12 de Fevereiro de 2017.

espaço por uma minoria (segregação socioespacial e gentrificação), como superá-los a fim de produzir algo que fuja às predeterminações acerca das representações socioespaciais?

Os questionamentos aqui propostos buscam aprofundar reflexões e investigar caminhos que permitam contribuir para a latente discussão em que se encontra o 4º Distrito de Porto Alegre. Não se trata somente de comprovar uma hipótese de gentrificação – apesar de esse ser um conceito discutido no referencial teórico da pesquisa, optou-se por não encaminhar essa hipótese como central à investigação para não ofuscar outras possibilidades. Objetiva-se tensionar o arcabouço teórico com a prática, pois as especificidades do referido recorte trazem elementos que fogem à compreensão inicial e devem ser submetidos à análise.

1.3. Objetivo geral

Através da formulação de questionamentos que funcionam como motes para a pesquisa, traçou-se o seguinte objetivo geral: analisar a refuncionalização do espaço urbano no 4º Distrito de Porto Alegre, examinando qual o papel dos principais agentes envolvidos no processo, dando enfoque às questões de consumo cultural e modelo de cidade criativa. Desse objetivo principal, derivam os objetivos específicos que irão ao encontro desta investigação:

1.4. Objetivos específicos

- I) Descrever e caracterizar a área a partir de sua formação socioespacial, da década de 1970 até o presente;
- II) Examinar o papel das propostas de revitalização atuais e seus desdobramentos;
- III) Investigar as estratégias de reprodução dos agentes de economia criativa na região;

IV) Compreender a percepção de moradores sobre a transformação do recorte espacial;

V) Discutir possibilidades e alternativas para o desenvolvimento da área de estudo.

1.5. Justificativa

Souza e Müller nos convidam à pesquisa das dinâmicas intraurbanas, sob o argumento de que “conhecer, perceber e sentir a história da cidade é fazer-se cidadão, é desenvolver o sentimento de identidade com o meio fazendo parte do mesmo” (SOUZA, MÜLLER, 1997, p. 26).

O novo papel de centralidade urbana que o 4º Distrito assume dentro da dinâmica metropolitana legitima a necessidade de discutir estratégias para o seu desenvolvimento e gestão. Entre algumas das suas vantagens locacionais, podemos citar o sítio plano, o traçado xadrez contínuo e as largas vias de circulação. Trata-se de uma área de localização estratégica com grande potencial, possibilitando a assimilação de vantagens à implementação de melhorias de acessibilidade, o que vem se confirmando com a duplicação de vias como as avenidas Voluntários da Pátria e A.J. Renner.

Nesse contexto, urge que compreendamos as mudanças em curso nessa área da cidade, uma vez que a sociedade civil, o empresariado local e o meio acadêmico já estão discutindo caminhos e soluções para a área. De acordo com o que se verifica na apresentação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) de Porto Alegre, feita pelo Secretário do Planejamento Municipal: “A característica de crescimento e contínua transformação da cidade requer a revisão periódica das diretrizes que norteiam sua organização” (PDDUA, 2010, p. 5).

A área em questão é a campeã em destinação de recursos e verbas públicas, tendo recebido R\$ 40 milhões no período de 2006 a 2011 (REVISTA PENSEIMÓVEIS, 2011). Isso indica que a área deverá ser um dos principais vetores de crescimento da cidade, processo que traz consigo uma série de

reurbanizações e modificações de perfil socioeconômico dos bairros envolvidos. A administração pública, nas mais diversas cidades do mundo, tem adotado o empreendedorismo urbano com o objetivo de inserir as cidades em um mercado global cada vez mais competitivo, voltado à atração de investimentos estrangeiros e megaeventos. Emerge, assim, a “cidade-mercadoria”, ou seja, a cidade vendida como produto no mercado mundial, no qual “o espaço abstrato – o espaço do valor de troca – se impõe sobre o espaço concreto da vida cotidiana – o espaço do valor de uso” (SÁNCHEZ, 2010, p. 44).

Essa modificação do perfil da região tem como consequência direta o aquecimento do mercado imobiliário e do setor de serviços, para que os investimentos em infraestrutura e em habitação promovidos pelo poder público proporcionem a valorização e qualificação da área. Esse processo pode culminar no afastamento dos antigos moradores, que se veem obrigados (tanto pela remoção forçada quanto pelo abandono) a buscar um novo local onde possam exercer suas atividades a um custo de vida compatível com suas rendas. Essas áreas se encontram, via de regra, afastadas dos serviços essenciais e apresentam carência de acessibilidade; é a periferização da classe trabalhadora em curso simultâneo com a dita renovação urbana nas áreas de interesse de setores específicos do capital, como, por exemplo, dos promotores imobiliários. Esses, por sua vez, pressionam o Estado para que sejam realizadas melhorias de infraestrutura, como pavimentação, iluminação pública e intensificação da segurança, que representam as bases da renovação urbana. Apesar de representarem investimentos de baixa rentabilidade imediata, essas qualificações constituem condições essenciais para a revalorização urbana. Corrêa diz:

Através de política conjugada de renovação urbana – abertura de modernas vias de tráfego – o Estado capitalista viabiliza simultaneamente vários interesses. De um lado, via expulsão dos pobres residentes em cortiços junto ao centro da cidade, redireciona a segregação residencial e viabiliza o capital imobiliário que tem oportunidade de realizar bons negócios em áreas onde o preço da terra é, pela proximidade com o centro, bastante elevado: é a renovação urbana (CORREA, 1989, p. 28).

Um dos instrumentos que viabiliza uma intersecção entre os interesses públicos e os privados no momento atual é o planejamento estratégico. Algumas análises, que serão trazidas para reflexão posteriormente, criticam o planejamento estratégico por seu caráter pontual, que não é eficaz na solução de problemas. Isso acontece porque o espaço atende às demandas específicas dos agentes hegemônicos em determinado momento histórico, desarticulado enquanto parte de um contexto de cidade mais amplo. Durante a segunda metade do século XX, principalmente na década de 1960, a região era conhecida como Bairro-Cidade, pois dispunha, então, de todos os elementos necessários ao seu funcionamento.

Com a crescente influência dos novos agentes da economia criativa no espaço, coloca-se em xeque o instrumento do planejamento, que passa a coexistir com uma forma de organização pautada pela agregação de empreendedores e artistas em um ambiente de colaboração. Esse espaço possui uma característica endógena, porque são os agentes locais (ainda que vinculados ao circuito cultural global) que o coordenam, gerando um novo arranjo territorial. A emergência de novos projetos para o 4º Distrito que fuja do já conhecido esquema pautado por parcerias público-privadas merece atenção e investigação.

A centralidade da cultura nesses projetos segue uma agenda globalmente difundida, uma vez que as administrações de casos de sucesso ao redor do mundo já se apropriaram do *know-how* em como instrumentalizar essas manifestações e convertê-las em valorização do espaço. No capitalismo pós-industrial, a profusão de produtos personalizados, que refletem os gostos do consumidor, é cada vez maior.

As trocas internacionais de bens culturais dobraram entre 1994 e 2002; entre 2000 e 2005, as trocas internacionais de bens e de serviços criativos aumentaram 8,7% ao ano, em média. Já representam 3,4% do comércio mundial total e seguem crescendo, apesar da crise mundial (LIPOVETSKY e SERROY, 2015). Logo, investir no consumo cultural para promover a

revalorização de uma área é uma realidade que se apresenta ao município de Porto Alegre.

A veiculação de discursos que evoquem o espírito cívico, o desenvolvimento, a melhoria para todos e a diversidade sociocultural (estratégias que receberam a denominação de "*image-making*") também é de interesse nesta pesquisa. Paralelamente, há um discurso naturalizador das práticas segregacionistas, pintado como um desdobramento intrínseco à modernização. Como é necessário que haja ampla aceitação pública acerca do projeto de revitalização urbana que se apresenta, veicula-se a ideia de que a exclusão de camadas sociais de menor poder aquisitivo é inevitável, e um preço pequeno a se pagar pela requalificação da área. Pois, se a gentrificação, tomada como parte do processo de elitização do espaço, é marcadamente homogeneizante, haveria uma disfunção entre o discurso e a prática – porque uma das prerrogativas do desenvolvimento urbano sustentável é a heterogeneidade dinâmica e harmoniosa.

Essas reflexões confluem para o aprofundamento da discussão sobre a refuncionalização do espaço urbano no 4º Distrito, onde se articulam diferentes agentes. Os desdobramentos posteriores ao seu esvaziamento não podem ser explicados por si só: eles são consequência de processos extrínsecos ao seu domínio, o que torna intrigante e complexo seu entendimento. Os capítulos a seguir apresentarão, respectivamente, os caminhos teórico-metodológicos tomados pela pesquisa, a compreensão do processo de refuncionalização do 4º Distrito organizada aos moldes da nova gestão urbana e a discussão das entrevistas realizadas com representantes da economia criativa e com moradores, elaborando reflexões acerca das possibilidades para o desenvolvimento da região.

2. FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Neste capítulo, será construída a fundamentação teórico-metodológica da dissertação, que consiste nos conceitos que balizam a investigação. Entre eles, podemos citar: reestruturação urbana, cidade criativa, território, lugar, gentrificação e segregação socioespacial. O diálogo entre diferentes visões de um mesmo conceito, bem como a articulação dos conceitos entre si, fornece a sustentação teórica para colocar a empiria sob um enfoque determinado. A escolha dos conceitos é fundamental para a produção de um argumento científico, como será visto adiante. Para isso, faz-se necessária a construção de uma metodologia que conecte a teoria com a prática, através de um método, ou seja, um caminho, que procura alinhar-se com os objetivos propostos. Dentro da caracterização metodológica, também estão descritos os procedimentos, ou passos, a serem seguidos para atingir os fins aos quais a pesquisa se propõe.

2.1. A contribuição teórica no processo de revalorização do espaço

Criar um marco referencial para a realização desse estudo constitui um esforço de reunir estudos anteriores, tanto nos aspectos mais gerais e globais dos processos em destaque (para fins comparativos), quanto nos aspectos específicos do recorte espacial determinado (para fins de análise). A escolha dos conceitos norteadores da pesquisa se encontra embasada em autores provenientes de várias áreas do conhecimento, como Geografia, História, Filosofia, Sociologia e Planejamento Urbano, contribuindo para o entendimento da reestruturação urbana contemporânea, processo no qual a refuncionalização do 4º Distrito se insere enquanto fragmento. Pretende-se, assim, elucidar os processos entendidos como fundamentais para a compreensão do processo de refuncionalização do espaço que se encaminha como objeto de análise.

A primeira distinção feita se refere ao conceito de agente, com ampla aplicação na literatura em ciências humanas. Embora usado indiscriminadamente, conforme Vasconcelos (2011), a utilização do conceito de

agente deve ser realizada de forma criteriosa, exigindo uma contextualização para seu melhor entendimento e compreendendo-o como mais adequado em determinados enfoques: "De qualquer maneira, agente não é uma noção *passé-partout*, tendo maior aplicação em certos domínios, como o estudo do mercado fundiário e imobiliário urbano, assim como o dos movimentos sociais urbanos, conforme a literatura examinada" (VASCONCELOS, 2011, p. 92).

Dentro desse prisma, entende-se os agentes como categorias polissêmicas, entre as quais o autor cita algumas dicotomias, como privados ou públicos, indivíduos ou grupos, formais ou informais, visíveis ou invisíveis, móveis ou imóveis, transformadores ou conservadores, estáveis ou efêmeros – o que não esgota, de todo, as possibilidades de atuação dos agentes sobre o espaço (VASCONCELOS, 2011). Além desses enfoques, compreende-se os agentes como partícipes da cidade em diferentes esferas, como a social, a cultural, a econômica e a política. A complexidade dos agentes, em suas diferentes formas de organização, é parte da motivação de pesquisa, na medida em que anima e dinamiza o espaço urbano.

As seguintes definições buscam situar os agentes em relação com o *locus* e o objeto de pesquisa, problematizando a refuncionalização e seus desdobramentos.

2.1.1. Reestruturação urbana

A reestruturação do espaço urbano é uma das temáticas mais amplamente estudadas em geografia urbana. Pressupor a reestruturação como conceito requer explicitar uma estrutura em movimento: a expansão da cidade, o processo de metropolização e a incorporação de novas áreas são alguns dos elementos constitutivos dessa transformação.

Os elementos constituintes da cidade também se rearticulam a partir dos agentes que a produzem. Através de normativas, planos e marcos regulatórios, o Estado lança mão de ferramentas para direcionar a reestruturação, lógica pela qual surgem propostas de revitalização ou reabilitação de determinadas

áreas. Assim, modificam-se as centralidades e os fluxos dentro do tecido urbano.

Paralela e conjuntamente ao Estado, o mercado imobiliário é outro importante agente na reestruturação urbana. De acordo com Abramo (2007), as instituições reguladoras desse mercado estão inseridas no ordenamento político-jurídico do Estado. Porém, o mercado imobiliário possui algumas características específicas que devem ser levadas em consideração nessa análise: a imobilidade do bem, o seu alto valor individual e o longo período de depreciação. Para o autor, uma das formas específicas encontradas na América Latina para garantir a rentabilidade do capital subordinado a essas restrições estruturais foi a sua segmentação. Através dessa divisão, os empreendimentos se tornam investimentos de menor risco (ABRAMO, 2007).

Podemos traçar um paralelo de concordância com Carlos (2013), trazendo a ideia de que, no mundo moderno, as novas estratégias para acumulação de capital se amparam nos seguintes fundamentos: propriedade privada e concentração da riqueza, subordinação capital/trabalho e relações diferenciadas de classe (CARLOS, 2013). A reestruturação urbana e o processo de metropolização se articulam, fazendo da metrópole, por excelência, o ponto de encontro entre a lógica global e a realidade cotidiana local. Cada cidade encontra, no presente, formas de reestruturar-se para atender aos interesses dos agentes hegemônicos, muitas vezes pautadas em um modelo de êxito globalmente difundido.

Marcelo Lopes de Souza (2013) trata da reprodução do capital imobiliário a partir do princípio de produção *do* espaço e não somente *no* espaço – o espaço não apenas como *lócus*, mas o próprio ambiente construído a serviço da acumulação capitalista. Ele afirma que o espaço está cada vez mais intimamente ligado ao capital financeiro, legitimando discursos de "revitalização" em todo o mundo. A crítica ao termo fica por conta do pressuposto de que áreas visadas para esses projetos não possuem vida, pessoas, trabalho e produção de cultura. A produção do espaço possui

acepção tão ampla que é possível lançar mão do conceito para tratar também da produção simbólica e de relações de poder (SOUZA, 2013).

A filósofa Otilia Arantes resgata Guy Debord, pensador francês, em sua prematura afirmativa, em 1967, de que a cultura adquiriria papel central na nova rodada do capitalismo (ARANTES, 2000). Já depois de confirmado esse protagonismo, Featherstone, sociólogo britânico, discute alguns elementos fundamentais na nova centralidade do aspecto cultural, dois dos quais serão elencados a seguir. O primeiro diz respeito à profusão da oferta de mercadorias, tanto na forma de bens quanto de locais de compra e consumo voltados à expressão e à realização individual. A necessidade de lazer e de satisfação pode ser utilizada, na propaganda, como forma de manipulação ideológica e de controle sedutor da população, direcionando-a ao consumo de determinados produtos culturais. O segundo, intimamente relacionado com o primeiro, trabalha com a ideia de que esses produtos culturais só produzem a satisfação individual a partir da sua exibição como forma de distinção e criação de vínculos dentro de determinados grupos (FEATHERSTONE, 1995). Ou seja, as novas mercadorias culturais, que possuem valor simbólico sobressalente ao valor utilitário, são incorporadas por segmentos da sociedade que comungam daqueles valores e aspirações, e que foram, em certa medida, sugeridos por estratégias de propaganda. O espaço urbano é o meio por onde esses códigos circulam e se efetivam, e a cultura é fator determinante na construção simbólica dos novos espaços de interesse para o capital.

Dentro da leitura de processos de reestruturação urbana que vem ocorrendo em diversas cidades do mundo, o consumo cultural do espaço é, a um só tempo, exclusivo e pasteurizado. Exclusivo na escala local, porque a "atmosfera" existente naquele fragmento requalificado da cidade é única, e pasteurizado na escala global, porque insere a cidade em um circuito privilegiado e competitivo de outras cidades-modelo correspondentes, tecnologicamente avançadas e culturalmente efervescentes. A refuncionalização parece ser a maneira encontrada para revalorizar o solo enquanto se mantém a forma urbana, que evoca elementos estéticos do patrimônio histórico.

A leitura de Featherstone (1995) também auxilia na compreensão de uma dimensão sociológica das novas formas de (re)produzir a cidade. O rompimento com a padronização produtiva, característica do fordismo por excelência, abriu espaço para que o capital cultural ganhasse força com a profusão de estilos de vida e de um sem-número de produtos que auxiliassem na construção da individualidade, da qual a classe média se mostrou ávida consumidora. O capital cultural, diferentemente do capital econômico, não pode ser imediatamente quantificado e convertido, pois seu valor é oculto e dissimulado (FEATHERSTONE, 1995). E, como ele possui valor simbólico, é bastante dinâmico e relativo.

A valorização de uma antiga área industrial abandonada não passa pela sua total descaracterização e arrasamento dos edifícios históricos, pelo contrário: compreende, antes, uma mudança mental na forma de conceber esses espaços, ou seja, ressignificando os elementos que remetiam à degradação e à insalubridade em elementos atraentes e vendáveis, conferindo-os nova legitimidade. E são as classes criativas que iniciam esse processo de revalorização semiótica. O mundo da fábrica, abandonado pelas classes médias, é agora local de resgate da memória e do patrimônio histórico.

2.1.2. Lugar e território

Optou-se por tratar as categorias "lugar" e "território" conjuntamente, por representarem esferas de uma mesma realidade. O lugar está relacionado com a expressão cultural, com as relações de pertencimento com o espaço e com as identidades, enquanto o território expressa as relações de poder, as instituições políticas e marcos regulatórios. Os dois podem ser unidos por uma dimensão de análise: o cotidiano. Nele, se manifesta a carga da cultura com a política, a materialidade e a imaterialidade – e aí reside a complexidade, no amálgama dessas duas dimensões. O lugar se constrói na dualidade das dimensões afetiva e utilitária, porque é tanto simbólico quanto funcional. O 4º Distrito será o *locus* dessa multiplicidade de determinações.

As reflexões acerca do espaço social e da cultura perpassam tanto a dimensão do tangível quanto do intangível, através de formas concretas, de símbolos, de signos (e suas interpretações), de intencionalidades e de (re)ações. A organização dos diversos agentes no espaço, seus fluxos e suas atividades cotidianas dizem muito a respeito das práticas que ali se localizam.

Marcelo Lopes de Souza auxilia na compreensão do entrecruzamento entre as categorias lugar e território a partir da ideia de que as dimensões presentes no entendimento de uma categoria não anulam outras:

Dizer que, em se tratando do conceito de lugar, não é mais a dimensão do poder que é aquela mais *imediatamente* perceptível, mas sim a dimensão cultural-simbólica, não significa, porém, de jeito nenhum, sugerir que a dimensão do poder (sob a forma de *heteronomia* ou de *autonomia*) não deva ser levada em conta. [...] Para exemplificar: uma *região* ou um *bairro* é, enquanto tal, um espaço definido, basicamente, por identidades e intersubjetividades compartilhadas [...]; ambos são, portanto, "lugares" [...]. Porém, é lógico que um bairro e, mais provavelmente ainda, uma região igualmente pode ser nítida ou intensamente um território (SOUZA, 2013, p. 116).

Para tratar da questão do lugar dentro da cidade, Lineu Castello classifica o conceito como um *espaço qualificado*, isto é, um espaço de representação, que engendra imagens e referências, que diz respeito às formas urbanas e à maneira que as pessoas interagem com essas formas. Isso pressupõe a existência de espaços públicos onde as pessoas possam se relacionar com a cidade, interagindo entre si e com o ambiente que as cerca (CASTELLO, 2004).

O autor cita o caso do *Shopping DC Navegantes*, localizado no 4º Distrito, para tratar de um conceito importante no tratamento de lugar: a clonagem contextualizada. Basicamente, consiste na reprodução ou recriação de um lugar urbano a partir de suas referências físicas para que seus vínculos sejam reforçados. O projeto do DC Navegantes contou com uma pesquisa que buscou manter a imagem que remetia à antiga região industrial, atribuindo-lhe uma nova função. A percepção dos marcos referenciais físicos e psicológicos permitiu que o tratamento dado à área consolidasse seu *status* de lugar urbano.

Portanto, sobre o cotidiano e as suas simbologias, afirmar-se que os vínculos com o espaço se dão não somente com o que é concreto, mas com as memórias e inclusive as ausências e o que já passou, dando lugar ao novo. Assim, o tempo também assume papel vital no desvendar do emaranhado de elementos que o espaço social suscita. A cultura e suas práticas só existem no decorrer de um tempo. Se a cidade é o *lócus* da superação e da modernidade, ela é constantemente apropriada por grupos hegemônicos em uma busca pelo “progresso” (DE CERTEAU, 1984).

Entretanto, Castello afirma que a concepção de lugar na cidade contemporânea está se modificando: cada vez mais está associada ao aspecto visual e contemplativo, voltado ao entretenimento e ao escapismo. Essas construções temáticas impressionantes evocam imagens de fantasia, simulacros que não possuem relação com a cidade onde estão inseridas. Isso afetou inclusive a forma de planejar a cidade, substituindo o planejamento integrado e a racionalidade modernista por intervenções pontuais, que produzem lugares capazes de marcar a cidade a partir de ícones de destaque (CASTELLO, 2004).

A formulação de lugar, na época da valorização do patrimônio histórico, nas palavras de Lipovetsky e Serroy (2015), "está imbuída dos princípios da hipermodernidade mercantil, estética e midiática. Com essas políticas de reconversão, o passado conservado muitas vezes aparece como uma concha [...] esvaziada do valor primordial das construções" (LIPOVETSKY e SERROY, 2015, p. 323). Nesse contexto, está implicada a elaboração de uma infraestrutura voltada ao turismo, onde se esfacelam as relações de vizinhança e de comunidade.

Para tratar de território, buscou-se superar o par antagônico materialista/idealista identificado por Haesbaert, concebido ora por sua dimensão concreta, ora por sua dimensão simbólica. A partir da visão de território como espaço de apropriação, pode-se revelar a relação entre os aspectos palpáveis com os aspectos de pertencimento, mediados por elementos identitários. Também se identificou como central a noção de que o

que impregna o território de sentido são as relações que nele se estabelecem, como visto em Santos, trazido por Haesbaert. O campo de forças e de relações que atua sobre o território é que produz sua dimensão mais tangível – relações estas que são influenciadas pelas formas e pela materialidade, mas não podem ser explicadas somente por ela, ao que incorreríamos em certo grau de determinismo (HAESBAERT, 2007).

A noção de Gottmann satisfaz em sua abrangência: “território é um conceito gerado por indivíduos organizando o espaço segundo seus próprios objetivos” (GOTTMANN, 2012). Além disso, o território pode funcionar tanto como um abrigo (esfera da segurança) quanto como uma plataforma de oportunidades. Pensemos no 4º Distrito como uma plataforma de oportunidades, graças aos seus condicionantes, como a topografia plana, a proximidade da orla lacustre e do centro, a acessibilidade aos terminais rodoviário e aeroviário e as conexões com importantes rodovias. Por outro lado, Joël Bonnemaïson aborda o território a partir de seu aspecto simbólico. Discutir território e territorialidade perpassa pela dimensão cultural. Para ele, esta dimensão produz o território: “é pela existência de uma cultura que se cria um território e é por ele que se fortalece e se exprime a relação simbólica existente entre a cultura e o espaço” (BONNEMAISON, 2002, p. 101).

Outro elemento importante na configuração territorial é o aspecto temporal. Saquet chama atenção para os diferentes tempos, que são desiguais, vividos em cada dialética espaço-tempo, mas também a partir de uma relação do particular com o universal, em diferentes velocidades, complexidades e intensidades (SAQUET, 2011). Portanto, a experiência temporal não é sentida por todos da mesma forma. Sua concretização no espaço se dá em lugares distintos, com ritmos mais lentos e ritmos mais rápidos. Essa abordagem parece concordar com a máxima de Santos: “o espaço é uma acumulação desigual de tempos” (SANTOS, 2006).

Paralelamente a essa perspectiva, Haesbaert desenvolve o conceito de território-rede. Nas sociedades de controle, ou sociedades pós-modernas, onde vigora o controle da mobilidade e da circulação, dos fluxos e das conexões, o

território passa a configurar um “território-rede” (HAESBAERT, 2004), que se torna peça fundamental no controle das informações, produtos e pessoas que transitam dentro dele. Previamente evidenciada pela proximidade de grandes vias de circulação e posicionamento estratégico, a acessibilidade é um dos elementos que corroboram para a iniciativa recente de “revitalização” do 4º Distrito de Porto Alegre. Inserido nesse recorte, o Distrito Criativo (bairro Floresta) se torna palco e protagonista de projetos de ocupação de espaços públicos, empreendimentos de economia criativa e inovação social.

Para aproximar essas duas categorias, lugar e território, ancora-se na visão de que a expressividade do território está justamente na fusão de duas dimensões: a das redes de poder que o organiza e a dos sistemas que cria seus significados. Deflagram-se, a partir disso, processos de territorialização fundamentados na experiência vivida, sem as quais o território não possuiria movimento, dinâmica e ação (SAHR, 2008). Essa proposição vai ao encontro do que diz o geógrafo Milton Santos:

A arena da oposição entre o mercado – que singulariza – e a sociedade civil – que generaliza – é o território, em suas diversas dimensões e escalas. Por enquanto, o lugar – não importa sua dimensão – é a sede dessa resistência da sociedade civil, mas nada impede que aprendamos as formas de estender essa resistência às escalas mais altas. Para isso, é indispensável insistir na necessidade de conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico desse seu aspecto fundamental que é o território (o território usado, o uso do território). Antes, é essencial rever a realidade de dentro, isto é, interrogar a sua própria constituição neste momento histórico (SANTOS, 1994, p. 19).

A aproximação dos conceitos revela-se, portanto, como um possível caminho para nortear a compreensão das dimensões que estão contidas no processo de refuncionalização urbana. Unir lugar e território constitui um esforço de análise que busca alinhar as diferentes dimensões do espaço para um entendimento mais amplo do processo, valendo-se da dimensão da cotidianidade, onde essas dimensões se entrecruzam, para investigar a dinâmica que opera sobre o 4º Distrito.

Dentro da discussão das relações de poder que constituem o território e das relações de pertencimento que constituem o lugar no espaço geográfico,

um importante e delicado tema é o dos espaços públicos. Angelo Serpa (2016) afirma que a cultura pode surgir tanto como um elemento de união quanto de segregação, e essas distâncias são mais sociais do que físicas. Ou seja, não se trata da proximidade geográfica aos equipamentos públicos como elemento garantidor ao seu acesso, mas sim do capital escolar, que garante uma apropriação (ou não) dos novos espaços, mostrando que segregação espacial e segregação social não são a mesma coisa (SERPA, 2016). A importância de se requalificar o espaço para que as classes populares possam acessá-lo precisa contemplar essa dimensão: além de geograficamente, esse espaço é socialmente acessível?

Para responder essa questão, é necessário que não se incorra na reificação da cultura, seja ela popular ou dominante. A desigualdade aparece, como fenômeno, quando tomamos a *identidade* como elemento fundante na construção das relações sociais no espaço público. Se, ao invés disso, pudermos planejá-lo embasados no princípio da *diferença*, abre-se a possibilidade de abraçar a multiplicidade de manifestações que o espaço público pode comportar (SERPA, 2016). Dessa forma, com acessibilidade social, o espaço público resgata os princípios de convivência, de diversidade e de tolerância – e até mesmo de segurança, na medida em que se mantiver ativo, vivo e ocupado.

Para unir o conceito de lugar à escala do bairro, o autor postula que, ao contrário da dimensão da rua, que faz parte da experiência íntima de cada um, o bairro é, antes de tudo, um conceito. Porque o bairro não pode ser vivido, em sua totalidade, através da experiência, portanto, só adquire visibilidade e torna-se um "lugar" com esforço da mente. Por fim, o último elemento que o autor elenca como fundante do espírito do bairro são as pessoas (SERPA, 2016). A vivência cotidiana é marcada pela presença dos vizinhos, do comércio local, dos espaços coletivos, onde se constroem relações com outras pessoas. Esse é um poderoso catalisador simbólico da segregação, porque os que resistem no bairro revalorizado se veem enfraquecidos pela falta das antigas figuras conhecidas, com quem mantinham laços comunitários.

A diversidade só pode ser considerada como promoção de desenvolvimento se, junto dela, se formarem laços de sociabilidade. Para que esses laços sejam criados, é preciso enfrentar o problema da desigualdade e da hierarquização de papéis sociais na requalificação urbana. Caso contrário, persiste o problema da insegurança urbana, do isolamento de classes e grupos, da falta de comprometimento cívico com a preservação do espaço – características próprias da segregação urbana.

Nesse contexto, surge a cidade criativa: uma nova alternativa para a criação de uma ambiência urbana que combina desenvolvimento tecnológico, cultura e empreendedorismo para dinamizar áreas das cidades tidas como contraproducentes ou estagnadas.

2.1.3. Cidade criativa

Se partirmos das reflexões de Edward Soja, podemos caracterizar a cidade pós-industrial como um *hub* de produção e circulação da informação. Esse novo setor da economia das metrópoles, ligado diretamente à informação, é resultado de uma desintegração vertical do processo produtivo e da reaglomeração espacial de empresas (os *clusters* ou distritos), muitas vezes localizados em antigas áreas industriais, oriundas do modelo fordista (SOJA, 2004). Uma das expressões desse fenômeno é a cidade criativa.

Discutir o conceito de cidade criativa exige um esforço que envolve outras variáveis dentro da complexidade que é o espaço urbano. De acordo com os elementos fornecidos por Carlos de Mattos (2006), podemos sinalizar esse elemento dentro de uma reestruturação produtiva, inserida em uma nova fase da modernização capitalista, cujo eixo principal é a informacionalização da economia mundial. Através de elementos como i) menor regulação do mercado por parte do Estado e ii) a adoção de um novo sistema de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), o referido autor projeta a cidade contemporânea para um cenário de dependência cada vez maior do capital e, em função disso, com maior dificuldade de implementação de políticas que

auxiliem aos menos favorecidos e com menor grau de inserção na economia da cidade.

Estas transformações ocorrem de forma desigual no tempo e no espaço, produzindo um verdadeiro palimpsesto com elementos remanescentes dos momentos anteriores. A partir destas considerações, algumas hipóteses serão tomadas para discussão: essa reestruturação produtiva levou as grandes cidades a se converterem em focos de atração de fluxos de empresas transnacionais, onde se destaca aqui a importância do "potencial inovador". Mattos (2006) compreende essa dimensão da inovação como pertencente aos fluxos da cidade invisível e imaterial (dada à subjetividade que a inovação competitiva pode representar), que é complementar à cidade visível, onde se cristalizam fisicamente diversos tipos de relações (MATTOS, 2006).

A reestruturação produtiva modificou também a forma de conceber a "inovação". No modelo fordista, a inovação era concebida em laboratórios de pesquisa e submetida ao mercado pelas empresas em um processo verticalizado e padronizado, nos moldes lefebvrianos da "sociedade burocrática de consumo dirigido". O novo paradigma aponta para um modelo de inovação interativo e recursivo, alimentado pela relação entre as demandas dos clientes, usuários de tecnologia, e as empresas, produtoras de tecnologia. Isso porque a produção não se encontra mais tão verticalmente hierarquizada, permitindo mais possibilidades de fruição dessas inovações. Essa interação prevê uma socialização maior das informações, antes exclusivas e patenteadas, ou, em outros termos, um crescimento do mercado de dados. Para construir confiança, capital social, organização em rede e maior fluxo de conhecimento, as empresas envolvidas se valeram da proximidade geográfica (GERTLER, 2010). Essa ideia contém o princípio fundador do *cluster*, ao mesmo tempo em que contraria a previsão, feita por parte da comunidade científica, de que a globalização e a nova era científico-informacional provocariam uma secundarização do papel do espaço geográfico na configuração da divisão do trabalho. Assim, o coletivo pode se beneficiar do fluxo de informações, porque suas formas de trabalho e os objetivos são distintos. A interpretação e

utilização das informações também são distintas, se construindo em um movimento que não se desgasta, porque as informações não são finitas.

Por esse motivo, a economia criativa pode apontar para a forma de consumo mais potente do capitalismo contemporâneo, porque não se desgasta: "[...] ao se apropriar de uma informação, um sujeito compartilha-a com outro, numa relação intersubjetiva de construção de sentido e de interpretação, que na verdade não tem "fim" (tal como se destrói o objetivo de um produto consumindo-o)." (LOJKINE, 2002, p. 27). A socialização de saberes pode representar uma oportunidade para novas parcerias, novas colaborações e melhoria de resultados para grupos aparentemente independentes. A proximidade e a aglomeração setorial, a partir das vantagens de desenvolvimento coletivo, parecem apontar que a primazia do local não foi perdida com a virtualização do setor de serviços, apenas se reorganizou. A informação tem duplo papel nessa dinâmica, sendo, simultaneamente, elemento de socialização e de comercialização.

A emergência da cidade criativa vai ao encontro da ideia de Mattos de cidade policêntrica, cujas novas centralidades abrigam finalidades específicas - como é o caso de um tecnopolo, por exemplo. Essa especialização no espaço dentro da cidade clama por mão de obra cada vez mais qualificada, que demanda níveis maiores de consumo de capital simbólico e social - e parece esta ser a ignição de um processo de substituição de funções e atividades em uma área. Ao mesmo tempo em que são segregados aqueles que são estranhos a essa nova ordem, são agregados os novos grupos de interesse do capital investidor. Assim, a reestruturação urbana combina processos de agregação e expulsão, criando uma cidade genuinamente fragmentada. Esse é o panorama da cidade cuja gestão o autor enxerga não mais como gerencial, mas empresarialista (MATTOS, 2006).

Essa gestão empresarialista dos recursos na cidade combina estratégias de melhorias de "cosmética urbana", a fim de tornar a cidade mais atrativa quando colocada no rol de cidades globais. Nesse momento, o plano de

desenvolvimento da cidade passa a centrar-se não mais na qualidade de vida de seus habitantes, mas em tornar a cidade uma máquina superlucrativa.

A partir do momento em que a cidade torna-se não somente o local dos investimentos, mas ela própria um investimento, e a produção *na* cidade se configura na produção *da* cidade, subseqüentemente, tem-se um alinhamento do local com uma ordem distante daquela da vida das pessoas, bem como uma fragmentação do espaço urbano. De um lado estão os inseridos nesse circuito de capital cultural e, de outro, os incapazes de se incorporarem a ele.

Uma das primeiras aparições do conceito de cidade criativa se deu com o arquiteto britânico Charles Landry, ao publicar, em 1995, a obra *The Creative City*, onde a criatividade era encarada de modo multidisciplinar, transversal às atividades econômicas e estrutural às políticas de desenvolvimento, como uma nova forma de responder aos desafios econômicos que a cidade apresentava. Landry (LANDRY, 1994 *apud* REIS, 2011) afirmou que as cidades eram seres vivos, com fases de crescimento, de estagnação e de declínio. A viabilidade urbana diz respeito, portanto, a essa capacidade de se adaptar e criar respostas para a estagnação. Cidades desenvolvidas seriam aquelas que possuem uma capacidade maior de regeneração nas dimensões econômica, cultural, social e ambiental, onde a criatividade possui papel fundamental na busca por uma maior autossustentabilidade.

Entretanto, a transformação do conceito de cultura e sua apropriação para o consumo dentro da cidade não é algo novo. A cidade criativa é um conceito criado a partir do contexto das dinâmicas observadas no século XX, onde a deterioração dos centros urbanos culminou em movimentos de repulsão dos estratos sociais de maior renda para áreas afastadas da mancha urbana. Esse processo se mantém, em certa medida, até o presente; porém, se vê confrontado com a mobilidade urbana e a acessibilidade, problemas urbanos de envergadura crescente. Dessa forma, há um desejo de retorno ao centro e suas adjacências, onde a cultura possui papel central, pois justifica e legitima medidas de revalorização desmedida do setor imobiliário em áreas de interesse para o capital. Ressurge, então, a tônica da discussão, no século XXI, para

processos de gentrificação e demais terminologias que se refiram a esse embate desigual entre diferentes estratos sociais e o direito à cidade.

O contexto que observamos hoje está condicionado por processos que dizem respeito à formação e ao crescimento das cidades no século anterior. Esses processos foram observados por Adorno e Horkheimer já ao final da década de 1940:

Os edifícios monumentais e luminosos que se elevam por toda parte são os sinais exteriores do engenhoso planejamento das corporações internacionais, para o qual já se precipitava a livre iniciativa dos empresários, cujos monumentos são os sombrios prédios residenciais e comerciais de nossas desoladoras cidades. Os prédios mais antigos em torno dos centros urbanos feitos de concreto já parecem *slums* e os novos bungalows na periferia da cidade já proclamam, como as frágeis construções das feiras internacionais, o louvor do progresso técnico e convidam a descartá-los como latas de conserva após um breve período de uso. [...] Sob o poder do monopólio, toda cultura de massas é idêntica, e seu esqueleto, a ossatura conceitual fabricada por aquele, começa a se delinear. Os dirigentes não estão mais sequer muito interessados em encobri-lo, seu poder se fortalece quanto mais brutalmente ele se confessa de público. [...] Os interessados inclinam-se a dar uma explicação tecnológica da indústria cultural. O fato de que milhões de pessoas participam dessa indústria imporia métodos de reprodução que, por sua vez, tornam inevitável a disseminação de bens padronizados para a satisfação de necessidades iguais (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 57).

Podemos observar que a padronização da cultura na criação do imaginário urbano vem sendo construída como uma alternativa para a reprodução do capital de matriz industrial desde, no mínimo, a metade do século anterior. De acordo com Romo (2015), a palavra cultura, que compartilha o mesmo radical do verbo "cultivar", teve sua acepção modificada. De uma matriz que se relacionava aos elementos que permitiriam a emancipação e realização do ser humano, transformou-se em uma mera atividade de entretenimento, lazer ou distração (ROMO, 2015). Horkheimer e Adorno também elencaram o surgimento e difusão do rádio e da televisão como novos instrumentos de dominação, que colocam o habitante da cidade em situação passiva. Através deles, facilitou-se a padronização de um estilo de vida urbano, ao cabo do qual se arrasta um pacote de itens para consumo de massas.

Se partirmos da perspectiva dos referidos autores, não é de se estranhar que a cidade criativa, vendida enquanto discurso, receba grande aceitação. Alavancada por elementos que remetem ao progresso, à competitividade, ao dinamismo e às melhorias de infraestrutura e de qualidade de vida, encontra resistência nos moradores das áreas mais visadas, que não querem se ver subtraídos de suas residências, suas memórias e sua identidade e, muitas vezes, não estão inseridos no circuito cultural projetado. Os grupos interessados na aquisição de áreas daquela porção da cidade utilizam de táticas também discursivas para categorizar movimentos contrários aos projetos verticalmente instituídos como "entraves ao desenvolvimento".

A construção de ambiências que caracterizem a cidade criativa tem sua importância na atração de empresas de alto valor econômico agregado, que necessitam principalmente de capital humano (mão de obra especializada) para desenvolver suas atividades. A partir da proposição de Elsa Vivant, doutora francesa em estudos urbanos, para que esse fenômeno se concretize, é necessário que se articulem três valores, os três Ts: tecnologia, talento e tolerância (VIVANT, 2012). Essa tolerância faz menção às diferentes formas de vida e às práticas cotidianas adotadas pelas pessoas, porque uma área de criatividade e inovação exige que haja tolerância com essa diversidade, chamando a atenção de profissionais que podem escolher onde vão exercer sua profissão. Daí a relevância dos rankings de cidades mais *eco-friendly*, mais *high-tech*, mais *gay-friendly*, mais orientadas à arte: essas são as cidades que comportam o modo de vida urbano dos jovens profissionais da área da cultura e da tecnologia. Quanto mais dinâmica for a economia local a partir desses valores, mais habitantes diplomados e criativos a elegerão como seu novo ponto de trabalho, moradia e lazer. A Figura 3 ilustra os principais setores compreendidos na economia criativa, que permeiam as atividades desenvolvidas na cidade criativa.

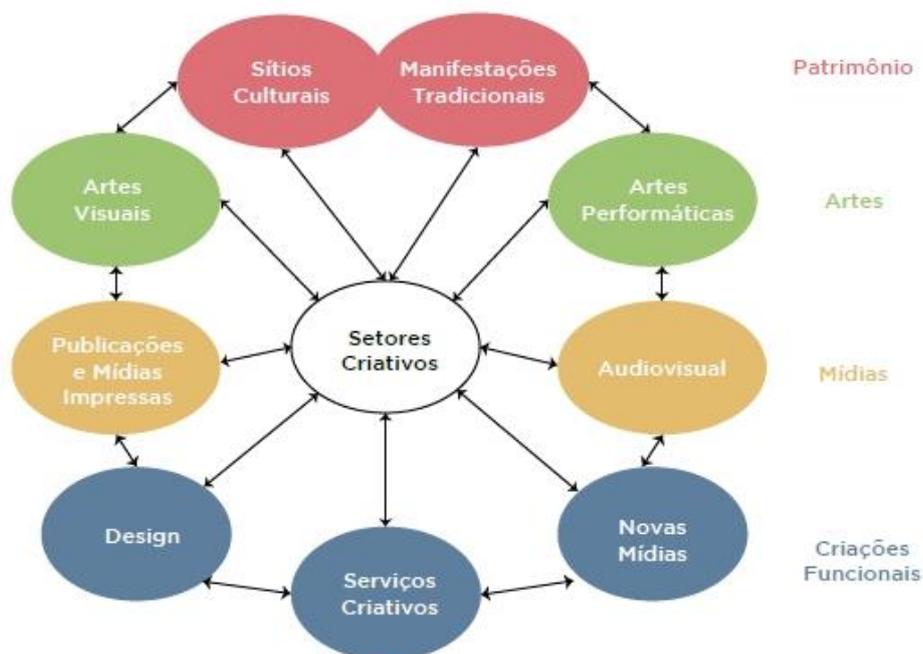


Figura 3 – Abrangência dos setores criativos

Fonte: Plano da Secretaria da Economia Criativa/Ministério da Cultura. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10913/636523/PLANO+DA+SECRETARIA+DA+ECONOMIA+CRIATIVA/81dd57b6-e43b-43ec-93cf-2a29be1dd071>> Acesso em: 12 de Março de 2017

É através dessa atração de uma nova mão de obra que a cultura se transformou no ingrediente chave para revolucionar a maneira de pensar "desenvolvimento urbano" na sociedade contemporânea e promover a valorização do espaço. Nessa dinâmica, o empresariado se apropria de valores, normas, práticas e vocábulos próprios dos artistas para encontrar novas formas de promover o retorno de determinados segmentos ao *core* urbano, agora que está claro que a economia baseada na indústria se deslocou para as regiões metropolitanas.

Contudo, um contingente populacional bastante frágil ainda faz das antigas áreas industriais na periferia do centro das cidades seu espaço de moradia, trabalho e socialização. Consideramos importante o questionamento trazido por Vivant acerca dos dois lados do processo de transformação desses espaços:

Como não ser seduzido pela ideia de que essa passagem à cidade criativa é acompanhada de uma revalorização das qualidades dos espaços urbanos, com a transformação da imagem das metrópoles e o arquivamento da imagem da cidade industrial, cujos miasmas, produção e sujeição do proletariado simbolizam a submissão dos homens e da natureza à obsessão da produção? Por outro lado, como evitar ser enganado por uma retórica que mostra novas facetas da cidade e esconde os perigos – entretanto evidentes – associados ao retorno de uma classe criativa à cidade, tendo como custo a rejeição daqueles que nela vivem? (VIVANT, 2012, p. 24).

Deve-se mencionar a diminuição da centralidade do papel do Estado (seja nas esferas de administração federal, estadual ou municipal) na promoção de políticas públicas, onde o investimento no território objetiva a atração de grandes empresas e nomes internacionais para a valorização da cidade em um cenário global. Aqui se evidencia, portanto, uma articulação entre as elites e os grandes grupos de investimento de capital internacional.

Enquanto agente produtor do espaço urbano, uma das ferramentas disponíveis para que o Estado promova mudanças é o planejamento estratégico. Muñoz (2005) faz críticas a este instrumento, afirmando que o argumento que norteia a defesa de tais planos parte da perspectiva de que as urgências da crise, o curto espaço de tempo e a escassez de recursos públicos não permitem que se discuta com toda a sociedade as soluções para os problemas urbanos que os afetam. A via rápida consiste na receita já explicitada: atração de investimentos privados, modernização e estímulo à alta tecnologia, tornando a cidade mais competitiva. E, para tal, é preciso "reorganizar" a cidade. Ainda de acordo com a autora, as iniciativas locais são sintomas da rejeição da escala nacional e do Estado como ator predominante no campo da ação política, consolidando a preferência pela microescala como uma "fé exagerada na endogenia", marcada pela desconsideração dos fatores macroeconômicos (MUÑOZ, 2005).

Quanto mais a vida social é dominada pelo mercado global de estilos, de lugares e de imagens, por sistemas de comunicação amplamente conectados, mais as identidades se tornam fluidas, múltiplas e desenraizadas das práticas, dos tempos e das tradições locais, alinhando-se a uma agenda comum e de

ampla difusão no modo de produção capitalista. Esse processo é chamado por Stuart Hall de “efeito de supermercado cultural” (HALL, 2006, p. 20). Dessa forma, os novos tensionamentos na dinâmica global modificam as práticas culturais locais na cidade.

As relações entre as cidades globais, que ditam quais são e como os produtos culturais deverão ser consumidos, possuem organizações e espaços complexos, pois funcionam como foco de reinterpretação de significados e formas simbólicas (CORRÊA, 2006). Esse processo, por sua vez, se encontra inserido no processo mais amplo de acumulação do capital, da veiculação de um projeto global.

Nesse cenário pós-industrial, há uma união entre as virtudes da arte com as competências do mercado de trabalho: inovação, fornecimento de serviço personalizado e exclusivo. E, portanto, o trabalhador criativo tende a assemelhar-se ao artista: "inventivo, flexível, motivado, com salários incertos, concorrente de seus pares, com uma trajetória profissional instável" (VIVANT, 2012, p. 49) onde imperam as contratações por edital e/ou projeto, resultando em situações de empregabilidade temporária e de jornadas de trabalho pouco convencionais. Justamente por esse motivo, as áreas centrais foram escolhidas como sede das incursões desses novos grupos: a flexibilização contratual exige que os trabalhadores se encontrem localizados próximos às possibilidades de emprego no setor de serviços, bem como une esses indivíduos de perfis tão diversos que partilham contextos profissionais e comungam de interesses complementares na elaboração ou execução de um novo projeto. A dificuldade de acessar crédito imobiliário, de acordo com Vivant, caracteriza a retomada do centro como uma "escolha contrafeita", uma vez que a locação de imóveis em antigas áreas industriais é menos onerosa e menos burocrática do que nos bairros mais valorizados.

É a partir desse contexto de consolidação da cidade criativa que se encaminha o seguinte problema:

Muito rapidamente, aparece um conflito de interesses entre aqueles que produzem o valor simbólico (os pioneiros da gentrificação) e aqueles que a transcrevem economicamente por investimentos financeiros (os corretores imobiliários e os recém-chegados à

propriedade). Uma vez em andamento, o processo de valorização amplia pouco a pouco e geralmente acaba por fazer desaparecer a boêmia original, para produzir espaços urbanos destinados às classes médias altas (VIVANT, 2012, p. 51).

Nessa dimensão, a cidade criativa pode ser compreendida como mote para processos de enobrecimento urbano que excluem inclusive a classe criativa que popularizou a área de forma pioneira. A participação do mercado imobiliário enfatiza a dimensão da segurança (a partir da segregação residencial) e do consumo, mais do que a dimensão do desenvolvimento, das manifestações culturais e da celebração da diferença. Abre-se, assim, a discussão do controverso conceito de "gentrificação."

2.1.4. Gentrificação e segregação socioespacial

Os conceitos de gentrificação e de segregação socioespacial também serão construídos em conjunto, por entender-se o primeiro como um dos possíveis indutores do segundo. Se a gentrificação parte de uma homogeneização do espaço, ela inclui os conteúdos que deseja abarcar, ao mesmo tempo em que afasta àqueles que deseja repelir.

A segregação socioespacial parte da definição proposta por Corrêa, afirmando que ela se refere "[...] à concentração no espaço urbano de classes sociais, gerando áreas sociais com tendência à homogeneidade interna e à heterogeneidade entre elas" (CORRÊA, 2013). Essa concentração de classes sociais representa um acesso diferenciado aos recursos da vida, podendo ser imposta por meios truculentos, como remoção forçada, ou induzida, posto que há escolhas locacionais possíveis, ainda que estas estejam reduzidas a limites estabelecidos pelo preço da terra e dos imóveis (CORRÊA, 2013). Atrelado à segregação, o papel da especulação imobiliária se faz presente na obra de Harvey através das noções de valor de uso e valor de troca para o solo urbano. O autor afirma que o solo possui caráter ímpar com relação às demais mercadorias, pois sua localização confere privilégios de monopólio à pessoa que tem o direito de determinar, em certa medida, qual o destino do uso no

local. Assim, o solo assume valores muito instáveis de acordo com os interesses dos proprietários, tornando-se mercadoria (HARVEY, 1980).

A importância da percepção dos agentes é vista em Sposito ao afirmar que linhas férreas, ocupações irregulares, leis e etc. não configuram, *a priori*, segregação. Ela passa a existir de acordo com a *codificação* destes elementos pela sociedade, realizando práticas e perpetuando visões que reproduzem a segregação (SPOSITO, 2013), adicionando à análise um componente que escapa à categorização das estatísticas: crenças e desejos também estão intimamente ligados à maneira como nos relacionamos com o espaço e segregamos dele determinadas parcelas.

É importante realizar uma breve justificativa para a utilização do conceito de Gentrificação, que tem sua gênese, em 1964, pela socióloga alemã Ruth Glass. O termo original "Gentrification" advém de "Gentry", que significa "pequena nobreza". O processo estaria circunscrito somente à Inglaterra e aos Estados Unidos sob um viés mais restritivo, associado somente à reestruturação das áreas centrais da cidade. Vasconcelos (2013) refere-se ao que chama de "um barbarismo que não tem sentido nas línguas latinas". Entretanto, chama a atenção para o fato de que a compreensão do conceito é, sim, realizável também no contexto latino-americano, embora a industrialização e a constituição do espaço urbano tenham ocorrido de forma diferente do que nos países citados anteriormente.

Estender o conceito de gentrificação para a realidade da cidade brasileira não o empobrece de sentido, mas sim amplia sua aplicação, porque mostra que ele não se encontra circunscrito e estanque no espaço e no tempo; é cada vez mais atual. Após realizar uma análise de diferentes conceitos recorrentes na temática do urbano, Vasconcelos classifica o conceito dentro da categoria dos universalmente aceitos e de compreensão já consolidada, a ver: "[...] as noções de diferenciação socioespacial, de justaposição, de separação, de dispersão, de autossegregação, de invasão, de "gentrificação" e de abandono, embora tenham sentidos diferenciados entre si, parecem ter um

caráter universal e não apresentam maiores problemas de entendimento" (VASCONCELOS, 2013, p. 33).

Sposito (2013) também teceu comentários sobre a flexibilização conceitual para fins de análise: "O reconhecimento de distinções entre diferentes formações socioespaciais, de um lado e de que os conteúdos de um conceito mudam com o tempo, do outro, não podem acarretar a negação dos princípios que fundamentaram, na origem, a proposição dele" (SPOSITO, 2013, p. 62).

A motivação para compreender o papel do 4º Distrito como mote para essa discussão passa pelo entendimento de que ele se insere em um contexto muito mais amplo da dinâmica urbana como um todo, do contexto social e da relação local-global. Conforme observamos anteriormente, o fenômeno não é inédito. Outras cidades já forneceram as bases, no século anterior, para a repetição de práticas que experimentamos agora na América Latina, baseando-se nas experiências de cidades como Barcelona (a cidade-modelo para a discussão do planejamento no 4º Distrito⁶), Londres e Baltimore.

No contexto local, um dos autores que contribuiu para a aplicabilidade do conceito de gentrificação no referido local de estudo foi Furtado (2011), com a obra "Gentrificação e (re)organização urbana em Porto Alegre", trazendo como estudo de caso a vila Dona Teodora, localizada no 4º Distrito. Sobre a obra, é importante ressaltar a descrição do processo de suburbanização em Porto Alegre. A melhoria dos serviços de transporte e o desenvolvimento da locomoção individual privada, manifestada através do automóvel, levou as camadas mais altas da sociedade a se afastarem do centro e seu entorno, buscando outras amenidades em solo barato, abandonando as áreas centrais de prédios velhos e deteriorados para famílias de baixa renda, tanto arrendatários quanto proprietários (FURTADO, 2011). O que se observa no presente é o processo inverso: um retorno, acompanhado de uma melhoria dos equipamentos urbanos, das camadas médias às áreas centrais, definido menos pela necessidade da cidade desempenhar funções de comércio e serviço e

⁶ <http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/562601/Prefeitura-quer-criar-conjunto-de-bairros-com-o-conceito-living-lab-na-Capital>

mais pela necessidade de reprodução do capital do setor imobiliário, reconstruindo a cidade sobre si mesma (LENCIONI, 2013).

A heterogeneidade étnica e cultural é apropriada na cidade criativa para remeter a espaços de tolerância e de prosperidade. Sánchez problematiza essa noção, afirmando que essas imagens são apropriadas enquanto recurso mercadológico, estetizando as relações sociais e simplificando o diverso para mascarar os conflitos que este suscita. Essa pasteurização da cultura faz parte de uma estratégia de renovação urbana, que promove uma "ordem branca da cultura" (SÁNCHEZ, 2011, p. 505). Isso significa dizer que, na cidade, o ambiente pacífico é uma prioridade porque suscita um clima favorável aos negócios, sem que isso represente necessariamente o exercício da cidadania.

Para indagar quem são os agentes que se apresentam no cenário de reestruturação, Sposito nos orienta:

É preciso sempre perguntar quem segrega para realizar seus interesses; quem a possibilita ou a favorece, com normas e ações que a legalizam ou a legitimam; quem a reconhece, porque a confirma ou parece ser indiferente a ela; quem a sente, porque cotidianamente vive essa condição; quem contra ela se posiciona, lutando ou oferecendo instrumentos para sua superação; quem sequer supõe que ela possa ser superada, e, desse modo, também é parte do movimento de sua reafirmação (SPOSITO, 2013, p. 67).

Dentro do tema dos agentes que, de diferentes formas, participam dos processos que estamos discutindo, cabem algumas colocações feitas por Otilia Arantes acerca das estratégias que eles adotam. Para a autora, a gentrificação surge como uma resposta histórica específica marcada pela conjuntura da desindustrialização, a terceirização crescente das cidades e a precarização da força de trabalho remanescente. Porém, sua expressão atinge um novo sentido quando atrelada à cultura, poderoso elemento de controle na nova fase da reestruturação das cidades, e ao planejamento estratégico. A autora se referirá a eles como a "máquina de fabricar consensos" (ARANTES, 2000, p. 32). A cidade-empresa-cultural, outra terminologia da autora, produz uma simbiose entre imagem e produto, projetando a cidade como um ambiente homogêneo e livre dos conflitos sociais.

Existem diversas abordagens para explicar a gênese do processo de gentrificação. Um dos expoentes da matriz econômica é o geógrafo de orientação marxista Neil Smith, que atribui à expansão espacial do capital o principal motor para o início do processo de gentrificação. Da mesma forma que o processo de ocupação de novas terras no oeste norte-americano foi ocasionado pela necessidade de expansão das fronteiras do capital, a revalorização da cidade é uma estratégia de diferenciação espacial que surge como resposta aos limites do crescimento absoluto da cidade – como o capital não tem mais para onde se expandir, ele se reproduz a partir da criação de novos valores de troca nas áreas da cidade consolidada (SMITH, 1986).

O autor popularizou também a teoria do *rent gap*, ou "diferencial de renda". Enquanto se verificava aumentos no valor de troca do solo urbano em novos bairros, mais afastados do centro da cidade, o valor de troca relativo nas áreas centrais, com menor demanda, diminuía. Com o tempo, quantidades cada vez menores de capital público eram investidas para manutenção e restauração dos edifícios das áreas centrais, acentuando a diminuição do preço do solo nessa região. O *gap* reside na diferença entre renda atual da terra, desvalorizada, e a renda potencial, que poderia ser atingida caso a área fosse requalificada, reintegrando-a à cidade e recuperando sua centralidade privilegiada (SMITH, 2007). Logo, a degradação se converte em oportunidade de revalorização do capital, possibilitando especular valor de troca a partir das promessas para a futura transformação.

A autora Catherine Bidou-Zachariasen diverge da posição de Smith acerca do protagonismo do processo. Apesar de defender também a motivação econômica, Bidou se aproxima um pouco mais da antropologia urbana quando afirma que o processo de gentrificação se inicia não nas mãos dos grandes incorporadores imobiliários e do poder público, mas a partir das escolhas locacionais da nova classe média, que opta pelos antigos bairros operários sobre os bairros muito afastados do centro. Com a ampliação do acesso à educação de ensino superior na França, aliada à necessidade de mão de obra cada vez mais especializada, houve um processo de mobilidade social e incremento de capital cultural. Essa nova classe média dividia, pela primeira

vez, postos de trabalho e espaços de socialização com a burguesia consolidada, situando-se assim em um posto que já não se identificava nem mais com a origem operária, nem com a classe mais abastada. Chamados na literatura anglo-saxã de *white collars* (profissionais do "colarinho branco", ou seja, do setor de serviços em franca expansão), esses indivíduos não ocupavam lugar privilegiado na seleção de espaços para moradia, portanto selecionavam antigos bairros operários onde os custos de vida eram menores. Seu conjunto de práticas e representações é que veio a transformar, posteriormente, os bairros em áreas gentrificadas. Esses pioneiros preparam o terreno para que, posteriormente, outros grupos optem por esses espaços já não mais por necessidade, mas por seu novo *status*. O fragmento a seguir, em entrevista de Bidou concedida à Novaes e Jaenisch (2016) ilustra um pouco a cisão de pensamento entre os dois autores:

Para Neil Smith, o processo de gentrificação é uma estratégia econômica do grande capital e não de pequenos atores privados. Para ele os agentes da transformação são, sobretudo, os promotores imobiliários, os capitalistas. Mas, por outro lado, existem outros autores que defendem que a gentrificação ocorre devido à ação de indivíduos que desejam um outro modo de vida... Eu sou mais desta ideia: de que as pessoas escolheram morar no centro da cidade, e lá impuseram seu modo de vida. Um modo de vida que não existia antes e transformou aqueles espaços (NOVAES, JAENISCH, 2016, p. 56).

A socióloga Sharon Zukin parece concordar com essa noção, afirmando que a gentrificação é, antes do que um lugar literal, uma construção prosaica da realidade atual do núcleo da cidade e uma reconstrução imaginada e parcial do seu passado (ZUKIN, 1987). A consolidação da força da cultura na construção do urbano se dá graças à sua capacidade de se transformar em capital econômico, através das novas classes médias, com estilos de vida voltados à realização pessoal e intelectual, interessadas em adquirir bens e experiências vinculados à arte e ao design. Não surpreende, dentro desse contexto, que o planejamento urbano esteja cada vez mais marcado pela presença do design exclusivo, da forma, da beleza e da estética, rompendo com a lógica funcionalista do urbanismo modernista.

Os autores Lipovetsky e Serroy (2015) atentam para a inseparabilidade dessas duas dimensões da gentrificação: de um lado, a do aburguesamento e da valorização econômica, a partir da reabilitação habitacional, e, do outro, a da transformação das paisagens e da imagem do bairro, com uma ambiência atraente, com bares, cafés, restaurantes e galerias de arte e demais novos estabelecimentos comerciais (LIPOVETSKY e SERROY, 2015).

Para que se construa o discurso da revitalização aliado à preservação do patrimônio histórico, é necessário que a área possua elementos culturais que funcionem como legitimadores das parcerias entre o estado e o empresariado interessado em investir na região. Ou seja: deve haver um conjunto urbanístico que remeta esteticamente a um passado adormecido de prosperidade e civilidade. Não se trata, portanto, de um resgate das memórias que evidenciem as condições precárias de trabalho às quais os operários industriais estavam submetidos, mas sim de um resgate da prosperidade da região em si mesma, ou, ainda, das memórias dos proprietários de estabelecimentos industriais da primeira metade do século XX. Essa é a prosperidade exaltada nos discursos de retomada do crescimento, uma releitura glamourizada do período industrial posta à venda para as classes médias do setor de serviços no século XXI.

Outra condição para consolidar a agenda proposta é que a utilização efetiva do espaço esteja, no momento presente, nas mãos de agentes oriundos de estratos sociais excluídos das dinâmicas urbanas formais. A construção da narrativa transforma as vítimas em vilões: embora a área tenha se tornado degradada e, por conseguinte, mais acessível para os pobres, justamente pela falta de investimento público em infraestrutura e segurança, os grupos excluídos, que utilizam o espaço para realização de suas vidas, tornam-se culpados pela condição inóspita em que ela se encontra.

Por isso, a segregação surge na literatura como um elemento intrinsecamente associado aos projetos de renovação urbana: existe um consenso, entre o restante da população, de que os problemas urbanos, como a violência e a insegurança, só podem ser resolvidos com a expulsão de

determinados grupos. O que significa, em outras palavras, dar uma nova cara ao lugar sem, contudo, dar uma nova chance para as pessoas. Uma das expressões mais significativas do processo de segregação socioespacial decorrentes dos planos de renovação urbana nos casos latino-americanos em relação aos casos europeus é a tecnologia. "Trata-se dos valores do mundo tecnológico, calcado na técnica da fibra ótica, na informática, na telecomunicação, na biogenética, em suma, estamos diante de valores digitais" (FREITAG-ROUANET, 2002, p. 28). Enquanto em cidades como Londres e Paris o acesso à tecnologia é mais universalizado, nas cidades brasileiras ele ainda requer um capital social mais elevado e pode agir como elemento de distinção entre os mais ricos e os mais pobres, assim como os mais jovens dos mais velhos, que não dominam a linguagem e/ou não dispõem dos meios para acessar as facilidades do mundo virtual. Portanto, a gentrificação na América Latina aponta para um acirramento ainda maior das tensões de classe do que na Europa, onde o processo se originou.

Apesar de ainda haver discordâncias na comunidade acadêmica sobre o processo de gentrificação, sua gênese e até mesmo seu nome, com muitos autores brasileiros se precavendo ao substituir o termo por traduções como "enobrecimento", "aburguesamento" ou até mesmo "elitização", uma coisa é certa: se, na década de 1960, o processo foi uma "descoberta" feita por Ruth Glass, enquanto analisava as áreas centrais de Londres, hoje ele é objeto de estudos em inúmeras cidades do mundo, o que evidencia que a agenda do processo constitui um fenômeno global.

A partir dos referenciais teóricos abordados nesse tópico, dissertaremos sobre a construção do método e da operacionalização das etapas descritas nos objetivos específicos da pesquisa.

2.2. Método

Um dos questionamentos ao se trabalhar com "consumo cultural" na cidade é justamente como defini-lo para análise. A partir de uma perspectiva mais abrangente do termo, todo consumo é cultural, pois comporta funções

práticas ao mesmo tempo em que está impregnado de simbolismo. Contudo, propomos aqui, de acordo com as considerações feitas por Mantecón (ancorada em Nestor García Canclini), a categorização desses bens a partir de uma preponderância do valor simbólico, sobrepujando os valores de uso e de troca, onde esses últimos encontram-se subordinados ao primeiro (MANTECÓN, 2009).

Além dos bens propriamente ditos, existem outras expressões de cultura, como manifestações e práticas artísticas, encontros e experiências. Uma contradição, evidenciada por Elsa Vivant, é a das cenas artísticas *in* e *off*. Alguns desses elementos (*off*), seguem sem lugar definido dentro do mercado cultural, como festas de rua, intervenções artísticas e grafites. Apesar de sua efemeridade, as festas de rua são expressões de forte conteúdo identitário e simbólico, a fim de garantir novas formas de apropriação do espaço. E os grafites, historicamente associados aos bairros de periferia e aos movimentos de resistência da cultura negra e do *hip-hop*, já têm dado sinais de caminhar em direção ao *in* artístico, ganhando reconhecimento institucional a partir da exposição "TAG au Grand Palais", em Paris (VIVANT, 2012) e sendo consumidos esteticamente em bairros revalorizados. Isso mostra que as fronteiras da (i)legitimidade artística são um campo em movimento, e para cada expressão ou produto que entra no circuito "lado A" das práticas urbanas, surge uma nova manifestação "lado B".

A reprodução do espaço transforma sistemas de valores intrínsecos e extrínsecos, ou seja, do simbólico e do consumo:

Valoriza-se, assim, o desejo por viver o local e compartilhar a identidade que somente o reencontro, mesmo que virtual, com a comunidade "abandonada", proporciona. Como espaço singularizado, essa última assume valor intrínseco. O reencontro com o passado requer a produção de imagens dos lugares; seu consumo, no entanto, somente se realiza num sistema de valores extrínsecos (DO RIO, 2010, p. 29).

Como essa diferenciação entre o intrínseco e o extrínseco é fluída, é necessário pensar outras formas de definir os objetos de interesse. Angelo Serpa também aponta distinções dentro do consumo cultural, diferenciando os

bens distintos dos bens vulgares, ou, ainda, gostos de liberdade e gostos de necessidade. As classes populares não possuem conhecimentos valorizados pelo "mercado de exames escolares" ou pelas "conversações eruditas" e são as que sacrificam maior parte da sua renda em alimentação, sobrando menos para despender em roupas, higiene pessoal e lazer – o lazer geralmente subordinado aos "engenheiros da produção cultural de massa" (SERPA, 2016, p. 62).

Parametrizar essa abrangência do que são de fato os objetos relevantes para a pesquisa é uma tarefa difícil: Bachelard nos alerta que o espírito científico pode pecar pela tendência ao particular ou pelo universal, ou ainda, conhecimento em compreensão e conhecimento em extensão. As escolhas feitas pelo pesquisador para compor o rol de conceitos necessários à pesquisa são uma via de aperfeiçoamento para formar um eixo teórico coeso (BACHELARD, 1996). O objeto teórico não está pronto em sua gênese: para cada situação, novas possibilidades de construção surgem.

A elaboração de um método também não é um processo acabado, pois se delinea junto com a construção da teoria. Caso contrário, correr-se-ia o risco de pressupor que a realidade está dada e, dessa forma, a pesquisa seria senão um trabalho argumentativo de convencimento das considerações prévias a qualquer investigação científica. As instrumentações, ferramentas e procedimentos associados ao método se constroem na relação entre a teoria e a empiria; portanto, se a empiria é única, o método também o será. Em resposta a essa tentação de seguir manuais de método, Pierre Bourdieu defende a necessidade de uma constante vigilância epistemológica, ponderando as condições e limites que validam a pesquisa, indo de encontro a uma aplicação automática ou meramente reprodutora das técnicas. É justamente a partir dessa vigilância que podemos aproveitar com maior qualidade o que o autor chama de "elasticidade nas definições" e "disponibilidade semântica dos conceitos" (BOURDIEU, 2007), na direção de algo novo, e que contribuirá para a superação do *mainstream* científico.

Becker também é favorável à construção metodológica ímpar dentro do processo de fazer ciência, afirmando que os princípios gerais encontrados em livros e artigos sobre metodologia podem ajudar, mas por serem incapazes de equacionar as particularidades que tornam o ambiente e o problema de pesquisa, exigem que se vá além. O pesquisador deve lançar mão da improvisação para as soluções de seus conflitos, formuladas a partir do local onde a pesquisa se situa e quais as melhores formas de lidar com esses impasses (BECKER, 1999).

A contribuição da empiria também não deve ser sobrevalorizada: ela deve auxiliar na elucidação (ou no contraste) do que foi trazido na teoria, mas não pode ser por si só uma motivação científica, ao que incorreríamos na ilusão do saber imediato. As informações obtidas na empiria necessitam de ser analisadas e colocadas em teste com a construção teórica: "Por mais parcial e parcelar que seja um objeto de pesquisa, só pode ser definido e construído em função de uma problemática teórica que permita submeter a uma interrogação sistemática os aspectos da realidade colocados em relação entre si pela questão que lhes é formulada" (BOURDIEU, 2007, p. 48). Logo, a empiria não pode ser o único imperativo no campo científico.

Bourdieu faz uma crítica ao tratamento de cultura e natureza como um par dicotômico: isso se reflete, no campo epistemológico, na separação entre sujeito e objeto. O autor defende a ideia de que, efetivamente, a construção do objeto se dá a partir da visada do sujeito. Logo, a empiria é construída teoricamente: a "realidade" é, antes de tudo, concebida, e não dedutiva. Realidade aqui colocada entre aspas, pois o autor reconhece a impossibilidade de neutralidade tanto das perguntas quanto dos trabalhos de campo - ambos direcionados a partir de certos pressupostos anteriores. Para isso, o autor provoca o leitor a colocar suas próprias interrogações à interrogação sociológica.

Uma das categorias que auxiliam na construção do arcabouço metodológico para esta investigação é a *forma urbana*, trazida por Henri Lefebvre como:

A simultaneidade (dos acontecimentos, das percepções, dos elementos de um conjunto no "real"). [...] O encontro e a reunião daquilo que existe nos arredores, na "vizinhança" (bens e produtos, atos e atividades, riquezas) e, por conseguinte, a sociedade urbana como lugar socialmente privilegiado, como sentido das atividades (produtivas e consumidoras), como encontro da obra e do produto (LEFEBVRE, 2001, p. 90).

Nesta distinção entre produto e obra, Lefebvre define o primeiro como a produção daquilo que é do domínio científico, técnico e que sobrepuja a natureza material – e ao sentido de obra, deve-se acrescentar o sentido de apropriação (do tempo, do espaço, do corpo). A obra pertence à filosofia e às artes (LEFEBVRE, 2001) – sentidos em permanente entrelaçamento quando tratamos da refuncionalização urbana ancorada na produção cultural.

A tomada do urbano como elemento norteador vai além da ideia de "objeto" de pesquisa. O objeto é um pressuposto real, a partir do qual a ciência elabora análises. Dessa forma, o urbano seria, para outros autores, um objeto definido de estudo. Lefebvre, entretanto, questiona se o urbano pode ser efetivamente isolado enquanto objeto, pois é campo de investigação de diversas ciências, sob diferentes enfoques. daquelas que se ocupam do urbano, podemos citar, sem esgotar possibilidades, a Geografia, a História, a Sociologia, a Economia... cada uma com seu constructo teórico e bases científicas. É um equívoco, portanto, tentar isolar o urbano como objeto, pois o ponto de partida científico determina toda a produção de conhecimento que incide sobre ele. A proposição, a partir da insuficiência do urbano como mero objeto, é sua tomada enquanto fenômeno.

O fenômeno urbano, onde se insere a forma urbana, pode ser compreendido como a experiência da vida na cidade, que é complexa e abstrata, indo além da esfera do "real" e do possível. Compreender o fenômeno urbano exige métodos descritivos, mas que, além disso, deem conta de compreender os laços entre os cidadãos e o sítio, se ancorando também na empiria, que relata a maneira como as pessoas se organizam e o que veem no contexto urbano. Para conferir profundidade à análise do fenômeno urbano, é preciso levar em conta as relações invisíveis que operam nele, de produção de troca, de signos e símbolos. A desconsideração desses aspectos faz com que

"evitem-se questões cruciais (por exemplo, as do centro e da centralidade, implicando o risco de ratificar seja a degradação dos centros, seja sua consolidação "elitista" e autoritária)" (LEFEBVRE, 1999, p. 50).

Sobre os níveis de análise do fenômeno urbano, o autor divide-os em três: global, misto e privado. O nível que definiremos, a seguir, é o intermediário, misto, pois esse é o nível especificamente urbano. Nele cabem ruas, praças, avenidas, edifícios, quando estes corresponderem a uma ordem local (o que excluiria prédios públicos de grande envergadura), ou seja, edifícios cuja função possua relação com seu entorno mais significativa do que a mera localização. O que persiste nessa mediação entre os níveis é uma forma relacionada com o sítio (meio imediato) e a situação (meio distante, globalmente condicionado). Esse nível de análise metodológica constitui a apreensão das funções urbanas de serviço, de comércio, de transportes e como eles influenciam a vida na "vizinhança" imediata (LEFEBVRE, 1999), dimensão esta que se busca priorizar na investigação.

Um paralelo pode ser traçado entre as noções de forma e fenômeno, vistas em Lefebvre, e os sistemas de objetos e sistemas de ações desenvolvidos por Milton Santos (2006). Se a forma é o encontro da obra e do produto, ambos os objetos produzidos (científica ou culturalmente), e o fenômeno é a experiência urbana abstrata e invisível, mas percebida por meio de signos, parece possível aproximá-los do par "sistemas de objetos" (forma urbana) e "sistemas de ações" (fenômeno urbano). Os sistemas de objetos se inserem em uma totalidade, que é o espaço geográfico. Dentro desse espaço, todos os objetos são externos ao indivíduo e tornam-se "instrumento material de sua vida" (SANTOS, 2006, p. 72). Os sistemas de ações afetam a organização do espaço através desses objetos, que incidem sobre ele. Analisadas enquanto sistema, as ações são definidas como um processo no qual o indivíduo, ao exercer trabalho, modifica seu meio e a si mesmo. O agir pode ser de três tipos: técnico, formal e simbólico. O agir técnico é limitado por uma técnica situada no tempo e no espaço. O agir formal é determinado pelo conjunto de regramentos jurídicos. O agir simbólico compreende dinâmicas afetivas e emotivas, ligadas ao campo da representação e da significação.

O cotidiano, tomado aqui como elemento de análise, "se dá mediante essas três ordens" (SANTOS, 2006, p. 82). A imbricação entre essas três formas de agir – sempre com uma intencionalidade determinada – e os objetos, fundamentais para instrumentalizar as ações, modifica o espaço.

2.2.1. Procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos adotados para a realização da pesquisa devem coadunar-se aos objetivos propostos. Eles se encontram estruturados em quatro etapas.

A primeira etapa consiste na formulação do arcabouço teórico, que provê sustentação à investigação, articulando os principais conceitos que norteiam a refuncionalização urbana no 4º Distrito. Para Gil, a leitura exploratória é a etapa inicial da pesquisa, pois a partir dela será possível selecionar quais são os aspectos mais relevantes da revisão bibliográfica levantada para enfrentar o problema de pesquisa, bem como atingir os objetivos que o sustentam (GIL, 2010). Nesse âmbito, foram selecionados alguns autores, apresentados no referencial teórico, que embasam a construção da escrita *a posteriori*. Neste embasamento, consideramos centrais os conceitos de cidade criativa, gentrificação, segregação socioespacial, lugar, território. Trata-se de uma etapa mais geral da pesquisa. A criação de um arcabouço teórico-conceitual visa contribuir para o cumprimento do objetivo I.

Para a segunda etapa, considerou-se a obtenção de dados secundários que auxiliaram a caracterizar, descrever e analisar a área de estudo. Utilizou-se obras sobre a evolução urbana da cidade de Porto Alegre, como Souza e Müller (1997) e Macedo (1999) e sobre a reorganização urbana da cidade, vista em Furtado (2011). Entre eles, se fazem válidos endereços eletrônicos como o da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMURB), da Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico e Orçamento (SMPEO), Secretaria Municipal de Cultura (SMC), Gabinete de Inovação e Tecnologia de Porto Alegre, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA, versão 2010), Plano Municipal de Economia Criativa de Porto Alegre e o Observatório de Porto

Alegre. Outro instrumento importante é o *Master Plan* para o 4º Distrito, elaborado em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com diretrizes que buscam estimular as potencialidades da região. O esforço de criar uma caracterização da área e analisar as dinâmicas de planejamento vai ao encontro dos objetivos I e II.

A terceira etapa diz respeito aos trabalhos de campo, de onde se obteve registros fotográficos, notas e observações, entrevistas e demais produtos oriundos do contato com o *lócus* da pesquisa. Quanto às observações em campo, Gil (2010) tece alguns encaminhamentos que visam nortear sua aplicação. A vantagem em relação a outras técnicas reside na obtenção de dados primários, ou seja, informação direta, sem intermediação, ao contrário do que acontece com os dados secundários. A presença em eventos com vistas à divulgação do 4º Distrito para a comunidade fez-se necessária com a técnica da observação participante, ou seja, quando o pesquisador se integra ao sujeito de pesquisa. A observação participante foi realizada de forma não-invasiva, pois a inserção não se dá exclusivamente com a finalidade de coletar dados, tratando-se de um evento de caráter exógeno. Para os trabalhos de campo que não representem eventos abertos à comunidade, lança-se mão da observação simples, onde o pesquisador não se integra com o sujeito de pesquisa, obtendo dados e informações a partir de um viés externo. De acordo com o autor,

A observação simples é muito útil quando é dirigida ao conhecimento de fatos ou situações que tenham certo caráter público, ou que pelo menos não se situem estreitamente no âmbito das condutas privadas. É, pois, muito apropriada para o estudo das condutas mais manifestas das pessoas na vida social, tais como hábitos de compra, de vestuário, de convivência social, de frequência a lugares públicos (GIL, 2010, p. 102).

Nessas observações, alguns questionamentos se fazem necessários. *Sobre os sujeitos*: quem são os participantes? Quantos são? Quais suas idades? Como se apresentam? *Sobre o cenário*: Onde as pessoas se situam? Quais as características do local? Com que sistema social pode ser identificado? *Sobre o comportamento social*: Como as pessoas se relacionam e

interagem? Qual a linguagem utilizada? Como se apresenta sua conduta? (GIL, 2010).

Durante essas visitas, realizou-se entrevistas com diferentes grupos: empreendedores do ramo da economia criativa que atuam na região e moradores, classificados em diferentes grupos etários, buscando maior heterogeneidade e diferentes graus de interação com a região. A técnica aplicada foi a da entrevista focalizada, descrita em Gil (2010) como uma entrevista livre dentro de um tema específico. O entrevistador permite que o entrevistado fale livremente sobre um determinado assunto proposto, acautelando-se de que este não irá tangenciar o assunto ou sair dele. É o tipo de entrevista ideal para situações específicas, que lidam com a dimensão da experiência vivida em condições precisas (GIL, 2010).

Neste trabalho investigatório realizou-se um total de 30 entrevistas, nas quais os entrevistados foram divididos em dois grupos: empreendedores/artistas e moradores, com 15 entrevistas para cada grupo. A partir de um ponto central selecionado, a Associação Cultural Vila Flores (Rua São Carlos, 759), determinou-se que 10 entrevistas seriam feitas em um raio de 500 m, 10 entrevistas em um raio de até 1 km e outras 10 entrevistas com pessoas localizadas a mais de 1 km do ponto central. A partir da aplicação deste instrumento, contemplam-se os objetivos III e IV.

A quarta etapa refere-se à discussão dos resultados apresentados, onde o diálogo, concordâncias e tensionamentos da empiria dos dados primários com a teoria ocorreram. A partir da transcrição e análise dos materiais coletados em campo, discutiu-se proposições e encaminhamentos para a região, indo ao encontro do objetivo V.

O Quadro 1 apresenta uma síntese dos procedimentos metodológicos descritos neste tópico.



Quadro 1 – Síntese dos procedimentos metodológicos
Elaboração: Pedro Contassot, 2016.

2.2.2. Roteiro de entrevista focalizada

A seguir, encontram-se alguns dos questionamentos formulados para o desenvolvimento da etapa de campo da pesquisa, sintetizados nos Quadros 2 e 3. As entrevistas foram divididas em dois grupos: empreendedores e artistas participantes do circuito da economia criativa, e moradores do 4º Distrito. Das oito perguntas dirigidas para cada grupo, cinco são comuns e três são específicas.

- Qual sua idade? Você reside na área do 4º Distrito?
- Descreva o 4º Distrito em alguns adjetivos que caracterizem a área.
- Você acredita que o perfil do 4º Distrito está mudando? Por quê?
- Quais são as maiores vantagens de morar ou frequentar o 4º Distrito?
- Quais são as maiores desvantagens que o 4º Distrito apresenta?
- O que você pensa sobre a atuação do poder público na região?
- O que você entende por um projeto de revitalização? Quais são os aspectos mais importantes quando abordamos esse assunto?
- De que forma é possível dialogar com os moradores do entorno?

Quadro 2 – Questionamentos elaborados para empreendedores e artistas

Elaboração: Pedro Contassot, 2016.

- Qual sua idade?
- Descreva o 4º Distrito em alguns adjetivos que caracterizem a área.
- Você acredita que o perfil do 4º Distrito está mudando? Por quê?
- Quais são as maiores vantagens de morar ou frequentar o 4º Distrito?
- Quais são as maiores desvantagens que o 4º Distrito apresenta?
- O que você pensa sobre a atuação do poder público na região?
- Você já ouviu falar sobre os novos empreendimentos de economia criativa que estão surgindo?
- Qual seu lugar preferido no 4º Distrito?

Quadro 3 – Questionamentos elaborados para moradores

Elaboração: Pedro Contassot, 2016.

O objetivo das entrevistas consistiu na apreensão e interpretação da realidade local vista através a partir das considerações dos entrevistados, que possuem uma relação de uso e apropriação do espaço, seja por moradia, trabalho ou ambos.

3. O PROCESSO DE REFUNCIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO NO 4º DISTRITO

Para compreender a refuncionalização do 4º Distrito, é necessário evidenciar que, na atualidade, os entrecruzamentos entre economia e cultura tornam-se mais difusos, porque nem a economia pode mais ser considerada somente como um instrumento de reprodução social, nem a cultura uma dimensão de valor intrínseco e afetivo em si mesma. Essas características se apresentam em profunda simbiose, tornando o econômico, o cultural e, por último, o social (onde a economia e a cultura se realizam) intimamente relacionados, constituindo um projeto que pretende modificar a dinâmica de funcionamento de uma região da cidade. Este capítulo apresenta os antecedentes do processo, uma caracterização da região no momento atual, o papel do 4º Distrito no contexto da nova gestão urbana, a aproximação com o modelo do Distrito de Inovação 22@, em Barcelona e o novo regramento específico para o 4º Distrito, na figura do *Masterplan*.

3.1. Resgate histórico

Para que se possa discutir a situação atual do 4º Distrito, é necessário fazer um breve resgate de sua formação socioespacial e de seu desenvolvimento através do tempo. Essa retomada se ancora em pesquisa anterior sobre a região (CONTASSOT, 2014).

O início da ocupação data do século XIX, a partir da colonização alemã, em 1824. A área servia como local de fluxo de mercadorias e pessoas em direção ao norte, pelo Rio dos Sinos, o que propiciou a instalação de moradias e comércio na região que corresponde hoje ao bairro Navegantes. Desde o início da sua ocupação, a área possuía localização estratégica, realizando as principais ligações rodoviárias e ferroviárias com a região metropolitana e do Estado. Trata-se, portanto, de um local de fluxos de bens e pessoas.

A ferrovia Porto Alegre – São Leopoldo, de 1874, e o Caminho Novo, atual rua Voluntários da Pátria, foram marcos que propiciaram o desenvolvimento da região na virada do século XX (MACEDO, 1999). Os

fatores elencados para a vocação industrial do 4º Distrito são alguns dos mesmos apresentados pelo poder público no projeto de revalorização atual: "o terreno plano, a visão de facilidades de infraestrutura, as possibilidades de expansão, a proximidade do centro de consumo" (MÜLLER e CASTELO, 1969, p. 19). A partir da 2ª Guerra Mundial a área consolida seu caráter industrial, em consonância com o recrudescimento da atividade fabril, que tomou conta das capitais brasileiras. Nessa época, outro marco importante para a circulação de mercadorias e pessoas foi a abertura da Avenida Farrapos, em 1940.

A atividade industrial nos bairros era caracterizada por grandes fluxos de carga e descarga de materiais pesados nos passeios públicos, assim como interdição de trechos, causadas pela presença de caminhões nos depósitos. Juntamente com a expansão das áreas industriais, nas décadas de 1940 e 1950, houve uma proliferação de loteamentos irregulares e habitações precárias próximas às fábricas, ocasionadas pelo grande contingente populacional em busca de oportunidades, oriundos de um meio rural cada vez mais mecanizado, que repelia a mão de obra no campo. Esse período de grande crescimento demográfico, tanto de migrantes quanto da própria cidade de Porto Alegre, impossibilitou a absorção de tamanha demanda por habitação. Esses são alguns dos fatores que justificavam, nesse período, o surgimento dos primeiros núcleos de ocupação precária no 4º Distrito. Alia-se a isso a conjuntura econômica da época no país, com baixos salários, altos índices de subemprego e encarecimento do solo urbano, em função da crescente demanda por moradia nas cidades. Uma das áreas irregulares consolidadas nesse período foi a vila Dona Teodora, no extremo norte da cidade.

A expansão da mancha urbana ao longo do Século XX passa a envolver a área do 4º Distrito, transformando o que antes era distante em "zona periférica do centro". A partir desse avanço da urbanização, junto do seu uso industrial se fortalece a presença do comércio e da moradia, modificando o perfil da área para uma zona de uso misto. Cunhou-se o termo "bairro-cidade" para se referir à área na década de 1960, já que o 4º Distrito dispunha, então, de todos os principais usos do solo urbano contidos em sua dinâmica interna.

Em 1959 é lançado o primeiro Plano Diretor de Porto Alegre, que coloca em desuso a denominação por distritos e setoriza o 4º Distrito nos bairros Floresta, São Geraldo, Navegantes, Farrapos e Humaitá. O bairro Navegantes, epicentro do 4º Distrito, no zoneamento do Plano Diretor, foi enquadrado como área industrial, excetuando-se as avenidas Sertório, A.J. Renner e Farrapos, consideradas avenidas comerciais. Contudo, na obra "Anatomia de bairro: Navegantes", de Müller e Castelo (1969), dez anos depois do lançamento do plano, descreveu-se a área com "diversificação de funções, onde ao lado da pequena, média ou grande indústria, ou mesmo a ela vinculada, aparece a residência, a prestação de serviços, o equipamento comunitário" (MÜLLER e CASTELO, 1969, p. 21). O que se observa aqui é que a atividade industrial trouxe consigo outros usos para o bairro, que podem ser observados na Figura 4 e na Figura 5. Porém, na mesma obra, Müller e Castelo evidenciaram um ritmo estacionário de implantação, se não mesmo declinante das indústrias (MÜLLER e CASTELO, 1969). É possível, a partir disso, estabelecer uma relação de incompatibilidade da realidade do 4º Distrito, um bairro que continha uma multiplicidade de usos, com a implementação do zoneamento de área industrial, que designava parâmetros que impossibilitaram o desenvolvimento desses outros usos na região. A rigidez do regramento é apontada como uma das causas para a posterior consolidação da estagnação econômica e demográfica.



Figura 4 – Usos industrial e residencial coexistindo na Rua Aratuba, bairro Navegantes
Fonte: Pedro Contassot, Março de 2017.



Figura 5 – Usos comercial e residencial coexistindo na Rua São Carlos, bairro Floresta
Fonte: Pedro Contassot, Março de 2017.

A década de 1970 foi marcada pela finalização das avenidas Frederico Mentz e Dique (que serviu como contenção às enchentes), em 1970, a Freeway (BR-290), em 1973, as avenidas A.J. Renner e Ernesto Neugebauer entre 1977 e 1980. Após a reconstrução da Av. Sertório, intensificou-se o problema dos alagamentos no 4º Distrito, como mostra a reportagem do Jornal Zero Hora, de 1972, na Figura 6. Os prejuízos causados pelas chuvas são uma realidade desde o início da ocupação da área, considerando que a enchente de 1941, três décadas antes da referida reportagem, foi um dos primeiros fatores que impactaram negativamente a atividade industrial. Mesmo após a construção do Conduto Forçado Álvaro Chaves, finalizada em 2008, a área continua sendo alvo de alagamentos, o que dificulta a consolidação de estratégias de revalorização. A Figura 7 apresenta um fragmento do mapa colaborativo, de 2017, das áreas de alagamento do município, elaborado pelo Observatório da Cidade de Porto Alegre (ObservaPOA). Essa série histórica demonstra que os alagamentos fazem parte do cotidiano dos habitantes do 4º Distrito há mais de 70 anos.



Figura 6 – Relato de alagamentos no 4º Distrito
 Fonte: Jornal Zero Hora, 1972.

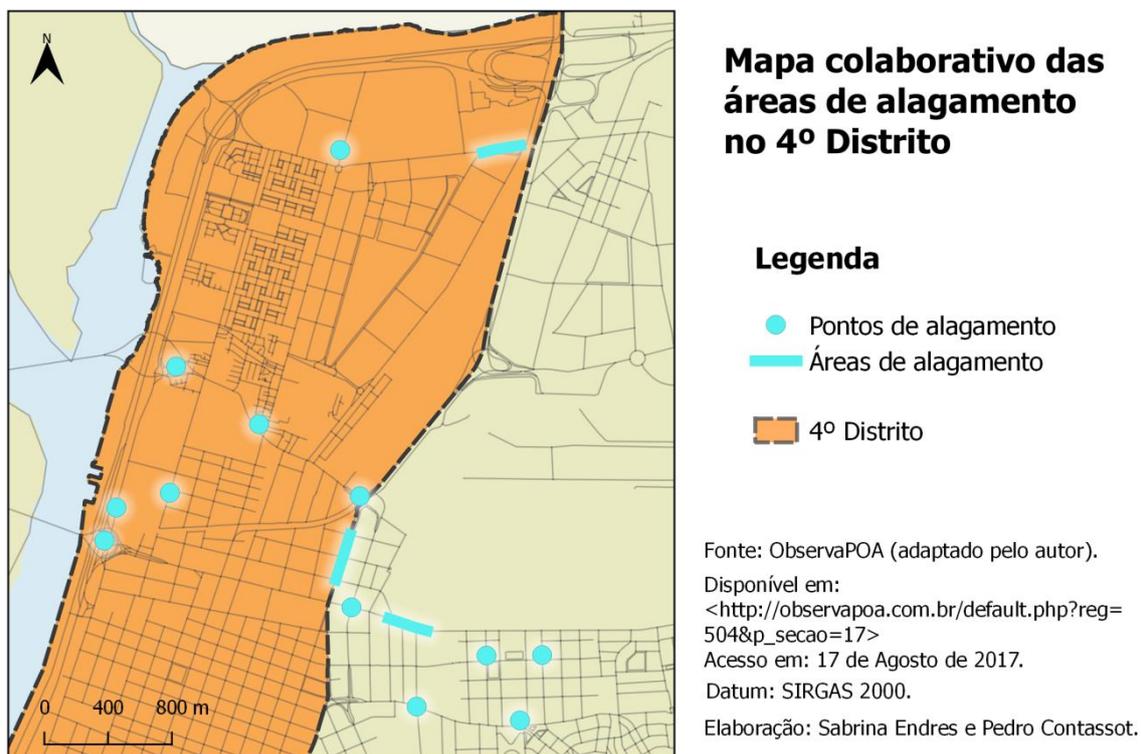


Figura 7 – Mapa colaborativo das áreas de alagamento no 4º Distrito
 Fonte: ObservaPOA (adaptado por Sabrina Endres e Pedro Contassot). Disponível em:
 <http://observapoa.com.br/default.php?reg=504&p_secao=17> Acesso em: 17 de Agosto de 2017.

Na década de 1970 também se inicia o processo de suburbanização da atividade industrial, graças à expansão da malha viária, utilizada para circular a

produção. A partir disso, consolida-se o direcionamento da classe fabril em direção à região metropolitana. Corroborando com esse processo, somaram-se o aumento do valor dos imóveis e aluguéis no município de Porto Alegre e a melhoria na rede de transporte rodoviário, além do Trensurb, ligando Porto Alegre a Sapucaia em 1985, chegando posteriormente a São Leopoldo e Novo Hamburgo.

A classe trabalhadora, dispoendo então de melhorias na acessibilidade, transferiu-se para áreas mais afastadas, de valores de solo mais baixos do que em Porto Alegre. Esses processos são elencados como catalisadores do esvaziamento da área, tendência que produzia, na época, cemitérios industriais em diversas cidades do mundo, entre elas a cidade de Detroit, nos Estados Unidos. Entende-se, portanto, o processo de perda de população e de diminuição do dinamismo econômico do 4º Distrito como um reflexo de um momento de realocação das atividades industriais dentro das áreas metropolitanas, que promoveu a subutilização de espaços dentro das grandes cidades. Desde a consolidação desse panorama, o futuro do 4º Distrito torna-se uma peça emblemática dentro das discussões de planejamento urbano em âmbito municipal.

A área recebeu diversos projetos que buscaram a revalorização econômica e o resgate do adensamento demográfico, evidenciando que as iniciativas de substituir os grupos que habitam e transitam no 4º Distrito por grupos sociais de maior renda não é recente. Na década de 1990, a Associação dos Moradores do Parque Humaitá encaminha para a Prefeitura Municipal de Porto Alegre uma reivindicação de melhorias de iluminação, conserto e ampliação de vias, criação de mais áreas verdes e remoção das áreas de habitação irregular, originalmente construídas do período do *boom* industrial, próximas às fábricas, nas áreas alagadiças e menos valorizadas. Furtado descreve o projeto como a criação de

[...] um novo bairro, com um novo *status*, aumentando a qualidade da infraestrutura e serviços existentes, de forma a atrair não apenas indústrias, mas também classes sociais de maior renda. O item mais importante do projeto era o da limpeza da área, pois de acordo com o projeto com as melhorias de infraestrutura e serviços as famílias assentadas irregularmente na área seriam naturalmente expulsas, e a

situação informal iria definitivamente desaparecer de Dona Teodora (FURTADO, 2011, p.146).

Nesse período, em 1995, foi inaugurado o *shopping* DC Navegantes, entre as avenidas Voluntários da Pátria e Frederico Mentz, que buscava restabelecer a atratividade da região. Na atualidade, depois de enfrentar problemas de baixa visitação, o *shopping* concentrou suas atividades no ramo de móveis e passou a abrigar um polo tecnológico do Instituto Porto Alegre (IPA), instituição de ensino superior da Rede Metodista de Educação do Sul.

A década de 1990 também foi caracterizada pela redemocratização, que representou uma reabertura do diálogo com a população nos municípios. Em Porto Alegre, essa nova forma de gerir o território foi caracterizada pela implementação do Orçamento Participativo, que define, juntamente com representantes da sociedade civil, a aplicação de recursos em obras e serviços que serão executados pela administração municipal. Através de demandas trazidas pelas Regiões do Orçamento Participativo, se consolidou um instrumento que reverberou em todo o mundo como modelo de gestão urbana.

Dentro do escopo da internacionalização da cidade, uma das razões para o ressurgimento da discussão a respeito da degradação do 4º Distrito foi a eleição de Porto Alegre como uma das cidades-sede da Copa do Mundo FIFA de 2014. A preocupação com a estética da entrada da cidade, em face de um evento de envergadura global, conferiu nova legitimidade aos discursos de reversão do processo de abandono para fins turísticos, considerando-se a presença dos acessos rodoviário e aeroviário nas extremidades da região. A contextualização do papel do 4º Distrito na história de Porto Alegre e sua Região Metropolitana auxilia na compreensão da caracterização da região no presente. Essa discussão será apresentada a seguir.

3.2. Caracterização da região

No momento atual, o abandono do 4º Distrito culmina na degradação das estruturas físicas dos edifícios que se encontravam subutilizados, bem

como uma diminuição dos serviços públicos de manutenção das calçadas, iluminação pública e recolhimento de lixo. Assim, as estruturas obsoletas exigiriam reparos para que pudessem ser ocupadas novamente. Essa questão se liga à preservação do patrimônio, que estabelece parâmetros específicos para a revitalização de edifícios listados pelo poder público. Um dos exemplos de preservação do patrimônio, na forma de conjunto de casas, é ilustrada na Figura 8.

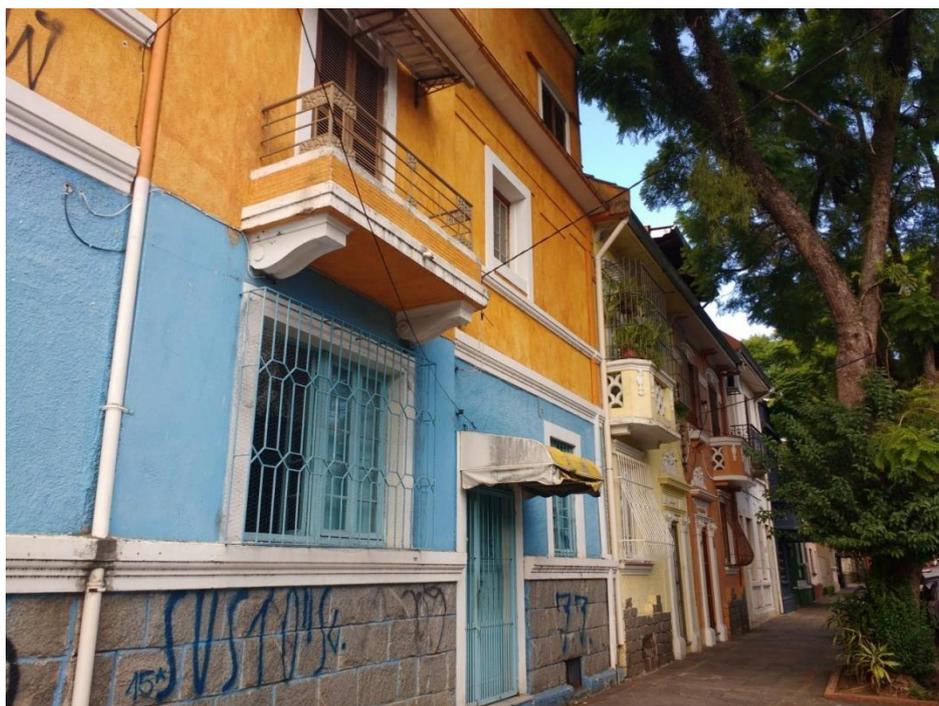


Figura 8 – Conjunto de casas tombadas na Rua Pelotas
Fonte: Pedro Contassot, Março de 2017.

É importante considerar que, na revalorização econômica do 4º Distrito, a reconexão com a orla lacustre é um dos pontos de destaque. A recuperação de *waterfronts*, ou seja, áreas de orla, são objetos de interesse central no urbanismo no âmbito mundial. Áreas como o Inner Harbor de Baltimore, o Victoria & Alfred Waterfront da Cidade do Cabo, o Mercado Ver-o-Peso, em Belém, e o projeto do Porto Maravilha, no Rio de Janeiro, são alguns casos emblemáticos na busca por uma revalorização das áreas portuárias degradadas e abandonadas pelas administrações municipais e pela iniciativa privada no final do século XX. No caso de Porto Alegre, após a enchente de 1941 e demais alagamentos que prejudicaram os habitantes do 4º Distrito, e da

posterior elevação da Avenida da Legalidade da Democracia (então chamada de Avenida Castelo Branco) como contenção para as cheias do lago Guaíba, perdeu-se a conexão com a orla. O bairro Navegantes, que outrora abrigou clubes de remo e grupos de veleiros, assim como a festa de Nossa Senhora dos Navegantes, que dá nome ao bairro, se viu desvinculado das suas águas após a implementação da nova rodovia e com o metrô de superfície – Trensurb. A barreira é ilustrada na Figura 9.



Figura 9 – Perda de conexão com a orla na Rua Voluntários da Pátria

Fonte: Pedro Contassot, Março de 2017.

No Brasil, também na década de 1990, iniciou-se o processo de revalorização do Pelourinho, em Salvador (BA), tratado por alguns autores como *gentrification*⁷, que representa um dos casos mais emblemáticos de substituição de "[...] população pobre, por outra de maior poder aquisitivo, com um estilo específico de vida e, em alguns aspectos, até de se vestir de se comportar." (RIBEIRO, 2014, p. 465). Liderado pelo poder público, o projeto de transformação da área do Pelourinho difere do caso do 4º Distrito pelo fato do primeiro contar, desde o início, com um projeto institucional que buscava a revisão do seu planejamento e sua ocupação. O 4º Distrito recebe, antes da via

⁷ Reflexões sobre o conceito e a ocorrência do processo de *gentrification* no Parque Histórico do Pelourinho, Salvador – BA. Disponível em: <http://cadernosmetropole.net/system/artigos/arquivos/000/000/300/original/cm32_301.pdf?1474650660>

institucional, grupos ligados à economia criativa, atraídos por valores do solo mais baixos.

Um dos casos mais emblemáticos na refuncionalização do 4º Distrito aparece com a restauração do conjunto Vila Flores, prédios destinados originalmente aos trabalhadores da indústria local. A mudança envolveu o conserto do telhado, preservando características do projeto original, e as infraestruturas para as redes elétrica, hidráulica, de gás e de saneamento. A construção se destaca por sua arquitetura que preserva a geometria, a simetria e os espaços internos bem equilibrados. Hoje abriga empresas relacionadas à área criativa, como grupos de teatro, artistas visuais, estúdios de design e arquitetura, que promovem palestras, exposições e eventos (MAYNART, 2016).

O conjunto Vila Flores (Figura 10) é uma das mais importantes iniciativas de promover uma renovação que dialogue com o bairro, porque comporta diferentes espaços, com flexibilidade e cooperação entre as atividades residentes, além de preservar as suas características arquitetônicas originais. A flexibilidade dos espaços que compõe os edifícios é uma representação da nova forma de conceber os espaços de trabalho, que exigem dinamismo e diálogo entre os diferentes ocupantes.



Figura 10 – Pátio interno do conjunto de edifícios Vila Flores

Fonte: Zero Hora. Disponível em:

<<http://zh.clicrbs.com.br/rs/entretenimento/arte/noticia/2016/05/vila-flores-e-o-representante-gaucha-na-bienal-de-arquitetura-de-veneza-5805216.html>> Acesso em: 10 de Março de 2017.

Pela quantidade de atividades promovidas junto ao público nos anos recentes, o conjunto Vila Flores se tornou um espaço de grande atratividade, consolidando-se como um dos expoentes da economia criativa no 4º Distrito e fortalecendo a rede de cooperação entre diferentes empreendedores que se localizam dentro do conjunto e no seu entorno. O número de empreendimentos do segmento vem crescendo a partir da base estabelecida pelo conjunto Vila Flores, que, pouco a pouco, vai inserindo novos olhares para a Rua São Carlos, no coração do bairro Floresta.

Esse pioneirismo atuou como um efeito cascata, potencializando e estimulando o desenvolvimento dos negócios voltados à arte, à cultura, ao conhecimento e à sustentabilidade. A consolidação do conjunto Vila Flores como fenômeno de efervescência cultural e criativa extrapola a esfera do consumo, atingindo a dimensão de espaço de sociabilidade, desconcentrando a ocorrência desse tipo de atividade dos bairros tradicionalmente conhecidos em Porto Alegre pelo mercado cultural, como a Cidade Baixa e o Bom Fim. O espaço amplo propicia a realização de eventos abertos ao público, como o Arraial Vila Flores, de grande visitação (Figura 11).

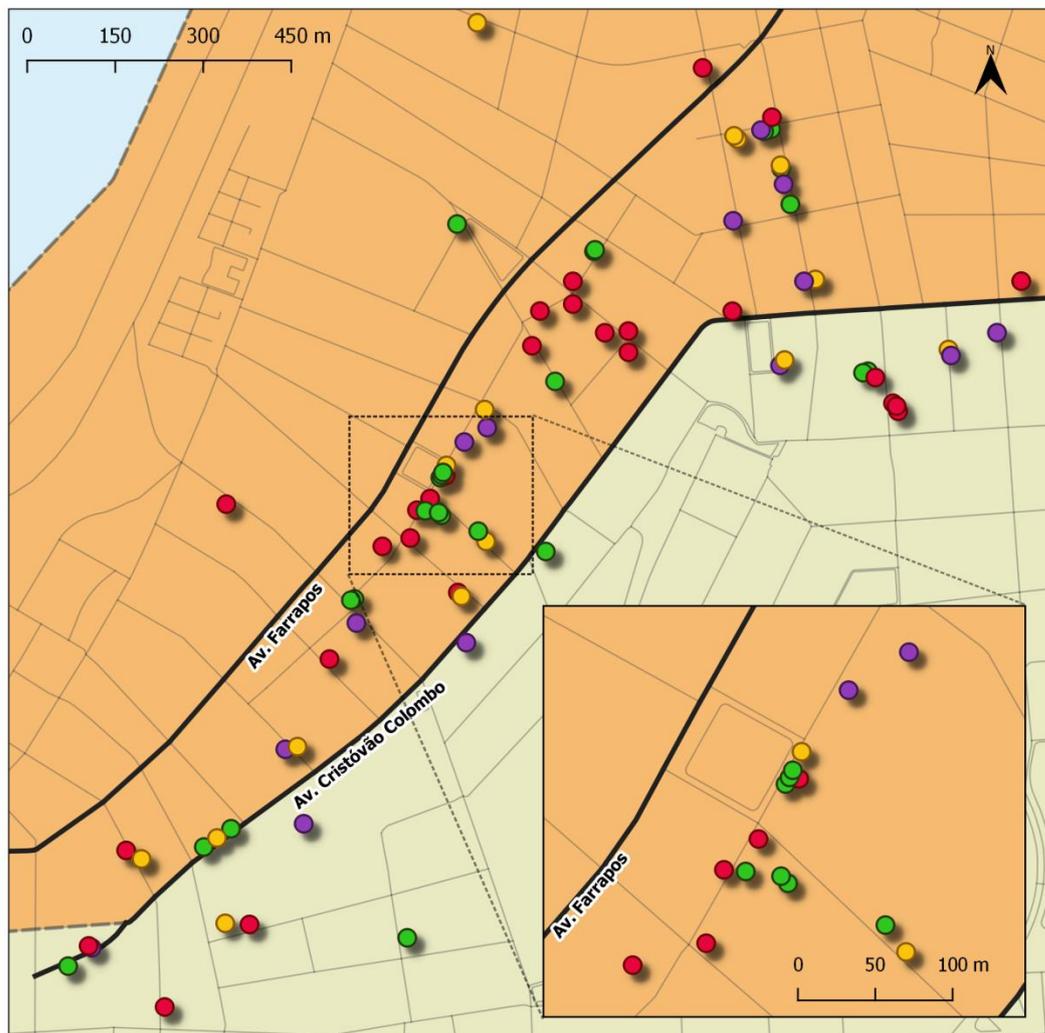


Figura 11 – Arraial Vila Flores

Fonte: Vila Flores. Disponível em: <<https://vilaflores.wordpress.com/2017/06/06/projetos-colaborativos-na-pratica-arraial-vila-flores-vem-ai/>> Acesso em: 13 de Setembro de 2017.

O desencadeamento da economia criativa no 4º Distrito, atribuído em grande parte ao sucesso do conjunto Vila Flores, em número de empreendimentos participantes, em acesso ao público e, conseqüentemente, na exposição e cobertura midiática, dialoga diretamente com a atuação do

Distrito Criativo. A diversidade de negócios, muitos dos quais sediados em edificações restauradas e tombadas pelo patrimônio histórico, é apresentada na Figura 12.



Localização dos empreendimentos participantes do Distrito Criativo de Porto Alegre

Legenda

Empreendimentos

- Arquitetura, design e bens de consumo
- Artes
- Gastronomia e espaços multifuncionais
- Multimídia e música

4º Distrito

Fonte: Distrito C (adaptado pelo autor).

Disponível em: <<https://distritocriativo.wordpress.com/>>
Acesso em: 15 de Fevereiro de 2016

Datum: SIRGAS 2000.

Elaboração: Sabrina Endres e Pedro Contassot.

Figura 12 – Localização dos empreendimentos participantes do Distrito Criativo

Fonte: Distrito C (adaptado por Sabrina Endres e Pedro Contassot). Disponível em: <<https://distritocriativo.wordpress.com/>> Acesso em: 15 de Fevereiro de 2016.

A partir do mapa acima, é possível identificar que os diversos tipos de empreendimentos localizados no 4º Distrito foram agrupados em quatro categorias, sendo as de “Arquitetura, design e bens de consumo” e “Artes” as mais expressivas. Há, em termos de espacialização, uma predominância de empreendimentos na porção leste do recorte, entre a Avenida Cristóvão Colombo e a Avenida Farrapos. Na região mais próxima da Rua Voluntários da Pátria, na porção oeste, a degradação se acentua, porque é a porção menos densamente povoada e menos atrativa, em função da baixa circulação de pessoas. Também é na porção oeste onde se encontram o maior número de imóveis ociosos, onde uma parcela significativa da atividade industrial do 4º Distrito se localizava na metade do Século XX. Essa relação de imóveis desocupados é apresentada na Figura 13.



Figura 13 – Edifícios desocupados no 4º Distrito

Fonte: Turkienicz, 2014. Disponível em: <<https://www.behance.net/gallery/18353523/Workshop-4-Distrito-Grelha-Teorica-no-espaco-urbano>> Acesso em: 02 de Novembro de 2014.

Concomitantemente ao movimento de surgimento de empreendimentos ligados à economia criativa, que trouxe novas funções para antigos endereços da Rua São Carlos, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre anunciou a

aprovação do Projeto de Lei do Executivo que concede redução de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) para os estabelecimentos voltados às áreas de tecnologia e saúde em toda a cidade, e, especificamente na área do 4º Distrito, isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) para todos os bairros que o integram – Floresta, São Geraldo, Navegantes, Farrapos e Humaitá (PMPA/Fazenda, 2016). Essa iniciativa busca reverter o quadro de subutilização do espaço na região, e, concomitantemente, vai ao encontro do princípio da nova gestão urbana, em que cabe ao Estado o papel de fornecer facilidades para a instalação de novos empreendimentos privados que adotem a região como novo vetor do desenvolvimento tecnológico e criativo de Porto Alegre.

Também é importante ressaltar a forma que a mídia, enquanto formadora da opinião pública, retrata o panorama da desigualdade e de degradação que vem se acentuando no 4º Distrito. O Jornal Zero Hora, veículo de maior circulação no estado do Rio Grande do Sul, exibiu a matéria intitulada "Esta poderia ser a rua mais bonita da cidade. Saiba porque não é", em Março de 2017. A matéria trata da Rua Paraíba, no bairro Floresta, que apresenta um túnel de árvores e conjunto de casas históricas, tombadas pelo patrimônio histórico, elementos trazidos como de grande importância para a beleza da rua. O contraste fica por conta da atividade das unidades de triagem de lixo, que gera acúmulo de lixo nas calçadas, mau cheiro, problemas com ratos e insetos. A Rua Paraíba também é notadamente conhecida pela atividade da prostituição durante todo o dia. Além dessas atividades, é comum encontrar-se comércios de metais, como o da Figura 14.



Figura 14 – Comércio de metais na Rua Voluntários da Pátria
Fonte: Pedro Contassot, Março de 2017.

Ainda que o texto abranja a diversidade de atividades que se desenvolvem na rua, o próprio título da matéria já encaminha como elementos de repulsão e prejuízo estético as unidades de triagem de lixo. Contudo, é importante ressaltar que a desvalorização da Rua Paraíba é um reflexo, em microescala, do esvaziamento que se disseminou por todo o espaço, a partir da negligência do poder público. O crescimento de atividades até então inexistentes, como a triagem e a prostituição, ao invés de ser tratado como consequência da gestão ausente, é tomado como causa dos problemas urbanos, entre eles, a criminalidade e a sujeira. O surgimento dessas atividades, marcadas por se darem nos escombros da cidade formal, buscam locais de pouca circulação e atuação das políticas públicas. A Rua Paraíba, situada entre as avenidas Farrapos e Voluntários da Pátria, se encontra na porção mais desvalorizada do 4º Distrito, onde a informalidade e a exclusão penetram com maior facilidade. A foto que ilustra o texto original (Figura 15), em jogo de luzes e sombras, evidencia o caráter de marginalização ao qual são submetidos os trabalhadores das unidades de triagem, e que não tiveram

representação nas entrevistas realizadas pela matéria (na frente), em contraste com o patrimônio em risco, representado pelas casas (ao fundo).



Figura 15 – Carrinheiros e patrimônio histórico; dimensões em conflito

Fonte: Jornal Zero Hora. Disponível em: < <http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto-alegre/pelas-ruas/noticia/2017/03/esta-rua-poderia-ser-a-mais-bonita-da-cidade-saiba-por-que-nao-e-9732018.html> > Acesso em: 05 de Março de 2017.

A ideia de que os grupos marginalizados contribuem para acentuar a degradação do local desconsidera que estes só se apropriaram do espaço na medida em que ele foi se tornando, com o passar do tempo, obsoleto e pouco atrativo. Portanto, parte-se das pessoas em situação de vulnerabilidade social como o problema, ao invés de entendê-las como efeito de uma conjuntura mais ampla. O conflito na rua, cujo potencial como valor de troca passa a despertar interesses, produz uma narrativa tomada como totalidade:

É evidente que a publicidade insistente e a mídia, de um modo geral, têm um papel especial na construção da representação ideológica da cidade, destacando os espaços de distinção. É evidente também que essa representação é um instrumento de poder – dar aparência de "natural" e "geral" a um aspecto que é parcial e que nas cidades está associado aos expedientes de valorização imobiliária. Nunca é demais lembrar que a proximidade de pobres acarreta a desvalorização imobiliária ou fundiária (MARICATO, 2015, p. 85).

Portanto, a ocupação do espaço no 4º Distrito por grupos de renda mais baixa, que já soma décadas, torna-se subitamente um entrave, na medida em que o restante da cidade visualiza um potencial de valorização econômica e configuração de uma nova centralidade. As áreas que não representam interesse para a reprodução do capital imobiliário, na periferia, apesar de ocupadas pelos mesmos grupos, não são tão fortemente alvejadas por críticas à degradação do patrimônio ou por queixas em relação à segurança quanto se verifica no 4º Distrito. O mesmo vale para a área da Luz, em São Paulo, e os bairros da Saúde e da Gamboa, no Rio de Janeiro – exemplos recentes de criminalização dos grupos sociais de menor renda, ainda que estes habitem as respectivas regiões há muito tempo.

A desigualdade, como entrave ao desenvolvimento e não como sintoma das deficiências do planejamento, fragiliza ainda mais os grupos excluídos a partir da abertura econômica, na década de 1990. Reverberando tendências globais, que transformaram o paradigma do planejamento e da gestão urbana, as cidades brasileiras buscam formas de se inserir em um mercado global de cidades, onde a tecnologia, a cultura e a arte são ferramentas mercadológicas essenciais na constituição de um cenário próspero, economicamente flexível e socialmente complexo, principalmente no contexto das cidades de industrialização tardia. O papel da nova gestão urbana será discutido a seguir.

3.3. A nova gestão urbana

A década de 1990 é marcada pelo início do urbanismo neoliberal, tendência evidenciada por Neil Smith (2002) a partir de seus estudos sobre a metrópole global estadunidense, Nova Iorque. A partir do que considerou "geosubornos", o autor identificou 900 milhões de dólares em subsídios fiscais autorizados pelo prefeito, Rudy Giuliani, para manter a bolsa de valores em Nova Iorque, após rumores de que esta poderia ser realocada para Nova Jérsei. O acordo foi firmado como uma "parceria público-privada" de envergadura sem precedentes, justificado como um "investimento" feito pela cidade e pelo estado, muito embora Smith acreditasse que as especulações

sobre a partida da bolsa fossem infundadas. Esse é um marco, na cidade de Nova Iorque, do momento em que o Estado deixa de modular a rota dos investimentos privados para se encaixar nas decisões tomadas por ele, como mais um parceiro do capital global (SMITH, 2002). A nova gestão urbana é caracterizada, sobretudo, pela facilitação ou viabilização (via incentivos ou isenções e flexibilização dos planos diretores) dos projetos previamente orquestrados pela iniciativa privada. O planejamento sistêmico e integrado do século XX pulveriza-se em direção às políticas setoriais, marcadas por uma intervenção cada vez maior do desenho urbano, que projeta soluções atomizadas para as áreas de interesse do capital privado.

Nesse período, a primazia das grandes regiões de produção (Nordeste dos Estados Unidos, Vale do Ruhr, as *Midlands* da Inglaterra) se dissolve, dando lugar à escala metropolitana como epicentro da produção global. Nesse contexto do "novo urbanismo", o resgate das regiões centrais na escala metropolitana, onde pode ser enquadrado o 4º Distrito, é essencial nas metrópoles. E se, em um primeiro momento, a hegemonia das áreas metropolitanas como metrópoles de serviços e de tecnologia estava restrita aos grandes centros, como Nova Iorque, Londres, e no Brasil, a São Paulo, já é possível observar que as metrópoles regionais, como Porto Alegre, encontram seu lugar na hierarquia da reprodução do capital a partir de seus sub-centros decisórios. Para essas cidades, tardiamente inseridas na rede global, são revistas as prioridades da gestão urbana:

Se durante longo período o debate acerca da *questão urbana* remetia, entre outros, a temas como crescimento desordenado, reprodução da força de trabalho, equipamentos de consumo coletivo, movimentos sociais urbanos, racionalização do uso do solo, a *nova questão urbana* teria, agora, como nexos central a problemática da competitividade urbana (VAINER, 2000, p. 76).

Nas manchas urbanas cada vez mais difusas e congestionadas, com deslocamentos que podem chegar até três horas, as áreas dotadas de centralidade que permaneceram em processo de obsolescência e desvalorização durante décadas, agora representam uma possibilidade de (re)produção do capital imobiliário no coração das regiões metropolitanas. Por

isso, é importante destacar a centralidade do 4º Distrito não somente para a cidade de Porto Alegre, mas para a região metropolitana e a potência que ela constitui em escalas que vão do local até o global.

A tecnologia representa um elemento importante na elaboração de políticas de revalorização urbana no 4º Distrito, porque pretendem torná-lo atual, inovador e atrativo para determinados grupos sociais:

A era da "computopia", da telecracia ou da "ágora das telecomunicações", como denominou Sérgio Brasil, fundamenta-se no domínio ideológico e cultural do capital em larga escala, além de gerar toda uma indústria das informações, com seus produtos derivativos e suas mercadorias culturais. [...] As mercadorias culturais atendem assim a uma dupla finalidade social para o capitalismo: a criação de novas formas de produção de mais valia e de valorização do capital, já abordadas, e a de reprodução social da força de trabalho, através da necessária legitimação sociopolítica e ideológico-cultural da ordem societária burguesa (REIS, 2002, p. 70).

Porém, ao mesmo tempo, o processo de aperfeiçoamento tecnológico e de redes de telecomunicação configura uma poderosa ferramenta de segregação socioespacial, porque apenas grupos dotados de determinada linguagem poderão utilizar das vantagens desse novo espaço, produzindo uma comunicação urbana codificada e restrita. A instrumentalização tecnológica que permeia os projetos de revalorização urbana calcados na cultura e na tecnologia, em um país de desigualdade acentuada como o Brasil, se reflete na amplificação dessas disparidades no nível da cidade.

Essa é uma das justificativas para o processo de gentrificação aparentar uma substituição "natural" do perfil populacional do bairro, uma vez que os moradores não se sentem convidados a participar de um espaço que não comunga da sua linguagem, tornando-os uma peça fora do acontecer urbano. As tabelas apresentadas a seguir evidenciam a mudança de perfil da região, considerando as décadas de 2000 e 2010.

A Tabela 1 mostra um aumento expressivo da expectativa de anos de estudo na região Humaitá/Navegantes, que passou de 9,90 anos, em 2000, para 10,29 anos, em 2010. No que se refere ao índice, a região subiu de 0,825, em 2000, para 0,858, em 2010, o que representou uma melhora de colocação

de 9º para 5º. Ao contrário de muitas regiões, que perderam pontuação no índice de 2010 (como Centro, Centro Sul, Cristal, Cruzeiro, Eixo-Baltazar, Lomba do Pinheiro, Noroeste, Partenon, Restinga e Sul), a região Humaitá/Navegantes evidencia aumento em todos os parâmetros: valor em anos, índice e ranking. Esses dados demonstram que a escolarização média na região apresenta um número crescente de indivíduos com ensino superior, em detrimento de dez outras regiões do Orçamento Participativo. A evolução da escolaridade na região é um dos primeiros indícios de mudança de perfil dos moradores.

Território	2000			2010		
	Valor (anos)	Índice	Rank	Valor (anos)	Índice	Rank
Brasil	8,76			9,54		
Rio Grande do Sul	10,25			10		
Porto Alegre	10,45			9,76		
Centro	12,29	1,000	1	11,58	0,965	1
Centro Sul	11,06	0,922	3	10,59	0,883	4
Cristal	10,68	0,890	6	9,51	0,793	13
Cruzeiro	9,09	0,758	15	8,82	0,735	14
Eixo-Baltazar	10,69	0,891	5	10,13	0,844	8
Extremo-Sul	9,48	0,790	12	9,96	0,830	11
Glória	9,59	0,799	11	10,01	0,834	9
Humaitá/Navegantes	9,90	0,825	9	10,29	0,858	5
Ilhas	8,65	0,721	16	11,09	0,924	3
Leste	10,01	0,834	8	10,26	0,855	6
Lomba do Pinheiro	9,14	0,762	14	8,81	0,734	15
Nordeste	8,11	0,676	17	8,44	0,703	17
Noroeste	11,85	0,988	2	11,30	0,942	2
Norte	9,89	0,824	10	9,98	0,832	10
Partenon	10,24	0,853	7	9,82	0,818	12
Restinga	9,34	0,778	13	8,74	0,728	16
Sul	10,95	0,913	4	10,19	0,849	7

Tabela 1 – Expectativa de anos de estudo: Brasil, Rio Grande do Sul, Porto Alegre e Regiões do Orçamento Participativo 2000-2010

Fonte: FURTADO, A. et al. Condições de Vida de Porto Alegre 2000-2010 (ObservaPOA).

Adaptado pelo autor. Disponível em:

<http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/20160630-condicoes_de_vida_-_completo.pdf> Acesso em: 10 de Junho de 2017.

A Tabela 2, referente à renda média *per-capita*, apresenta resultados similares à tabela anterior. O valor da renda na região Humaitá/Navegantes mostrou um aumento de R\$ 870,66, em 2000, para expressivos R\$1.216,93,

em 2010. Em relação à colocação no índice, também cresceu, de 0,214, em 2000, para 0,300, em 2010. Em relação às demais regiões, apresentou uma escalada de três posições na lista, passando do décimo para o sétimo lugar no ranking, ultrapassando as regiões Cruzeiro, Partenon e Eixo-Baltazar, que, em 2000 estavam a frente de Humaitá/Navegantes, mas não apresentaram crescimentos tão acentuados no período até 2010.

Território	2000			2010		
	Valor (anos)	Índice	Rank	Valor (anos)	Índice	Rank
Brasil	592,46			793,87		
Rio Grande do Sul	708,12			959,24		
Porto Alegre	1.399,50			1.758,27		
Centro	2.945,58	0,730	1	3.649,91	0,904	1
Centro Sul	1.049,03	0,259	6	1.294,89	0,320	6
Cristal	1.377,45	0,340	4	1.665,45	0,412	4
Cruzeiro	928,95	0,229	8	1.139,73	0,281	8
Eixo-Baltazar	871,29	0,215	9	1.057,42	0,261	10
Extremo-Sul	630,36	0,155	12	881,30	0,217	12
Glória	740,77	0,182	11	994,49	0,245	11
Humaitá/Navegantes	870,66	0,214	10	1.216,93	0,300	7
Ilhas	387,03	0,094	16	642,58	0,158	15
Leste	1.135,03	0,280	5	1.409,81	0,348	5
Lomba do Pinheiro	452,27	0,110	15	590,83	0,145	16
Nordeste	330,08	0,080	17	469,88	0,115	17
Noroeste	1.907,87	0,472	2	2.470,49	0,612	2
Norte	590,70	0,145	13	852,07	0,210	13
Partenon	962,68	0,237	7	1.127,81	0,278	9
Restinga	461,15	0,113	14	644,32	0,158	14
Sul	1.692,40	0,418	3	2.129,79	0,527	3

Tabela 2 – Renda média per-capita: Brasil, Rio Grande do Sul, Porto Alegre e Regiões do Orçamento Participativo 2000-2010

Fonte: FURTADO, A. et al. Condições de Vida de Porto Alegre 2000-2010 (ObservaPOA).

Adaptado pelo autor. Disponível em:

<http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/20160630-condicoes_de_vida_-_completo.pdf> Acesso em: 10 de Junho de 2017.

A Tabela 3 apresenta o coeficiente de Gini, variável utilizada para representar a desigualdade da renda – quanto maior for o valor, maior é a desigualdade de renda dentro da região. A região Humaitá/Navegantes, em 2000, apresentava valor 0,52, enquanto que em 2010 teve aumento para 0,57 (aumento de 8,77% de desigualdade no período). Quando olhamos para a

colocação no ranking, a região Humaitá/Navegantes perde colocações, o que significa que a discrepância entre a renda dos moradores dessa região aumentou mais do que as demais regiões. Em 2000, a região figurava na 8ª posição, já em 2010 caiu para a 12ª, empatada com as regiões Ilhas e Leste, sendo, das três, a que mais teve aumento de desigualdade no período. A distribuição de renda é um instrumento que confere visibilidade ao índice anterior, da renda *per-capita*, porque a partir da análise das duas variáveis é possível constatar que houve um importante incremento na renda em dez anos, porém esse ganho não é representativo da maioria da população, considerando-se que a desigualdade aumentou. Portanto, é possível afirmar-se que aumentou a concentração de renda no Humaitá/Navegantes, que representa a maior parte do 4º Distrito, à exceção do bairro Floresta.

Território	2000			2010		
	Valor (anos)	Índice	Rank	Valor (anos)	Índice	Rank
Brasil	0,64			0,6		
Rio Grande do Sul	0,58			0,54		
Porto Alegre	0,60			0,6		
Centro	0,50	0,500	5	0,55	0,450	10
Centro Sul	0,52	0,480	8	0,52	0,480	7
Cristal	0,56	0,440	12	0,57	0,430	12
Cruzeiro	0,62	0,380	17	0,59	0,410	17
Eixo-Baltazar	0,50	0,500	5	0,57	0,530	3
Extremo-Sul	0,53	0,470	10	0,5	0,500	6
Glória	0,56	0,440	12	0,56	0,440	11
Humaitá/Navegantes	0,52	0,480	8	0,57	0,430	12
Ilhas	0,56	0,440	12	0,57	0,430	12
Leste	0,60	0,400	16	0,57	0,430	12
Lomba do Pinheiro	0,49	0,510	4	0,42	0,580	1
Nordeste	0,44	0,560	1	0,44	0,560	2
Noroeste	0,50	0,500	5	0,52	0,480	7
Norte	0,45	0,550	2	0,48	0,250	5
Partenon	0,55	0,450	11	0,54	0,460	9
Restinga	0,46	0,540	3	0,47	0,530	3
Sul	0,59	0,410	15	0,58	0,420	16

Tabela 3 – Coeficiente de Gini: Brasil, Rio Grande do Sul, Porto Alegre e Regiões do Orçamento Participativo 2000-2010

Fonte: FURTADO, A. et al. Condições de Vida de Porto Alegre 2000-2010 (ObservaPOA).

Adaptado pelo autor. Disponível em:

<http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/20160630-condicoes_de_vida_-_completo.pdf> Acesso em: 10 de Junho de 2017.

Esses dados podem ser traduzidos da seguinte forma: há um aumento de expectativa de anos de estudo na região, que concorda com o aumento da renda *per-capita*. Se esses dados fossem tratados isoladamente, poder-se-ia concluir que o Humaitá/Navegantes está em plena ascensão de número de indivíduos com ensino superior e de remuneração. Ao combiná-los com a consideração da desigualdade, tanto o Humaitá/Navegantes quanto o Centro (região do Orçamento Participativo onde se encontra o bairro Floresta) se tornaram mais desiguais, tanto em relação a si próprios, na década anterior, quanto em relação às demais regiões do Orçamento Participativo. Isso significa que a acentuação do quadro de distanciamento entre dois perfis distintos da população está se fortalecendo.

A partir da elaboração do Plano Municipal de Economia Criativa, que cria diretrizes para a consolidação das atividades desse setor, evidencia-se o papel dos governos: "Articulação de políticas públicas para estimular capacidades criativas que otimizem a relação entre criação, gestão e empreendedorismo" e da sociedade civil: "Facilitar alianças estratégicas e *networking* entre as partes interessadas" (INOVAPOA, 2014, p. 9). Nesse contexto, elaborou-se um ranking, a partir das bases do indicador das cidades do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que considera o índice econômico, no qual Porto Alegre figura em 1º lugar, o índice criativo, no qual Porto Alegre figura em 3º lugar, e o índice social, no qual Porto Alegre figura em 9º lugar. A partir desses índices, estimou-se o índice geral, no qual Porto Alegre aparece em 2º lugar, perdendo apenas para São Paulo como cidade com maior potencial de economia criativa.

O índice social em posição inferior aos índices econômico e criativo mostra que o estabelecimento de políticas públicas para a promoção da economia criativa na cidade de Porto Alegre deve considerar a dimensão da desigualdade como fator de interferência, figurando como um dos quatro eixos de ponderação da criação de um ambiente de inovação. Os eixos são apresentados pelo plano na Figura 16.

ECONOMIA CRIATIVA BRASILEIRA E SEUS PRINCÍPIOS



Figura 16 – Eixos da economia criativa brasileira

Fonte: Plano Municipal de Economia Criativa (INOVAPOA). Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/inovapoa/usu_doc/poa_criativa_vweb.pdf> Acesso em: 24 de Maio de 2017.

É possível traçar um paralelo entre a matéria intitulada "Esta poderia ser a rua mais bonita da cidade. Saiba porque não é" e os desafios de implementar elementos criativos na cidade que dialoguem com toda a população. O Plano Nacional de Economia Criativa, alicerce na criação do Plano Municipal de Economia Criativa, diz:

Além deste processo de inclusão produtiva, basilar para a inclusão social, o acesso a bens e serviços criativos também emerge como uma premissa para a cidadania. Uma população que não tem acesso ao consumo e fruição cultural é amputada na sua dimensão simbólica. Nesse sentido, inclusão social significa, preponderantemente, direito de escolha e direito de acesso aos bens e serviços criativos brasileiros (PLANO DA SECRETARIA DA ECONOMIA CRIATIVA, 2011, p. 35).

Portanto, é necessário pensar a dimensão do acesso equânime aos bens culturais que advêm da economia criativa, elaborando proposições que não tratem da esfera social como um entrave ao desenvolvimento socioespacial. O ranking de cidades em potencial criativo é apresentado na Tabela 4.

RANKING - CIDADES									
UF	CIDADE	GERAL ECONÔMICO		GERAL SOCIAL		GERAL CRIATIVO		ÍNDICE GERAL	
		Índice	Class.	Índice	Class.	Índice	Class.	Índice	Class.
SP	São Paulo	6	69,3	1	75,0	9	48,0	1	100,0
RS	Porto Alegre	1	79,9	9	49,3	3	59,9	2	98,2
MG	B.Horizonte	10	61,8	2	61,3	5	54,3	3	90,2
SP	Campinas	7	63,8	16	40,4	1	76,0	4	88,3
PR	Curitiba	5	69,7	5	52,1	12	40,8	5	86,3
RJ	Rio de Janeiro	9	61,8	4	56,9	8	49,3	6	86,3
DF	Brasília	4	71,9	19	38,0	11	41,0	7	80,9
SC	Florianópolis	2	78,0	42	21,7	6	51,5	8	80,2
PR	Londrina	14	57,6	24	34,8	2	70,1	9	79,4
PE	Recife	24	48,8	8	50,4	4	56,3	10	76,7
BA	Salvador	29	44,7	3	60,4	14	37,7	11	72,8
SP	S.B. do Campo	13	57,8	12	44,5	15	35,3	12	72,8

BASES DO INDICADOR DAS CIDADES (* SEGUNDO DADOS DO IBGE)

GERAL CRIATIVO - Emprego Criativo per capita / Emprego Super Criativo per capita

GERAL ECONÔMICO - PIB per capita / Renda per capita / Porcentagem do PIB de Serviços / Empresas por habitantes

GERAL SOCIAL - Estabelecimentos Públicos de Saúde / Saneamento Básico per capita / Emprego Total-População

Tabela 4 – Ranking de cidades por potencial criativo

Fonte: Plano Municipal de Economia Criativa (INOVAPOA). Disponível em:

<http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/inovapoa/usu_doc/poa_criativa_vweb.pdf>

Acesso em: 24 de Maio de 2017.

Antes da elaboração dos planos federal e municipal de economia criativa (respectivamente, 2011 e 2014), já havia empreendimentos que apostavam no 4º Distrito como vetor de desenvolvimento de atividades voltadas à economia criativa. Com suas atividades iniciadas em 2010, o proprietário do Porto Alegre Hostel Boutique "encontrou um imóvel com bom preço e ouviu dos amigos que só era barato porque a zona sempre foi perigosa e estava degradada" (FELIN, 2014, p. 29). Localizado na esquina das ruas São Carlos e Gaspar Martins, o empreendimento se tornou um ponto de referência no bairro Floresta, investindo na iluminação da Rua São Carlos e abrigando diversas atividades abertas ao público, como o Brechó Refloresta.

Iniciativas como essa são exemplos da nova gestão urbana, organizada por empreendedores que acreditam na valorização do potencial da região onde se instalam. Isso se dá através da proposição e execução de melhorias de abrangência local, como a iluminação, que confere maior segurança, indicando a presença de pessoas e de zelo com o lugar. Já não mais capitaneados pela

esfera pública, esses projetos evidenciam o protagonismo das ações nas mãos dos grupos locais, que consolidam, após décadas, uma efetiva refuncionalização do 4º Distrito. Essas novas formas de organização do território, contudo, não são isoladas de uma conjuntura em escala mundial. Outras cidades já apresentaram a economia criativa como estratégia de crescimento econômico e desenvolvimento social, tomadas como modelo de prosperidade. Em Porto Alegre, o projeto que alicerça a estratégia de desenvolvimento para o 4º Distrito já foi exposto em matérias na mídia local, como o Jornal Zero Hora:

A idéia é replicar em Porto Alegre o projeto implantado na área Barcelona 22@, onde espaços verdes, centros culturais e prédios tecnológicos substituíram antigos galpões industriais abandonados da cidade espanhola. O resultado foi a criação de uma rejuvenescida região entre os bairros Sant Martí e Poblenou. Na capital gaúcha, a área priorizada pelo projeto situa-se no corredor entre as avenidas Farrapos e Voluntários da Pátria (MONTEIRO, 2017, p. 24).

A apresentação da cidade de Barcelona como balizadora do projeto, difundida em todo o mundo como um caso de êxito, abre a discussão de como a cidade despontou como polo de inovação tecnológica e cultural na Europa e, posteriormente, no mundo.

3.4. Aproximação do Modelo Barcelona

Elucidar a transformação urbana pela qual passou Barcelona exige que seja feito um breve resgate da trajetória da cidade, para então chegar ao entendimento de como ela se converteu em modelo para o mundo ocidental, e, em especial, a sua reverberação na América Latina nas décadas subsequentes.

O prelúdio da mudança foi marcado por uma forte base social de esquerda, com o encaminhamento de reivindicações feitas por associações de bairros articuladas em torno da recuperação dos equipamentos urbanos. Após o fim da ditadura de Franco, o urbanismo e a democracia se entrecruzam, enfocando a questão da redução dos déficits habitacionais. A crise econômica

impediu o investimento em novas construções, trazendo para o debate a conservação e reutilização das edificações centrais degradadas e a conexão entre os diversos setores da cidade. Uma das mais importantes figuras no processo de elaboração de políticas de requalificação urbana foi o arquiteto Oriol Bohigas, secretário de urbanismo, que enfatizou a dimensão da recuperação do centro, preservando e aproveitando as estruturas já consolidadas (FERREIRA, 2011).

Na década de 1980, algumas características podem ser elencadas como pilares do posterior êxito do modelo Barcelona: "as medidas de descentralização municipal, as estratégias culturais, a preocupação com a coesão social, a atenção ao planejamento estratégico, a parceria público-privada e as atuações e as atuações para a melhoria da paisagem urbana" (CAPEL, 2007, p. 10). Essa nova forma de planejar tomou dimensões mais amplas após o anúncio de Barcelona como cidade sede dos Jogos Olímpicos de 1992, quando os organizadores "optaram por situar todas as zonas olímpicas dentro do continuum urbano, procurando criar uma articulação de áreas vazias com o centro e objetivando o surgimento de novas centralidades, sobretudo em áreas periféricas e carentes de equipamentos e serviços" (FERREIRA, 2011, p. 187).

O período de preparação para um evento de dimensões globais atraiu investidores privados, o que inviabilizou o projeto original da administração pública, que apresentava um maior número de unidades de moradia social, destinadas a grupos de menor renda. A incapacidade da prefeitura, por falta de recursos, de frear o avanço dos promotores imobiliários, foi o ponto de virada da transformação urbana: já inserida no rol de cidades globais, a administração municipal de Barcelona já não poderia mais resistir às investidas de grandes edifícios de escritórios, hotéis, centros culturais e edifícios da arquitetura de assinatura, manifestadas pelo *Fórum de las Culturas*, em 2004 (Figura 17).



Figura 17 – Vista do espaço construído para o Fórum de las Culturas

Fonte: CAPEL, 2007. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-233.htm>> Acesso em: 14 de Outubro de 2016.

A consolidação do modelo Barcelona é dada pela atuação de diversos organismos que efetivam as políticas de reconversão econômica. Entre eles, podem ser citados a Assembleia Mundial de Cidades, realizada no Rio de Janeiro, em 2001, o projeto Cidades Unidas, liderado pelo governo municipal, a Federação Mundial de Cidades Unidas (FMCU), a União Internacional de Autoridades Locais (IULA), o Conselho de Municípios e Regiões da Europa (CMRE), a Conferência de Prefeitos, convocada pela Organização das Nações Unidas (ONU), a Cúpula das Cidades junto da Conferência HABITAT II, em Istambul, no ano de 1996, o Comitê do Bem-Estar Social, o Comitê de Cooperação Tecnológica, o Programa Polis, o Observatório Urbano Europeu, a Comissão Técnica de Turismo, o *Foro Europeo de Seguridad Urbana*, *Ciudades Saludables*, *Ciudades Educadoras* e a Rede Elaine, enfocando a integração das minorias étnicas (SÁNCHEZ, 2010).

Essas articulações multiescalares privilegiam o jargão tecnocrático e o planejamento estratégico como protagonistas do discurso que enaltece as parcerias público-privadas:

A exaltação desse tipo de parcerias configura o processo de empresariamento dos governos de cidade e a administração pública da cidade calcada na administração das empresas como condições

para a "boa gestão". [...] A sistematização de valores e de práticas que atualmente traduz os ideais de eficácia, do bom desempenho e do sucesso e, portanto, a conduta racional correspondente à atual fase do capitalismo na direção da produção da sociedade urbana e do espaço mundial (SÁNCHEZ, 2010, p. 297).

A autora pauta a colaboração de Barcelona com diversas cidades latino-americanas baseando-se em dois eixos: de um lado, a cooperação técnica para a modernização da gestão local, treinando técnicos responsáveis pelo desenvolvimento dos projetos e auxiliando na implementação de novas tecnologias, fortalecendo as bases de dados sobre as cidades, e, de outro, a assessoria para políticos, nas esferas de organização e gestão de pessoas, desenvolvimento econômico local e propostas de reforma política legal, apoiando centros de formação de recursos humanos. A partir desses dois eixos, se objetivam: a competitividade econômica, o planejamento estratégico, as políticas de apoio às empresas, a atração de investimentos, a coesão social por meio de fortalecimento dos cidadãos com o "projeto de cidade", o pertencimento e a integração de minorias, a construção da "cidade sustentável", a modernização da gestão, dos programas de finanças e da participação cidadã, a melhoria da mobilidade e das infraestruturas de telecomunicações e a expansão do turismo. A prescrição de receituários para a promoção do desenvolvimento carece de uma base regional. (SÁNCHEZ, 2010). Como críticas apontadas pela opinião pública, Capel (2007) elenca a transformação da cidade em um parque temático, onde se trata os cidadãos como turistas, e deles só se espera que admirem, consumam e calem-se; além do excessivo investimento em grandes eventos, ao passo em que se mantêm grandes carências sociais e urbanísticas (CAPEL, 2007).

Como alternativa, propor-se-ia, para melhorar a habitabilidade, que fossem ampliadas as habitações, liberando pátios internos e blocos, eliminando alojamentos nos terraços, sem que fosse necessário recorrer às traumáticas demolições. Isso exigiria um grande cuidado com os padrões históricos. A condução do projeto prejudicou a população com mais de 65 anos, que apresentou maior dificuldade para pagar aluguéis, depois de implementada a nova lei referente aos arrendamentos, bem como outros grupos de classe

média (CAPEL, 2007). Contudo, em sua complexidade de agentes, não é possível afirmar que os rumos tomados pela história da cidade são de todo negativos ou positivos; é preciso ponderar que Barcelona experienciou o desenvolvimento socioespacial, ainda que este não tenha se mostrado inclusivo em sua totalidade.

O que se pretende é estabelecer uma relação crítica com a adoção de quaisquer modelos, sob o risco de simplificação da realidade, que poderia, mediante a propagação de uma matriz pré-formulada, solucionar questões locais complexas que exigem formular táticas que efetivamente levem em consideração o seu entorno imediato. A tomada exclusiva de parâmetros externos suprime o debate com a sociedade, uma vez que o caminho único, previamente traçado, dispensa a necessidade de reflexão e de participação popular. Contextualizar a dinâmica que se iniciou na década de 1980, em Barcelona, fornece a base para uma discussão mais ampla: a instauração do planejamento estratégico calcado no *city marketing*.

Ainda que o planejamento estratégico se pretenda inovador e microescalar, a caracterização das intervenções como pacote de medidas padronizadas foi evidenciada por Leite (2008):

Em geral, essas intervenções seguem um modelo baseado na conhecida experiência de Barcelona, cujas principais características são: melhoria da infraestrutura urbana combinada com a revalorização do patrimônio edificado, com forte ênfase na transformação dos espaços urbanos (geralmente sítios históricos) em espaços de lazer e entretenimento para as camadas médias e altas da sociedade, com vista à adequação desses espaços às demandas de consumo cultural. Transformada em mercadoria, essas cidades "revitalizadas" adentram o circuito do chamado *city marketing* e promovem um aguçado processo de exclusão sócio-espacial que tem criado nichos urbanos com elevado grau de disputa simbólica pelos *lugares* (LEITE, 2008, p. 181).

A absolutização do papel do mercado e a transformação da própria cidade em uma mercadoria fragmentam os lugares em uma trama de disputas, alienando a noção de cidade como um todo. Pelo viés contrário, a compreensão do local como parte de um todo, ou seja, componente de uma estrutura urbana profundamente interconectada, é incompatível com o discurso

da resolução pontual, porque ele não ataca o cerne das questões vivenciadas pelos habitantes da cidade, sobretudo os de grupos de menor renda, mais vulneráveis à fluidez do capital. Sob a tutela do planejamento estratégico, a precariedade se reorganiza, se mascara e se tangencia, sem ser, contudo, superada.

Considerando a desigualdade social como um processo mais abrangente, Arantes (2000) tece uma análise que abrange as consequências da exacerbação da competitividade urbana:

Do ponto de vista de um país subdesenvolvido, há algumas coisas que não se pode deixar de lembrar, ao concluir, e que são aliás de experiência imediata, como por exemplo a grande heterogeneidade social, por oposição às sociedades mais orgânicas do capitalismo originário. Assim, parece muito menos plausível que num tal contexto alguém minimamente responsável – para dizer o menos – possa imaginar um governo de cidade que se limite basicamente a agenciar negócios, muito menos que se sinta à vontade propondo uma corrida competitiva em que é muito óbvio que uns se dão bem na medida em que outros se dão mal. [...] Como estas desigualdades na periferia assumem proporções grotescas, e são além do mais atávicas, vêm da colônia, o que significa falar aqui em crescimento com justiça social? Como, sabendo como sabemos quais as condições que são impostas pelos tão cobiçados investidores, atrás de mercados solventes, trabalho desregulado e incentivos de toda ordem? (ARANTES, 2000, p. 68).

Essa reflexão encaminha a tomada da competição como paradigma orientador do crescimento econômico desalinhada de uma efetiva promoção de desenvolvimento social, variáveis que costumam andar juntas nos discursos promovidos pelos gestores e empresários da cidade contemporânea. A título de especulação, parece irônico que, ao mesmo tempo em que cresce a disparidade entre criativos *versus* não criativos, trabalhadores especializados *versus* trabalhadores genéricos, consumidores de experiências culturais urbanas exclusivas *versus* consumidores de cultura massificada, todos os grupos tendem a se tornar mais vulneráveis frente ao mercado, uma vez que a flexibilização das relações de trabalho afeta ambos os espectros do par "incluídos/excluídos".

A forma encontrada, no escopo do planejamento estratégico, de propagar como inclusiva e exitosa a proposta de agenciamento dos negócios

privados apresentada como desenvolvimento, é através da "engenharia do consenso". O bairro pode ser tornado sujeito para legitimar projetos de transformação urbana: "o bairro quer", "o bairro precisa", etc., como se observa no título da matéria do Jornal Zero Hora: "Quarto Distrito espera há pelo menos 30 anos por uma revitalização." (FELIN, 2014). Há, nesse discurso, um descolamento entre o desenvolvimento econômico do bairro e o conteúdo humano que existe nele. Reificando o bairro por si só, o compromisso com os grupos locais cai para segundo plano. A partir dos novos serviços oferecidos e do aumento do preço dos imóveis para aluguel e compra, seria ingênuo acreditar que a sua expulsão é uma consequência espontânea e não induzida.

Esse recurso discursivo permite esconder os verdadeiros atores sociais interessados nos projetos urbanos e contribui para a dissolução de possíveis contraposições ou resistências. Ora, como seria possível se manifestar contra um sujeito tão grande e tão absoluto como "a cidade"? Cabe indagar: as críticas que vêm surgindo ou aquelas que têm sido visíveis em algum grau têm condições de ressonância diante de uma realidade que não parece deixar sequer o resquício para a divergência? (SÁNCHEZ, 2010, p. 428).

A consolidação de um espírito coletivo de cooperação objetivando a prosperidade representa uma artimanha para suprimir o debate acerca dos rumos da região, uma vez que ela já foi personificada e teve sua meta traçada. Na obra intitulada "Uma estratégia chamada "planejamento estratégico"", Novais (2010) aponta a força do conteúdo técnico na tomada de decisão, em função do conhecimento referente às dificuldades, oportunidades e caminhos para uma cidade mais atraente ao mundo dos negócios (NOVAIS, 2010).

A partir do 22@ – Distrito da Inovação de Barcelona, localizado na zona periférica do centro, no antigo bairro industrial de Poblenou (Figura 18), se estabelece um paralelo com o desenvolvimento tecnológico e cultural do 4º Distrito de Porto Alegre. No 22@ se localizam empresas como Yahoo!, Microsoft e Mediapro, que transformaram profundamente as formas e as funções do espaço urbano.



Figura 18 – Localização do 22@ com referência ao Fórum de las Culturas

Fonte: 22@ Barcelona. Disponível em:

<http://www.22barcelona.com/documentacio/22bcn_1T2010_cat.pdf> Acesso em: 21 de Junho de 2017.

A localização central, suas vias largas, o terreno plano, a presença de edifícios subutilizados, a recente apropriação do local por grupos ligados à economia criativa – que configura uma força de trabalho local e de baixo custo –, na era da flexibilização dos contratos e projetos, representam um local de grande interesse para a instauração do planejamento estratégico, com vistas à revalorização do solo urbano. Na atualidade, o 22@, após a consolidação das novas atividades ligadas à tecnologia e à informação, tem seus ganhos questionados:

Actualmente o afastamento da actividade industrial, o aumento do sector terciário e de novas zonas residenciais, parecem já não constituir referências locais positivas, antes reflectindo uma conjugação de interesses privados, lógicas exteriores, imagens de espectacularidade ou artifícios icónicos (BRANDÃO; BRANDÃO, 2013, *on-line*).

O surgimento de estudos a respeito da efetividade do projeto de revalorização do Poblenou implica em ponderar os efeitos sua aplicação em outros contextos, uma vez que essa dimensão da divergência costuma receber

pouca visibilidade. Esse tema suscita a discussão acerca do planejamento estratégico aos moldes de Barcelona em Porto Alegre, a fim de criar um regramento específico para os bairros que compõem o 4º Distrito, ainda em fase de tramitação na Câmara Municipal de Porto Alegre.

3.5. O planejamento estratégico e a figura do *Masterplan*

Ferramenta urbanística que objetiva promover desenvolvimento urbano através de intervenções de exceção, a Operação Urbana Consorciada (OUC) se materializa na elaboração do *Masterplan*, instrumento que impactará, além dos referidos bairros, o futuro da cidade de Porto Alegre e todas as demais escalas que acessam os terminais rodoviário e aeroviário. A OUC é expressa pelo artigo 32 da Lei 10.257, referente ao Estatuto da Cidade⁸, de 2001. Seu conteúdo estabelece a formação de parcerias entre o Estado e a iniciativa privada na execução de projetos, que podem compreender desde a microescala até a região dos cinco bairros que compõem o 4º Distrito, entendida como uma operação de alta complexidade e reverberação regional.

Complementar à lógica da OUC, foi lançado no Diário Oficial de Porto Alegre o Decreto n. 19.736, de 2 de Maio de 2017, instituindo o Programa Municipal de Parcerias (PROPAR/POA)⁹. A partir do programa, e do Conselho Gestor do Programa de Parcerias do Município de Porto Alegre (CGP), composto por representantes de secretarias como a de Parcerias Estratégicas, da Fazenda e de Planejamento e Gestão, se objetiva estreitar relações com as empresas na construção e manutenção de obras de interesse público.

Estabelecer diretrizes para realizar e fiscalizar as parcerias público-privadas surge, no momento atual, como uma forma de viabilizar projetos que a esfera pública não teria recursos para promover sozinha. Além da inviabilidade do volume de investimentos necessários para promover uma transformação dessa magnitude, outra justificativa apresentada para a inserção das empresas

⁸ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm> Acesso em: Junho de 2017.

⁹Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Disponível em: <http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/2082_ce_189822_1.pdf> Acesso em: Junho de 2017.

nas ações de atribuição pública seria o tempo que decorre desde a tomada de decisões de planejamento até a sua efetiva aplicação. Isso se verifica na apresentação "Masterplan 4D – Operação Urbana Consorciada para Revitalização Urbana e Reconversão Econômica do 4º Distrito de Porto Alegre", promovida pelo Núcleo de Tecnologia Urbana da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NTU/UFRGS):

A falta de uma cultura urbanística no Brasil vem tendo, nas últimas décadas, notório impacto sobre a economia do País: a demora na tomada de decisões de planejamento urbano como de licenciamento de novas obras acaba prejudicando investimentos e trazendo reflexos sobre a qualidade de vida e a competitividade de empresas e negócios (NTU/UFRGS, 2017, p. 9).

Para enfrentar o problema da subutilização da região do 4º Distrito, entende-se que é preciso torná-lo uma área com maior fluxo de pessoas, serviços e equipamentos. Para isso, o projeto propõe o adensamento urbano aliado a novos espaços públicos e à habitação de interesse social. No Setor Experimental, entre a Rua Voluntários da Pátria e a Avenida Farrapos, em verde (Figura 19), a expectativa é de que o número de habitantes aumente de 9.664 para 60.000 (NTU/UFRGS, 2017, p. 10).

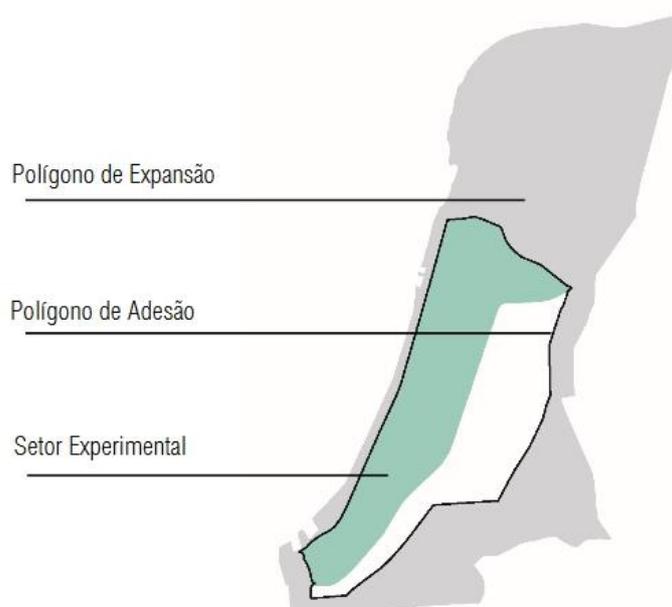


Figura 19 – Setor experimental, com expectativa de aumentar seis vezes a densidade habitacional

Fonte: NTU/UFRGS. Disponível em: <http://www.sinduscon-rs.com.br/premium2017/assets/uploads/PREMIO_SINDUSCON_NTU.pdf> Acesso em: 23 de Julho de 2017.

A verticalização, acima do previsto para a área pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA), se dará através da transferência de potencial construtivo das quadras rápidas. As quadras rápidas são aquelas cuja metragem excede o desejável para os trajetos feitos a pé, com poucos acessos, pouco dinamismo e menor segurança. A cedência de parte do conteúdo que compõe essas quadras para o poder público conferirá aos proprietários a possibilidade de aumentar o índice construtivo do imóvel, promovendo um parcelamento maior do solo em superfície, como ilustrado pela Figura 20.

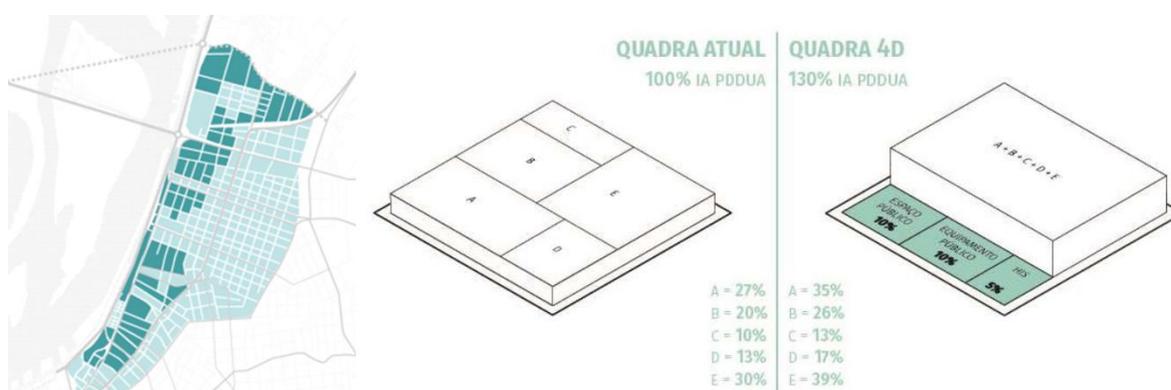


Figura 20 – Quadras rápidas e transferência de potencial construtivo

Fonte: NTU/UFRGS. Disponível em: <http://www.sinduscon-rs.com.br/premium2017/assets/uploads/PREMIO_SINDUSCON_NTU.pdf> Acesso em: 23 de Julho de 2017.

A verticalização do 4º Distrito já se verifica nas estratégias utilizadas pelas incorporadoras como amenidade e elemento de valorização. Em uma região de muitos edifícios de baixa volumetria, os grandes empreendimentos pioneiros, de alta volumetria, dispõem do horizonte como atrativo. A propaganda apresentada na Figura 21 ilustra como elementos subjetivos, tal como a paisagem urbana e a orla lacustre, possuem papel central na construção da ideia de *city marketing* e na consolidação de um perfil de *status* socioeconômico distinto.



Figura 21 – Outdoor na Avenida Sertório do empreendimento VidaViva Horizonte, bairro Navegantes

Fonte: Pedro Contassot, 2017.

Outra característica que ganha destaque como artifício de valor simbólico é o patrimônio histórico, através do mundo da indústria, utilizado como resgate da memória e transformado em símbolo de consumo estético. No edifício Rossi Fiateci, a antiga fábrica de tecidos teve sua fachada e chaminé originais preservadas, além de um galpão cujo uso ainda não foi definido. No interior, foram construídas três torres residenciais e uma torre comercial, conforme se apresenta na Figura 22. Na Figura 23, destacam-se os discursos veiculados nas propagandas, enfatizando a dimensão do consumo e do lazer, atrelados à experiência estética do patrimônio histórico e à proximidade com o *waterfront*.



Figura 22 – Preservação de fachadas e chaminé no empreendimento Rossi Fiateci, bairro São Geraldo

Fonte: Pedro Contassot, 2017.



Figura 23 – Propaganda do empreendimento Rossi Fiateci, bairro São Geraldo
 Fonte: Pedro Contassot, 2017.

A concepção de preservação da forma e substituição da função no referido empreendimento é uma das pioneiras no processo de atração de novos investimentos para a região, tomada como um marco dentro da reversão do processo de estagnação econômica do 4º Distrito. Em relação ao planejamento estratégico, a emergência de novas edificações residenciais e comerciais estabelece um princípio de confiabilidade acerca do êxito do projeto de revalorização.

A partir dos eixos norteadores imbuídos na concepção do projeto, há um alinhamento com as tendências globais que constituem a nova gestão urbana. No escopo da competitividade, condição essencial para o sucesso da cidade à luz do planejamento estratégico, surgem: i) a tecnologia e a criatividade como fundamentos da qualidade de vida na contemporaneidade; ii) a personificação da cidade e iminência da sua vocação adormecida pela degradação pós-industrial; iii) a diversidade étnica e cultural, ainda que descolada da dimensão da desigualdade; iv) o apelo à concordância unívoca para validar o projeto com vistas ao progresso, sem menção aos mecanismos de participação popular. Esses elementos podem ser identificados no fragmento abaixo:

No século XXI, as cidades bem sucedidas são aquelas que, tendo superado a crise da transição, apresentam condições para atrair gente inteligente, geradoras de negócios de valor: estas são as cidades inteligentes. Conceitos de Smart City, Distritos Criativos e

Áreas de Inovação Tecnológica convergem para a ideia de uma cidade onde seja possível morar, trabalhar e viver gerando riqueza social, econômica e ambiental. Cidades cuja dinâmica urbana, social, ambiental e econômica oferece qualidade de vida, traduzida em melhores oportunidades de emprego e negócios, bons lugares para viver e boas opções de lazer e entretenimento. Em outras palavras, são cidades onde a agregação de valor e a qualidade de vida andam lado a lado. Porto Alegre enfrenta o desafio da transição econômica do século XX para o século XXI comum à maioria das capitais brasileiras: gera pouca riqueza e apresenta pouca oferta de empregos qualificados, tem dificuldades para enfrentar problemas de mobilidade e não conseguiu equacionar a segurança do espaço urbano. Ao mesmo tempo, é uma cidade vocacionada para a indústria do conhecimento: a cidade e Região Metropolitana constituem notório polo científico e tecnológico com inúmeras universidades, instituições e centros de tecnologia capazes de gerar conhecimentos de ponta. As universidades localizadas em Porto Alegre e sua Região Metropolitana formam recursos humanos altamente capacitados, fundamentais para as atividades geradoras de riqueza no século XXI. A RMPA congrega, entre os diferentes ramos da economia criativa, um importante Polo de Saúde e uma cadeia consolidada de TI e microeletrônica. Por último e não menos importante Porto Alegre é mundialmente conhecida por sua matriz antrópica constituída por múltiplas formas de expressão que abrangem manifestações de diferentes etnias e culturas que deram origem ao desenvolvimento do estado do Rio Grande do Sul. Dadas estas condições de “estado”, é fundamental pensar, planejar e acompanhar o processo de reconversão da cidade, o que requer, ao mesmo tempo, um pacto social e um esforço organizado de intervenção urbana, tecnológica, ambiental, econômica e social (NTU/UFRGS, 2017, p. 4).

As condições de vocação, diversidade e adesão ao modelo de cidade aparecem como pré-requisitos para a prosperidade, após o vácuo deixado pela virada do século, quando a economia urbana passou de uma matriz industrial para uma matriz de serviços ligados à tecnologia e à cultura. A formação de uma ambiência atrativa para negócios conduz o ordenamento territorial a uma lógica de facilitação dos investimentos privados, sem os quais a esfera pública não possui recursos para operar a atualização de suas formas e funções, ou seja, modernizar a cidade. Essa simbiose entre o *modus operandi* da cidade e da empresa, em um contexto de disputa por espaços privilegiados no cenário global de grandes eventos (como os Jogos Olímpicos que catapultaram o crescimento econômico de Barcelona em 1992 ou o Fórum Social Mundial que alçou Porto Alegre ao reconhecimento internacional), sedimenta o destaque dos serviços, da informação, da cultura (através do valor da experiência) como principal motor de desenvolvimento urbano no século XXI. Nesse enquadramento, a economia criativa representa a ignição da remodelagem dos

espaços urbanos. O descaso e a inaptidão dos governos locais para encontrar soluções, frente ao vácuo da transição econômica, não conseguiu administrar as áreas afetadas pela desconcentração industrial. Esses espaços, cuja centralidade fora temporariamente esquecida, retornam ao centro do debate quanto à sua destinação e uso. Nessa discussão, considera-se imprescindível a participação pública, conforme pontuado por Guimaraens acerca da densidade no PDDUA de Porto Alegre:

[...] não se pode falar em participação sem envolvimento da sociedade na tomada de decisão. A utilização do termo "participação" nos dispositivos constitucionais (e nas normas regulamentadoras) e a sua interpretação indica tratar-se da participação no sentido estrito, da participação autêntica e não do envolvimento passivo, da mera informação e auscultação da sociedade (GUIMARAENS, 2008, p. 208).

A participação, como mecanismo que confere legitimidade acerca das proposições feitas pela operação, é o instrumento máximo de exercício da cidadania. Através dela, e dos representantes do conselho gestor da parceria público-privada, é possível garantir que a população se articule e construa um projeto de cidade que transpasse o princípio da competitividade. A construção de um espaço qualificado e inclusivo está calcada na presença da participação pública nas esferas decisórias, na escuta das diferentes perspectivas a respeito do local, privilegiando as potencialidades já existentes sobre as pré-fabricações estrangeiras descontextualizadas.

Os principais tópicos discutidos no capítulo, como a refuncionalização a partir da economia criativa, a elaboração de um regramento específico para a região calcado no planejamento estratégico, a tomada de uma cidade como modelo balizador e a preservação/modernização não são, isoladamente, produtores de desenvolvimento socioespacial ou de segregação. Esses processos produzem impactos distintos, a partir do ponto de vista de determinados grupos. Este ponto será explorado no capítulo a seguir, tomando como análise as entrevistas dos empreendedores da economia criativa e dos moradores do 4^o Distrito.

4. OS AGENTES EM FOCO

Os relatos de empreendedores da economia criativa e de moradores do 4º Distrito compõem um mosaico de diferentes visões de cidade, de preferências, de necessidades e de maneiras de se relacionar com a região. No total, trinta indivíduos foram ouvidos, sendo quinze empreendedores da economia criativa e quinze moradores. Suas percepções são trazidas para discussão, orientadas pelas perguntas endereçadas a esses dois grupos, de acordo com a descrição que se encontra na metodologia da pesquisa.

O perfil dos empreendedores entrevistados revelou um grupo mais jovem, estando essencialmente ligado a negócios independentes, sem vínculos com grandes marcas ou atuando como filiais de outras empresas. Os moradores entrevistados apresentaram idade média superior ao primeiro grupo, bem como escolaridade inferior e pouco conhecimento acerca do surgimento de estabelecimentos associados à economia criativa como um todo. Estes dois grupos distintos serão apresentados a seguir.

4.1. Empreendedores da economia criativa

Elucidar o papel dos agentes da economia criativa exige que se destaque a nova dimensão social da produção no 4º Distrito, que diz respeito a um processo de flexibilização das práticas e estratégias na maneira de produzir. Com o fim da hegemonia do modelo fordista e da produção industrial massificada, emergiu um novo tipo de produção e consumo personalizados, de pulverização dos nichos de mercado, de apelos estéticos, amparados pela cultura, arte e tecnologia (aspectos cada vez mais imbricados), que representassem o estilo individual do consumidor. As empresas, nesse momento, buscam uma pluralidade de artifícios que confirmem adaptabilidade e resiliência para se manter em um mercado volátil e fluido, como a criatividade.

O perfil do profissional precisa, então, se encaixar nessa nova divisão social do trabalho. O que antes configurava uma rede vertical de empresas, da base até o produto final, ordenadas em uma lógica sequencial de operações,

agora dá lugar a serviços cada vez mais especializados, permitindo uma flexibilização da utilização desses produtos em diversos bens de consumo, potencializando a utilidade de um determinado item para diversas finalidades, horizontalizando a produção. Componentes eletrônicos, serviços de inteligência de mercado, análises estatísticas e produtos de design e mapeamento não se enquadram mais em uma sequência ordenada e vertical na produção – transformam-se, no momento atual, em produtos multifuncionais. A partir das demandas do mercado, esses profissionais criativos se organizam para atender as necessidades com estratégias específicas, o que lhes confere resiliência. Essa horizontalidade corroborou para que se multiplicassem as combinações possíveis de resultados, mas também exacerbou a descartabilidade de fornecedores, produtos e serviços.

Essa mudança na divisão social do trabalho para uma organicidade mais acentuada representou, ao contrário do que alguns teóricos da globalização previam, uma necessidade de fortalecimento dos laços de proximidade geográfica. Tornou-se mais imprevisível, cotidiana e ágil essa necessidade de diálogo entre diferentes fornecedores, e, ao contrário, custosa a sua impossibilidade de comunicação, fluidez e circulação. Cresceu a demanda por palestras, workshops, editais coletivos e *freelancers* (epítome do profissional do século XXI) que dessem conta de sobreviver à fugacidade do mercado e do comportamento dos consumidores. Essa circulação não faz menção somente a mercadoria, mas também ao intercâmbio de saberes e de encontros que misturam negócios e lazer em uma única ambiência, característica por excelência de áreas como o Vale do Silício, na Califórnia, o 22@, em Barcelona, e os bairros SoHo e TriBeCa, em Nova Iorque.

Quinze profissionais da economia criativa, cujos empreendimentos se encontram no 4º Distrito, foram ouvidos, seguindo o roteiro de entrevistas apresentado no Quadro 2. A partir das respostas, gráficos foram elaborados para estabelecer algumas relações entre as respostas fornecidas e fomentar as análises.

A primeira pergunta feita aos empreendedores da economia criativa foi sobre o seu local de residência, se dentro da região do 4º Distrito ou em outro local, como se apresenta no Gráfico 1. Alguns afirmam ter descoberto a atratividade do 4º Distrito após o reconhecimento da Associação Cultural Vila Flores, expoente da efervescência de criatividade e de cultura na região.

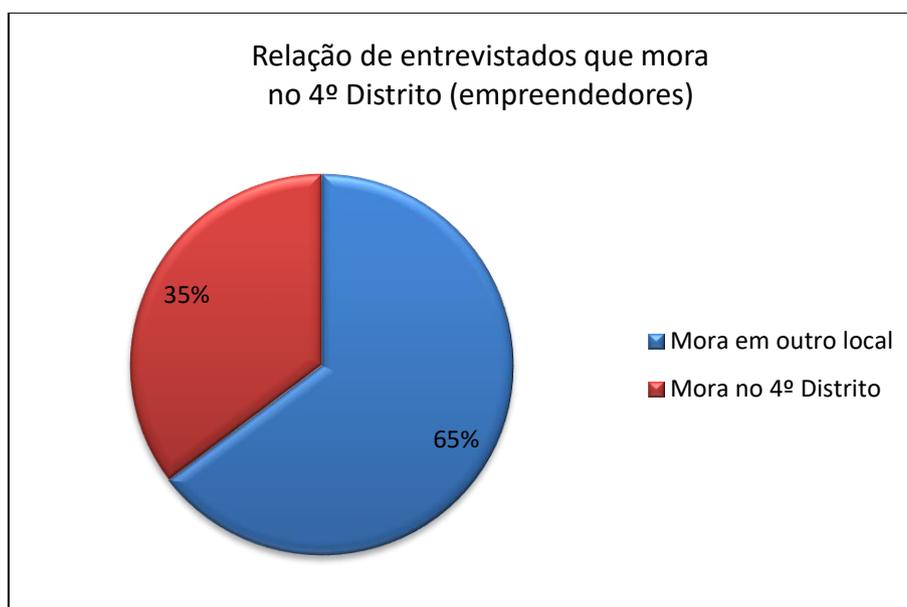


Gráfico 1 – Relação de entrevistados que mora no 4º Distrito

Fonte: Pedro Contassot, 2017.

De acordo com as informações fornecidas, observa-se que uma parcela superior dos entrevistados revelou que mora em outro local, tendo o 4º Distrito somente como espaço de trabalho. Aqueles que habitam no 4º Distrito dividem-se entre os que moram e trabalham em imóveis separados e os que desenvolvem atividade profissional e habitam no mesmo imóvel, nos fundos ou na parte superior. A escolha de unir moradia e trabalho vai ao encontro de uma redução de custos e de tempo de deslocamento, ampliando as possibilidades de organização da estrutura do empreendimento/habitação.

As principais características do 4º Distrito são elencadas pelos entrevistados no Gráfico 2.

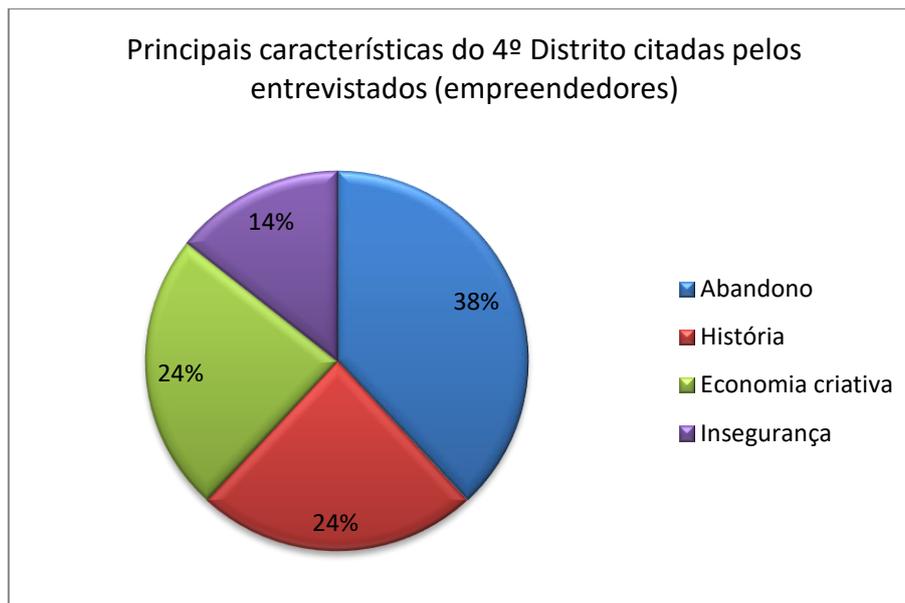


Gráfico 2 – Características do 4º Distrito apresentadas pelos entrevistados

Fonte: Pedro Contassot, 2017.

Entre as características mais marcantes elencadas pelos entrevistados, três figuram no imaginário acerca da região por algumas décadas, como o abandono (mais citada), a história (segunda mais citada) e a insegurança (quarta mais citada). Desde as décadas finais do século XX, quando se aprofundou a subutilização do solo na região, essas são algumas das dimensões mais destacadas pelo senso comum. Contudo, a terceira característica visualizada como central no 4º Distrito é a presença da economia criativa, que emerge como um elemento de solidificação identitária para os empreendedores do setor. Também é válido frisar que, para os empreendimentos em áreas com maior circulação de pessoas, a insegurança não foi um fator preponderante; essa característica se acentua nas respostas fornecidas pelos entrevistados localizados em ruas secundárias, ao passo em que o abandono e a questão histórica são citados em ambos os perfis de localização.

A seguir, se aprofundam as vantagens e as desvantagens para empreender e frequentar a região (Gráfico 3).

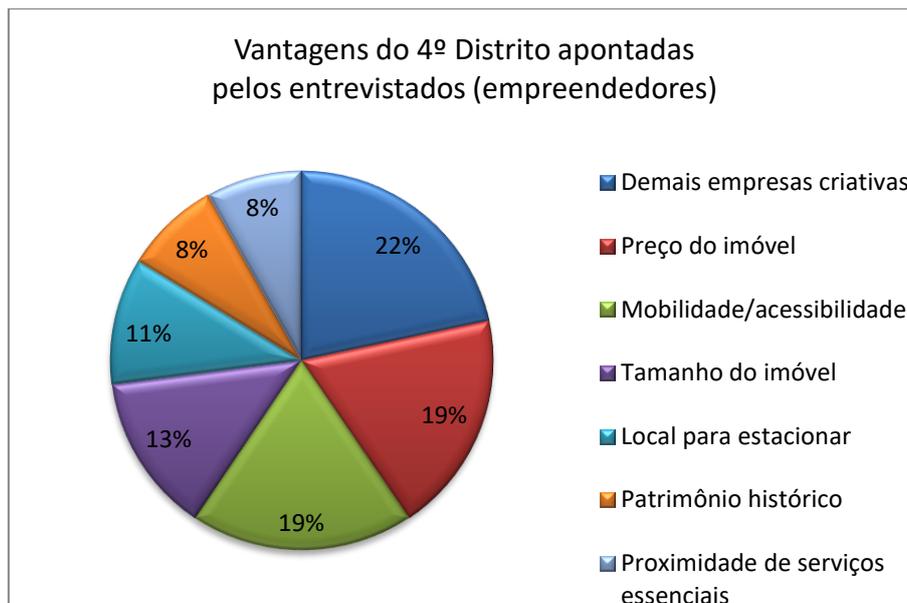


Gráfico 3 – Vantagens do 4º Distrito apresentadas pelos entrevistados

Fonte: Pedro Contassot, 2017.

No leque das principais vantagens apontadas, figura a proximidade de outros empreendimentos relacionados à economia criativa, especialmente àqueles de segmentos afins, para que possam colaborar, complementar o serviço elaborado por outros e trocar saberes de interesse mútuo. Essa concentração geográfica representa uma forma de fortalecimento da expressividade do segmento, consolidando a imagem da área como um centro criativo. Entre os outros fatores atrativos elencados estão o preço do imóvel para compra ou aluguel, mais econômico do que em outros bairros citados (Cidade Baixa, Bom Fim e Moinhos de Vento), a acessibilidade através de vários pontos e a conexão com terminais (aeroviário e rodoviário) e o tamanho do imóvel, que expressa a relação de custo-benefício entre o valor e a metragem. Os espaços costumam demandar maiores metragens para se adequarem às demandas multifuncionais, abrindo a possibilidade de criação de espaços para reuniões, palestras, *workshops* e cursos.

Outros fatores mencionados são a presença de locais para estacionar, que são escassos em bairros mais movimentados, visando a questão de acessibilidade facilitada aos clientes; o patrimônio histórico, elemento aprazível e de valor estético, e a proximidade de serviços nas avenidas Cristóvão Colombo e Farrapos, como bancos, supermercados, farmácias e restaurantes.

A relação das principais respostas relacionadas às desvantagens são expressas no Gráfico 4.

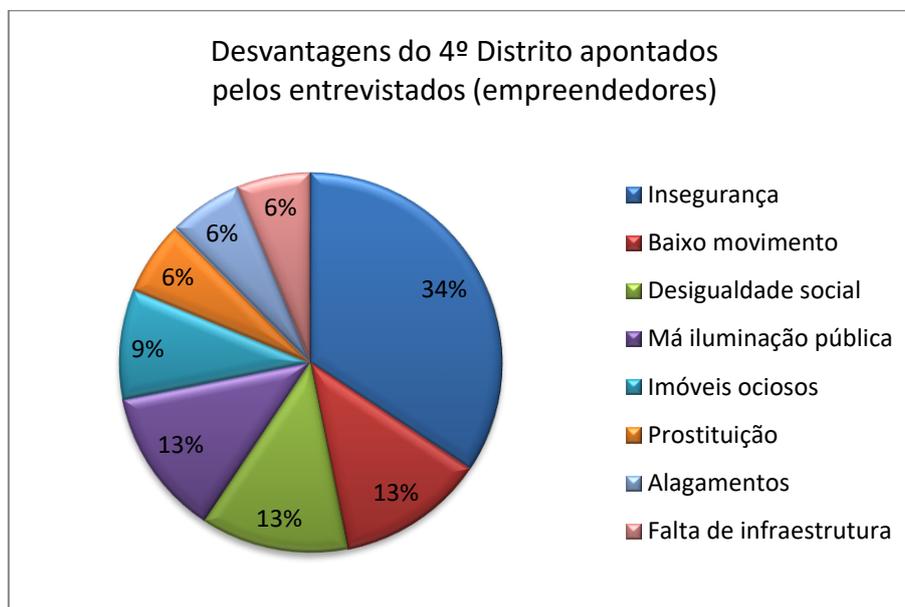


Gráfico 4 – Desvantagens do 4º Distrito apresentadas pelos entrevistados

Fonte: Pedro Contassot, 2017.

As desvantagens citadas pelos entrevistados dialogam entre si, identificando-se duas como as principais e as restantes como derivadas destas. A primeira das principais é a desigualdade social, da qual derivam a segurança precária e a prostituição. Da falta de infraestrutura derivam a má iluminação pública, os imóveis ociosos e os alagamentos. Por fim, o baixo movimento (entendido como baixo fluxo de pessoas) pode ser atribuído tanto à desigualdade social quanto à falta de infraestrutura. O baixo fluxo de pessoas, a prostituição, os imóveis ociosos e a má iluminação pública foram mais fortemente mencionados nos empreendimentos localizados em ruas secundárias, afastadas das grandes vias, como a Avenida Cristóvão Colombo.

É importante destacar que a questão da segurança, apesar de ser o maior problema apontado pelos entrevistados no 4º Distrito, deixa de ser um impeditivo da sua (re)ocupação, na medida em que as pessoas sentem que a cidade não oferece segurança no seu todo. Inserida nesse contexto, a insegurança no 4º Distrito não é mais um fator de repulsão, porque é generalizada. Além disso, as ruas onde mais se realiza a atividade da prostituição são tidas como as mais seguras, porque os empreendedores

estabelecem uma relação de convívio com as profissionais. Algumas contam com guarda-costas para manter a ordem local e garantir o acesso dos clientes.

Quando questionados sobre a possibilidade de vislumbrar uma mudança de perfil da região, as principais informações coletadas são as destacadas no Gráfico 5.

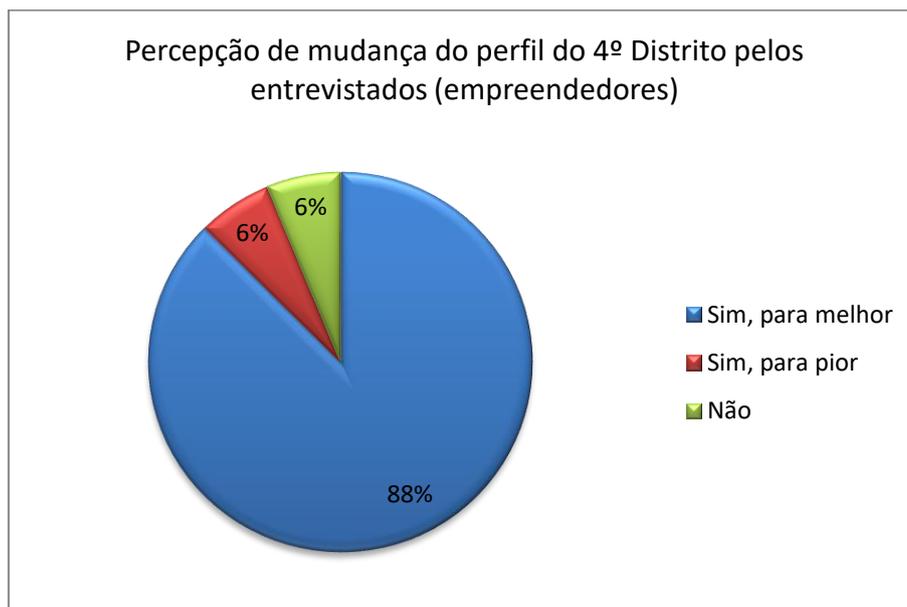


Gráfico 5 – Percepção de mudança do perfil do 4º Distrito pelos entrevistados
Fonte: Pedro Contassot, 2017.

A grande maioria dos entrevistados aponta que percebe uma mudança de perfil de caráter positivo na região. Em alguma medida, essa expectativa de melhoria faz menção à chegada de outros empreendimentos da economia criativa, que trazem novo vigor para o 4º Distrito. Alguns empreendedores entrevistados apontam que existe uma mudança para pior, em relação à segurança, ou, ainda, que não percebem uma efetiva mudança. Um dos entrevistados menciona não a transformação do 4º Distrito, mas a mudança do olhar sobre a região – um olhar mais especulativo.

É possível estabelecer uma relação entre a percepção de mudança de perfil e a percepção da presença do poder público, de acordo com o Gráfico 6.



Gráfico 6 – Percepção dos entrevistados sobre a atuação do poder público

Fonte: Pedro Contassot, 2017.

Mais da metade dos entrevistados afirmaram considerar o poder público ausente no 4º Distrito. Portanto, a expansão da economia criativa, a partir dessa perspectiva, aconteceu independentemente da atuação do Estado, não se valendo da via institucional para seu desenvolvimento. A ineficiência apontada se refere à incapacidade de dar novos destinos aos imóveis ociosos.

A parcela de entrevistados que considerou presente a atuação do poder público, em sua maioria, mencionou a implementação de uma política de redução de IPTU e ITBI para empreendimentos voltados à tecnologia e à economia criativa, conforme informação apresentada no capítulo anterior. Essa diminuição nos encargos tributários busca promover a expansão do número de empreendimentos que optam por se localizar na região, tornando-a mais atrativa.

A respeito do entendimento de um plano de revitalização, o que ele deve conter e quais aspectos deve considerar, as respostas apresentam um conteúdo amplo. Entre elas, destaca-se a noção de que a revitalização deve superar a dimensão da especulação, que acarreta na impossibilidade de permanência dos grupos que habitam e trabalham no 4º Distrito, a partir de outras experiências de revitalização em cidades norte-americanas e europeias,

que geraram processos de gentrificação. Apesar da percepção do poder público como ausente por 59% dos entrevistados, se destacou a impossibilidade dos empreendedores da economia criativa de efetivarem todas as melhorias que consideram necessárias, como a preservação do patrimônio histórico e a regeneração dos espaços públicos. Por outro lado, foi citada a necessidade de não se terceirizar toda a responsabilidade da manutenção da região para o poder público municipal, uma vez que os moradores possuem papel central nos cuidados cotidianos. Outra dimensão citada foi a do entretenimento e da beleza estética, que confeririam uma maior visitação e fluxo de pessoas no bairro. A consequência direta seria o recrudescimento da sensação de segurança. Alguns consideram a questão dos alagamentos como central para o desenvolvimento do 4º Distrito, porque constitui um fator de repulsão das empresas, graças aos prejuízos causados pelos eventos do gênero.

Ao tratar da revitalização, se evidenciou a relevância de considerar as atividades previamente desenvolvidas no local, estimulando sua potencialidade, e atentar para o par "preservação do patrimônio histórico" e "modernização inclusiva", que é, também, a preservação do sentimento de pertença e o conhecimento da história. A dimensão da sustentabilidade também foi apontada como central na revitalização de uma área, com diversificação de usos entre moradia, comércio e lazer. Além disso, a assistência social aparece como uma ferramenta essencial na diminuição da desigualdade social, que precisa ser combatida. Um dos entrevistados manifestou interesse na repetição da experiência do bairro Palermo Soho, em Buenos Aires, que é, como indicado pelo nome, inspirado no bairro SoHo, de Nova Iorque.¹⁰

De uma forma geral, a localização geográfica tem um papel importante nas respostas emitidas pelos entrevistados. Entre algumas das considerações

¹⁰ Abreviado de South of Houston Street, o bairro SoHo é uma antiga área industrial têxtil de Manhattan, considerada indesejável para habitar durante a primeira metade do século XX, quando a atividade fabril se descentralizou para outros distritos metropolitanos. A partir da década de 1960, com o surgimento de grupos de artistas interessados na arquitetura local e nos baixos valores do solo, iniciou-se um processo de revalorização da área, que integra, desde 1973, o Comitê de Preservação de Marcos de Nova Iorque.

realizadas, menciona-se: i) a preocupação com a valorização do solo, impossibilitando a permanência dos empreendedores que buscaram o 4º Distrito como sede dos seus empreendimentos em função do baixo custo; ii) a crítica aos novos edifícios, com grandes fachadas inativas que prejudicam a caminhabilidade e a segurança, que é também a crítica à lógica da segregação, do isolamento interno e da supressão da diferença e iii) a discrepância entre os serviços de recolhimento de lixo, de iluminação e de manutenção de calçadas e canteiros entre os bairros Floresta e São Geraldo – este último, menos atendido.

A inserção dos moradores do 4º Distrito nas atividades voltadas à cultura e a arte ainda é parcial, com ressalvas feitas pelos próprios empreendedores que foram ouvidos. Como consequência da desigualdade, a dificuldade de participação da comunidade nos novos espaços resgata a dicotomia entre os bens distintos e os bens vulgares, consumada a partir das disparidades de capital cultural. Além disso, soma-se a especificidade dos serviços promovidos por alguns dos entrevistados, que não buscam atender um público de bairro, mas sim um público especializado, trabalhando com produtos personalizados e de acordo com a demanda. Essa característica também influenciou a questão da segurança: alguns dos empreendedores, por trabalharem com produtos e serviços ligados à informação ou considerados "sem valor", como os antiquários, não se sentem ameaçados de uma possível invasão às suas propriedades.

Levantou-se, por parte dos empreendedores entrevistados, a possível incompatibilidade entre a vivência de bairro, a partir das relações de proximidade entre as pessoas, e a instauração de um projeto de grande escala para ocupação da área, com maiores densidades habitacionais e taxas de verticalização. Com relação à ciência desse projeto, surgiu a crítica sobre a legitimidade da preocupação com os moradores atuais, ou se ele representa, antes, um interesse de valorização da área para um público determinado. O destino do patrimônio histórico, aliado com o desenvolvimento tecnológico, também emerge como uma das principais questões levantadas pelos

empreendedores, em função da sua importância da estética e do resgate da memória coletiva.

4.2. Moradores

Neste item serão discutidas as principais respostas fornecidas pelos moradores, de acordo com as perguntas apresentadas no Quadro 3. A formulação dos gráficos estabelece os destaques das entrevistas, assim como no item anterior.

A primeira informação obtida foi a relação entre o número de moradores nascidos no 4º Distrito e os nascidos em outro local. As respostas constam no Gráfico 7.

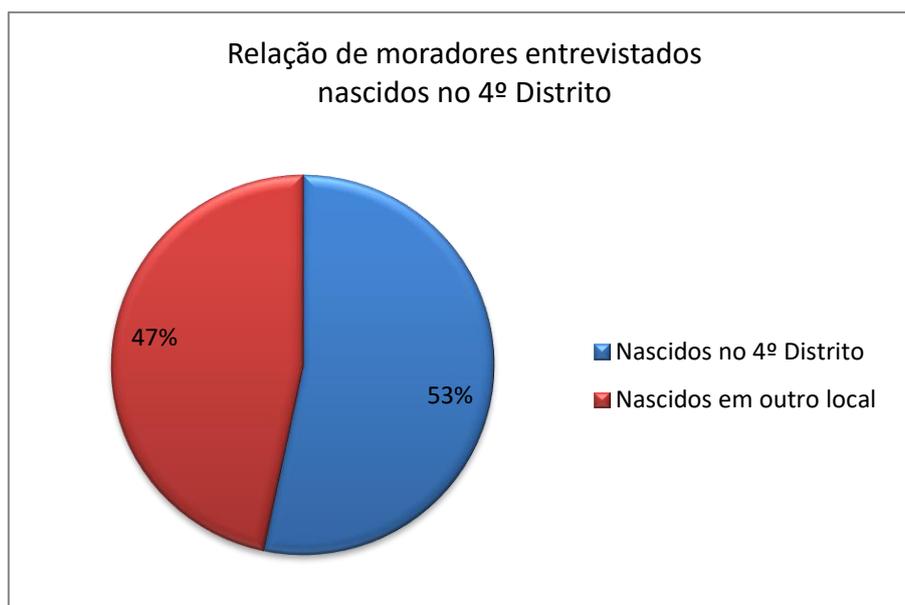


Gráfico 7 – Relação de moradores entrevistados nascidos no 4º Distrito

Fonte: Pedro Contassot, 2017.

Parcelas significativas se enquadram nas duas categorias. A relação de entrevistados que nasceu no 4º Distrito, superior a metade, é representativa das relações de vizinhança e com o comércio local. O morador entrevistado de idade mais avançada mora na região há 72 anos, proprietário do primeiro imóvel de alvenaria da sua vizinhança. Esses vínculos denotam a presença de uma população carregada de memórias e histórias que são, elas próprias,

parte do 4º Distrito, testemunhas das transformações pelas quais a região passou. Os entrevistados apresentaram as principais características que remetem ao seu local de moradia, conforme o Gráfico 8.

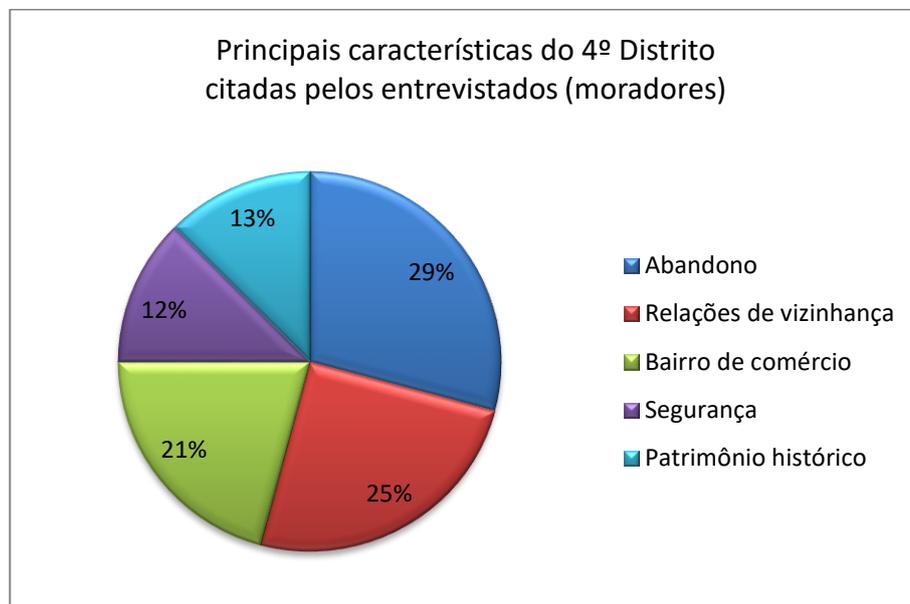


Gráfico 8 – Principais características do 4º Distrito citadas pelos entrevistados
Fonte: Pedro Contassot, 2017.

Os moradores elencam o abandono da região, as relações de vizinhança e da importância do comércio e a presença do patrimônio histórico. O destaque fica por conta do item "segurança", onde se pode fazer um paralelo com o abandono: a sensação de que o 4º Distrito não é uma área visada pela criminalidade investe alguns moradores de sensação de segurança, principalmente àqueles que se localizam próximos das vias mais movimentadas pelo comércio, como a Avenida Presidente Franklin Roosevelt, que cruza os bairros Navegantes e São Geraldo. Algumas dessas características dialogam diretamente com as vantagens de morar no 4º Distrito, sintetizadas no Gráfico 9.

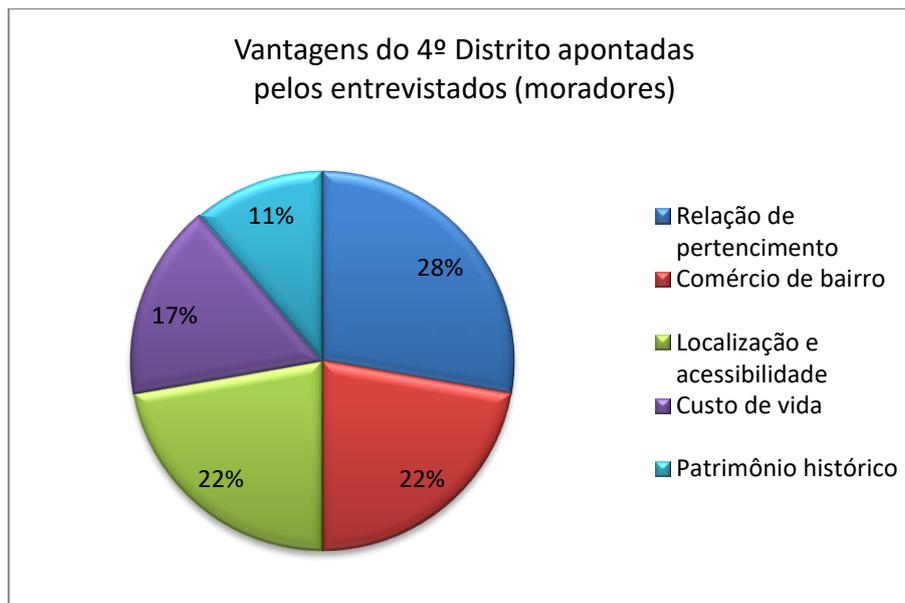


Gráfico 9 – Vantagens do 4º Distrito apontadas pelos entrevistados

Fonte: Pedro Contassot, 2017.

Entre as principais características e as vantagens do 4º Distrito, alguns elementos são retomados. As relações de pertencimento (considerar o 4º Distrito *o seu lugar*) e o patrimônio histórico surgem novamente como aspectos marcantes. Na dimensão do comércio de bairro, os entrevistados explicitam essa dimensão pela personalidade que permeia os serviços, uma vez que alguns dos comerciantes são, também, moradores ou seus vizinhos imediatos. A confiabilidade nos produtos locais é maior, porque se conhece a procedência da sua origem. Esse tipo de vínculo, mais próximo, humaniza os serviços e as transações, sendo elevado a uma espécie de cooperação que, de acordo com as falas, não existe mais em outros lugares da cidade. O isolamento do 4º Distrito é, ao mesmo tempo, abandono e fortalecimento; duas facetas de um mesmo prisma.

O contraste, através das desvantagens, é exibido no Gráfico 10.

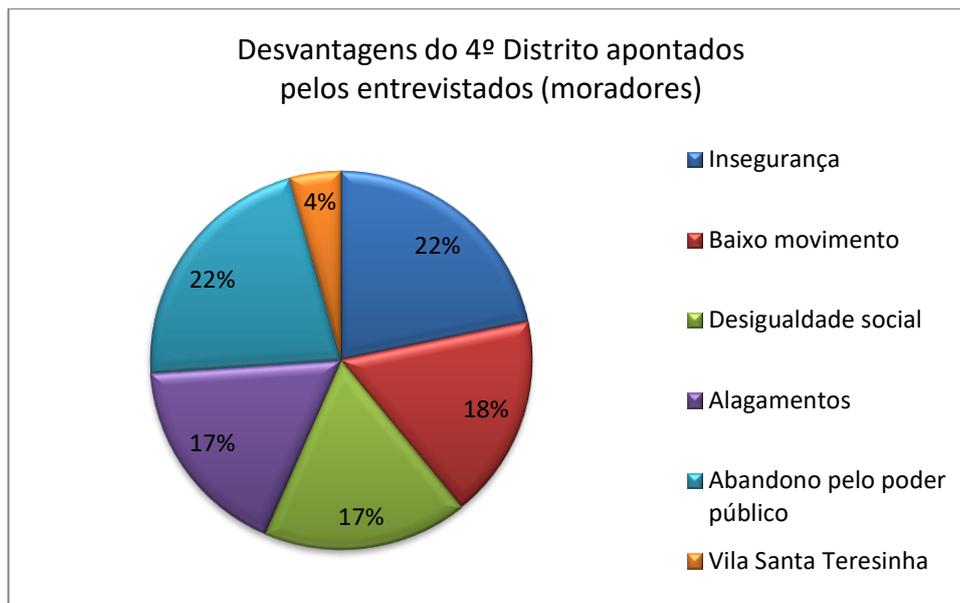


Gráfico 10 – Desvantagens do 4º Distrito apontadas pelos entrevistados

Fonte: Pedro Contassot, 2017.

O gráfico das desvantagens do 4º Distrito apontadas pelos entrevistados é semelhante àquele apresentado pelos empreendedores, perpassando as dimensões da insegurança, do abandono pelo poder público, dos alagamentos e da desigualdade. No que tange à baixa circulação de pessoas, pode-se estabelecer um paralelo com a característica "bairro de comércio": o 4º Distrito apresenta um acentuado esmorecimento aos finais de semana, quando a maioria das lojas está fechada. A falta de espaços públicos e de lazer, aliada à insegurança, compromete a possibilidade de caminhar pelas ruas do bairro, retroalimentando um processo de subutilização da rua. Entre elementos novos, surge a presença do loteamento Santa Terezinha (pejorativamente chamado de Vila dos Papeleiros) como um entrave ao desenvolvimento do bairro. A prostituição sequer figurou entre as desvantagens numeradas pelos moradores ouvidos, porque, de acordo com os próprios, já estão acostumados e não costumam sair nos horários em que a atividade se desenvolve.

A partir das vantagens e das desvantagens, os moradores foram questionados acerca da percepção de mudança do perfil da região (Gráfico 11).

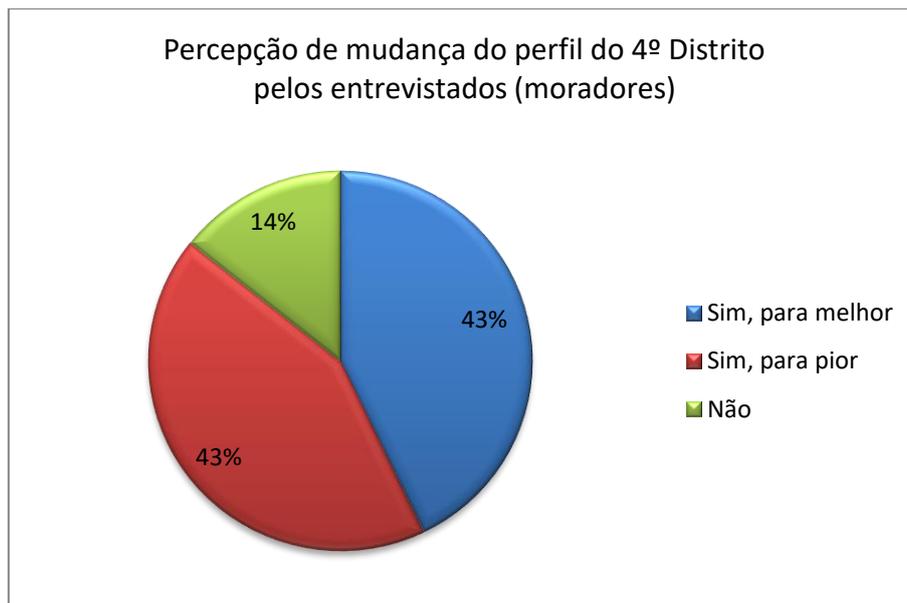


Gráfico 11 – Percepção da mudança do perfil do 4º Distrito pelos entrevistados

Fonte: Pedro Contassot, 2017.

Os entrevistados que acreditam em um quadro de mudança positivo para o 4º Distrito apresentaram como justificativa a implementação de grandes empreendimentos que alavancam a modernização do bairro, como a Arena do Grêmio, o *Shopping Total*, o empreendimento imobiliário Rossi Fiategi e alguns locais de entretenimento noturno, como as microcervejarias que surgiram ao longo do bairro São Geraldo. Foi elencada a retomada do lazer noturno, por meio de bares, como uma via de desenvolver o 4º Distrito, em função do seu potencial de se tornar "a nova Cidade Baixa".

As respostas do espectro negativo mencionam a degradação das praças e do serviço de iluminação pública, a quantidade cada vez maior de estabelecimentos fechados (cuja causa um dos entrevistados atribuiu ao período de crise econômica), e a insegurança de atravessar a Rua Voluntários da Pátria, principalmente nas imediações da Rodoviária de Porto Alegre. Para essa parcela, o descaso prolongado estabeleceu um enraizamento da descrença na transformação do 4º Distrito.

Os indivíduos que expuseram não verificar uma mudança no perfil da região se localizam mais afastados tanto dos empreendimentos de economia criativa quanto dos grandes empreendimentos citados, em áreas mais

residenciais e menos valorizadas, onde os processos de cristalização e de inércia são mais acentuados.

A percepção dos moradores sobre a atuação do poder público (Gráfico 12) pode ser comparada com a percepção dos empreendedores da economia criativa. Os estabelecimentos que já se valem ou encaminharam a documentação necessária para inclusão no programa de isenção de IPTU e ITBI da lei municipal consideram este um marco no reconhecimento, por parte do poder público, do valor das atividades ligadas à criatividade, à cultura e à arte. Desse modo, o gráfico apresentou uma porcentagem mais equilibrada em relação ao dos moradores, considerada presente por 41% dos empreendedores ouvidos e somente por 20% dos moradores ouvidos.



Gráfico 12 – Percepção dos entrevistados sobre a atuação do poder público
Fonte: Pedro Contassot, 2017.

Considerando-se que o 4º Distrito já foi palco de outras tentativas de revalorização econômica no passado, essa carência expressa pelos moradores é fruto de um longo processo de ausência de planejamento eficaz, que os entrevistados entendem como ações paliativas e pouco efetivas. Outra queixa recorrente foi a dificuldade de realizar as podas das árvores, uma vez que, depois de agendada a visita técnica, os responsáveis pela atividade de poda não comparecem. A fragilidade da rede de luz frente à queda das árvores é motivo de insatisfação trazido por dois dos moradores da amostra.

Essa insatisfação quanto à atuação da esfera pública alavanca o desejo expresso por três dos moradores ouvidos de que a prefeitura flexibilize as normativas urbanísticas que regem a cidade, para que o mercado privado possa se desenvolver livremente, restringindo a atuação das entidades governamentais para fornecimento de serviços básicos e estabelecimento de parcerias público-privadas. Quando indagados sobre o Masterplan, estes afirmaram não saber do que se tratava.

Quando consultados acerca da ciência de empreendimentos ligados à economia criativa (Gráfico 13), a maioria dos entrevistados informou não ter conhecimento das atividades. Os 33% que afirmam conhecer algum empreendimento do segmento citaram majoritariamente a Associação Cultural Vila Flores. Outros locais citados são o 4Beer – Cerveja e Cultura, e a Casa Cultural Tony Petzhold, três espaços que dialogam com o público através de atividades abertas e ligadas à cultura.

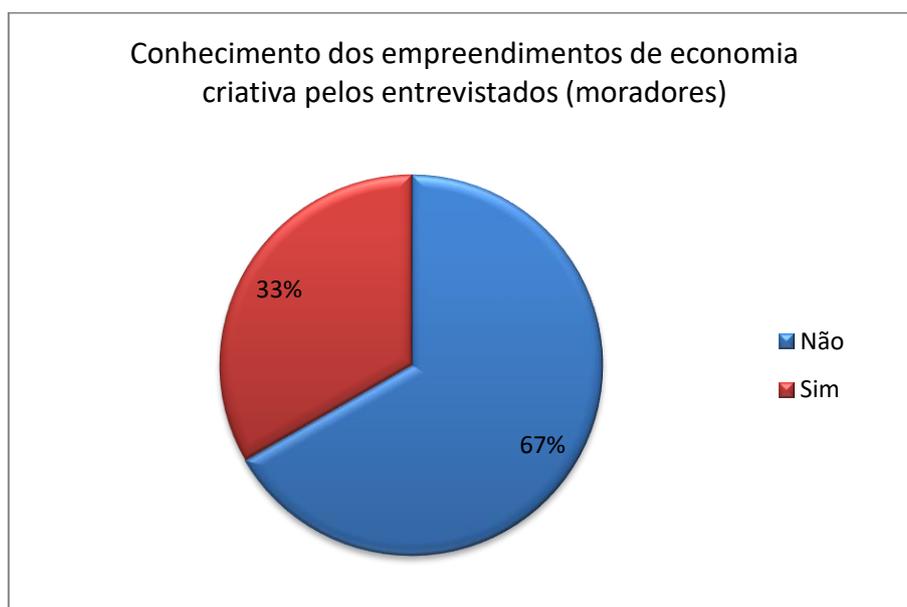


Gráfico 13 – Conhecimento dos empreendimentos de economia criativa pelos entrevistados

Fonte: Pedro Contassot, 2017.

Os entrevistados que apontaram o conhecimento e a visitação desses espaços eram, em média, mais jovens do que os que compõem a outra parcela. De acordo com um dos entrevistados, é necessário que o público artista dialogue com o público do bairro, que não se encerre em si mesmo; a

proposta de internacionalização do 4º Distrito deve ser acompanhada de ações que promovam a integração local.

4.3. Alinhando narrativas

Entre as considerações mais amplas que podem ser feitas após as entrevistas que compuseram essa etapa da pesquisa, destaca-se que o 4º Distrito é um mosaico com muitos fragmentos. E esses fragmentos revelam um conteúdo social muito distinto, organizado a partir dos três eixos principais que compõem a região no sentido leste-oeste: a Avenida Cristóvão Colombo, onde predomina a classe média; a Avenida Farrapos, onde predomina a classe média-baixa e a Avenida Voluntários da Pátria, onde o abandono e a miséria se acentuam drasticamente. Essa queda, que é tanto topográfica quanto social, se dá em um espectro de pouco mais de 500m, que podem ser feitos a pé em alguns minutos. Outra cisão possível é entre o recorte sul-norte: a escuta dos indivíduos entrevistados, sejam eles empreendedores ou moradores, revela que existe um declínio gradual de infraestrutura e fluxo de pessoas partindo do bairro Floresta e indo em direção ao bairro São Geraldo. O abandono atinge o seu ápice no bairro Navegantes, onde galpões e antigos armazéns compõem quase a totalidade da paisagem, com poucas moradias.

Contudo, admitir que o 4º Distrito está degradado não representa um desejo de deixá-lo. Uma parcela superior a 50% dos entrevistados vive na região desde que nasceu, e uma das características tidas por eles como mais expressivas do que significa viver o 4º Distrito é a relação de vizinhança, de que "todas as pessoas se conhecem" e de que o comércio e os serviços estão imbuídos de uma singularidade que não se verifica mais nos outros bairros densamente povoados da cidade. Existe uma preocupação, por parte de ambos os grupos, de que a revalorização econômica traga consigo uma dimensão boêmia e de lazer noturno que esfacle essas relações de vizinhança e perturbe a tranquilidade pela qual a região é conhecida. Um dos empreendedores entrevistados indagou, caso o Floresta se transformasse em um bairro boêmio, se o novo fluxo de pessoas teria cuidado com uma horta

comunitária, com a limpeza das calçadas e com o respeito aos horários de silêncio; uma parcela significativa dos entrevistados expressou como vantagem a quantidade de vagas para os clientes estacionarem, característica essa que pode se extinguir com o aumento da circulação de pessoas e automóveis. Esse é o paradoxo dos elementos aprazíveis, que se tornam ameaçados com o aumento da densidade.

Outra questão nevrálgica, sob o ponto de vista da integração entre os diferentes grupos que compõem o 4º Distrito, é o loteamento Santa Terezinha (Figura 24), localizado na Rua Voluntários da Pátria. Criado pelo poder público em 2005, o conjunto de casas atende uma demanda por habitação social após dois incêndios que destruíram parte das autoconstruções irregulares. A Vila Santa Terezinha, além das moradias, abriga o local de trabalho de muitos dos habitantes que tiram da reciclagem seu sustento.



Figura 24 – Loteamento Santa Terezinha

Fonte: Sul21. Disponível em: <<http://especiais.sul21.com.br/gentrificacao/no-antigo-centro-industrial-de-porto-alegre-abandono-e-promessas-se-misturam-a-quem-serve-a-revitalizacao/>> Acesso em: 20 de Agosto de 2017.

Apontado como ponto de tráfico de drogas¹¹, o papel do loteamento Santa Terezinha dentro do 4º Distrito divide opiniões entre os entrevistados. Um grupo defendeu a permanência dos moradores no seu local, uma vez que

¹¹ Disponível em:

<<http://correiodopovo.com.br/Noticias/Pol%C3%ADcia/2017/7/623889/Operacao-termina-com-oito-presos-na-Vila-Santa-Terezinha,-em-Porto-Alegre>> Acesso em: 20 de Agosto de 2017.

os empreendimentos de economia criativa se instalaram no período posterior à criação da ocupação antiga, denominada “Vila dos papeleiros”. Essa permanência deveria, nessa visão, ser assistida pelo poder público através de contatos com as lideranças locais, como o Centro Social Marista Irmão Antônio Bortolini, que acolhe crianças no turno inverso ao da escola¹², realizando um trabalho de assistência social. Outra possibilidade seria a centralização e ampliação dos centros de reciclagem. Entrevistados apontam que a atividade de coleta de materiais está sujando as ruas desde a Avenida Cristóvão Colombo até a Rua Voluntários da Pátria, porque uma seleção de materiais para descarte é feita já no trajeto. Um dos entrevistados afirma que o problema do lixo começa com os moradores, que não respeitam a coleta seletiva e os contêineres de lixo orgânico, inserindo recicláveis em local indevido. Caso a separação fosse respeitada pelos moradores, os catadores não buscariam papel e sucata nos espaços destinados aos orgânicos, eliminando o problema. Entre as demais possibilidades de desenvolvimento da região, foi levantada a realização de parcerias entre os grupos da economia criativa (arquitetos, designers) e os catadores, que poderiam estabelecer relações de cooperação.

Outra parcela dos indivíduos ouvidos afirma que não é favorável à permanência das famílias que vivem no loteamento Santa Terezinha, tido como o epicentro da insegurança e do preconceito existente na região. Entre as respostas obtidas, entrevistados afirmaram evitar a circulação de automóvel na Rua Voluntários da Pátria, realizando trajetos mais longos para contornar a área. Sob esse ponto de vista, é inviável o diálogo entre o projeto de revitalização do 4º Distrito e os grupos que ali residem, em função da problemática das drogas. Um dos entrevistados sequer sabia o nome do loteamento, referindo-se a ele como “cracolândia”. A solução apontada, sob esse prisma, seria a retomada da área pelo poder público e a construção de habitações econômicas em bairros afastados. Um dos entraves dessa perspectiva seria o distanciamento do centro, área com a qual os recicladores estabelecem fluxos diários em busca de material. A indefinição dos rumos do loteamento Santa Terezinha preocupa seus integrantes, que não desejam

¹² Disponível em: <<http://socialmarista.org.br/centro-social/marista-ir-antonio-bortolini>> Acesso em: 20 de Agosto de 2017.

perder o espaço em que residem; trata-se de um conflito de interesses pela centralidade que a área ocupa na cidade, cuja destinação permanece indefinida.

Um dos empreendedores entrevistados afirmou que já existe uma transferência dos terrenos ociosos para os grandes grupos de construtoras, que aguardam a valorização da área para encaminhar novos projetos. Esse processo ocorre em paralelo com a emergência da economia criativa na região, que confere renovada visibilidade ao espaço, e preocupa os artistas e empreendedores pioneiros, que têm ressalvas quanto ao encarecimento dos aluguéis e dos serviços. Se confirmado, esse encadeamento poderia, dentro de alguns anos, inviabilizar a permanência tanto dos moradores quanto dos pequenos negócios.

Esse mosaico de agentes, portanto, não compartilha de uma visão consensual acerca do futuro do 4º Distrito. Essa complexidade estimula o debate junto ao público e a criação de soluções integradoras, que dialoguem com a diversidade e a diferença.

4.4. Caminhos possíveis

Diante de um tema que engendra diferentes pontos de vista incidindo sobre um só lugar, é natural que ocorra o conflito de interesses e a discussão se amplie. Esse processo é benéfico para o fortalecimento da democracia e a atualização do planejamento, buscando a consideração da voz dos habitantes e a promoção de desenvolvimento do 4º Distrito. Para que essa discussão gere produtos inovadores e socialmente inclusivos, se faz necessária a participação popular, que, se abordada em um diálogo adaptado da codificação técnica, permite que a sociedade se posicione com solidez.

Avaliando nuances do Plano Diretor Estratégico de São Paulo, de 2002, Campos Filho (2010) desenvolveu o modelo de unidade ambiental de moradia, onde as grandes vias de circulação e presença de serviços intercalam núcleos de vizinhanças menos movimentadas, com vistas à preservação da

tranquilidade, elemento citado entre as vantagens de morar no 4º Distrito em relação a outros bairros da cidade. A grande circulação de pessoas entra em conflito com o fortalecimento de um senso de comunidade e vizinhança, fazendo com que os moradores se encerrem para dentro de suas residências e percam os vínculos interpessoais. Por isso, considera-se importante que possam dispor tanto de locais com entretenimento, serviços e fluxo de pessoas (e mais ruídos) e locais com menor tráfego e movimento (CAMPOS FILHO, 2010). Sob essa perspectiva, poderia existir no 4º Distrito uma rua destinada ao movimento noturno *non-stop*, aliada com a requalificação dos grandes eixos para compor os espaços de alta demanda. Assim, outras áreas, de ruas secundárias, poderiam sediar usos menos demandantes de trânsito e, por conseguinte, menos ruidosos. A Figura 25 apresenta o esquema de unidades ambientais de moradia, que dinamizam os fluxos e orientam diferentes segmentos de uso do solo, sem, contudo, enrijecê-los.

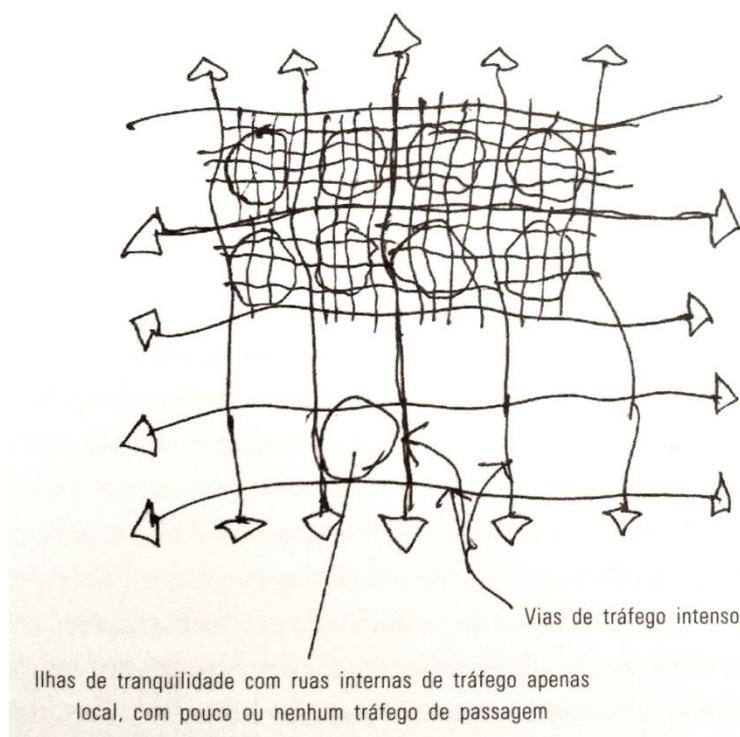


Figura 25 – Unidade ambiental de moradia
Fonte: Campos Filho (2010).

Quanto à segurança nesses espaços internos de menor fluxo, trata-se de uma ampliação do que é concebido como "espaço de moradia" para além do seu lote ou do seu apartamento:

E este espaço de morar, ao invés de estar confinado no espaço interno do lote – mesmo que este inclua algum espaço livre, verde quando possível e desejado pelos moradores – se espraiaria para o espaço de uso coletivo da rua, da praça (quando existe) e dos parques (estes muito raros nas cidades brasileiras). Esse espraiamento da tranquilidade encontra-se hoje conflitando com o uso cada vez mais intenso dos veículos, que provocam a degradação ambiental do espaço de uso coletivo. Inclusive a violência urbana do roubo, do assalto e do sequestro, por sua vez, se soma à poluição ambiental trazida pelo excesso de veículos, e, conjuntamente empurram os cidadãos para trás de grades e paredes, trancas e sistemas cada vez mais sofisticados de alarme e supervisão, isolando-os do espaço de uso coletivo, separando e isolando os cidadãos entre si (CAMPOS FILHO, 2010, p. 24).

Jacobs (2011) subverte essa noção, atribuída ao urbanismo tradicional, de bairros supostamente acolhedores e voltados para dentro, que costuma balizar projetos de revitalização de bairros ou distritos. Para a autora, a reprodução das relações de uma pequena cidade de 5 ou 10 mil moradores não se verifica nas metrópoles, porque elas apresentam um fluxo intenso de pessoas, que circulam entre bairros selecionando os serviços que querem utilizar, sem se restringir ao que é eminentemente próximo. A coesão em microescala se perde nessa concepção, e coloca em descrédito a própria noção de unidade ambiental de moradia, que cria pequenos bairros homogêneos internamente, mas pouco dispostos a interagir uns com os outros (JACOBS, 2011). Sob essa perspectiva, a circulação e a ampliação das relações para a escala da cidade, que não se restringe à unidade ambiental de moradia, cria novas possibilidades de desenvolvimento:

Além do mais, a própria fluência de usos e de escolhas dos moradores urbanos constitui a base que sustenta a maioria das atividades culturais e das empresas especializadas das cidades. Já que estas podem atrair pessoal qualificado, materiais, os fregueses e a clientela desse grande *pool*, elas tem condições de existir numa gama extraordinária, e não só no centro urbano, mas também outros distritos que tenham desenvolvido características e especialidades próprias. E, ao se aproveitar dessa maneira do grande *pool* das cidades, os empreendimentos urbanos, por sua vez, aumentam as opções de emprego, bens, entretenimento, ideias, contatos e serviços para os moradores urbanos (JACOBS, 2011, p. 128).

Essa circulação é amplamente prejudicada pelas quadras muito longas, que reduzem a quantidade de caminhos que podem ser feitos de um ponto a outro. No caso do 4º Distrito, onde existem grandes quadras de antigas

propriedades industriais, a economia e a segurança são largamente afetadas pela falta de circulação. Assim, as mesmas quadras são utilizadas para o fluxo de pessoas e automóveis, enquanto as demais seguem esvaziadas. A Figura 26 apresenta dois modelos de circulação, um com quadras longas (menos opções de trânsito) e um com quadras curtas (mais opções de trânsito).

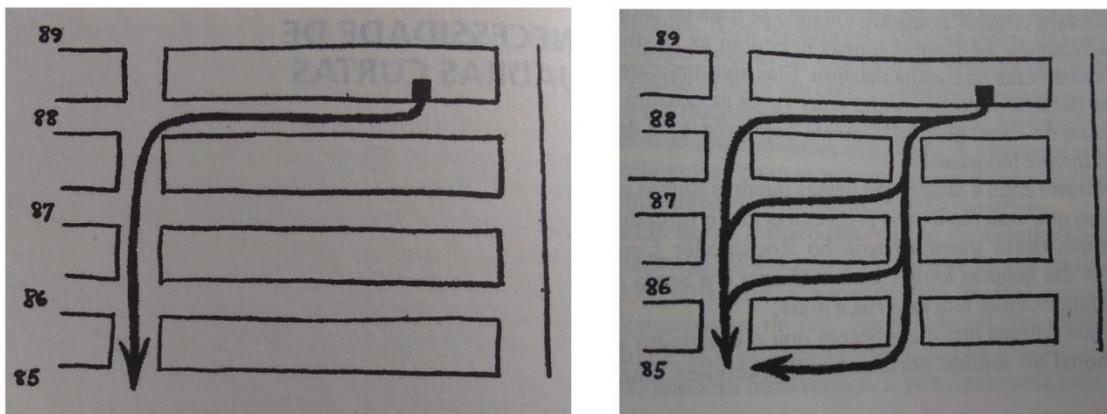


Figura 26 – Modelos de circulação em quadras longas e curtas

Fonte: Jacobs (2011).

Para definir quais usos e atividades podem ser implementados em determinada área, é preciso equacionar a capacidade de circulação máxima a ser atingida. Esse fator, representativo do bom funcionamento do distrito, não figura nas preocupações dos investidores:

Não se pode permitir a instalação de atividades que exigem maior capacidade de circulação do que conseguimos implantar, dados os recursos disponíveis, que tem sido escassos. Se não agirmos assim, estaremos fazendo o jogo da especulação imobiliária, gerando ganhos indevidos para os que construíram mais sem pagar pela infraestrutura que possa suportar essa maior carga de demanda por circulação daí decorrente. Esse preço será jogado para nós, com o tempo, até que paguemos essa conta de modo disfarçado, pois estará diluído nos orçamentos públicos ao longo dos anos (CAMPOS FILHO, 2010, p. 26).

Assim, a determinação de adensamento, prevista como essencial ao desenvolvimento do 4º Distrito, é apresentada sem a definição de limites que considerem um ponto de saturação. De acordo com o caso do Plano Diretor Estratégico de São Paulo, o autor afirma que o instrumento que direciona o crescimento urbano, a outorga onerosa de construir, a fim de atrair para

determinada região certo tipo de morador, foi esvaziado pelas concessões feitas aos incorporadores imobiliários, que tiveram garantido o direito de construir sem ter de pagar nada por ele (CAMPOS FILHO, 2010). Portanto, ainda que Campos Filho e Jacobs diverjam em sua percepção a respeito do desejável para o desenvolvimento e o bem-estar de um bairro, é preciso considerar a desproporcionalidade entre o poder das incorporadoras e dos moradores ou empreendedores da economia criativa.

Por esse motivo, questiona-se a forma como a densificação foi automaticamente alçada à promoção de desenvolvimento, especialmente em um contexto de crescimento demográfico de 0,26% de 2016 para 2017, o menor entre as capitais do país (IBGE, 2017). O adensamento, através da outorga onerosa do direito de construir e da transferência de potencial construtivo "não é verificável pelo cidadão leigo, não técnico" (CAMPOS FILHO, 2010, p. 98). Portanto, acredita-se que a melhor forma de garantir que a verticalização seja fiscalizada pela população seja através da fixação, em acordo, das zonas gabaritadas, estabelecendo limites que representem uma conciliação entre os diferentes grupos.

No que se refere à habitação, a prefeitura da cidade de Paris apresentou, em 2015, uma listagem de 257 endereços, perfazendo um total de 8.021 apartamentos, onde vigorará o direito de preempção. Este instrumento consiste na capacidade de impedir a venda de imóveis para terceiros, a fim de torná-los moradias sociais subsidiadas. A listagem foi elaborada a partir do tipo de condomínio (interesse histórico), da porcentagem de déficit de habitação social acrescida de uma porcentagem de demanda por habitação social. O oferecimento do imóvel para o governo antes do mercado objetiva frear o aumento dos valores dos imóveis nos referidos bairros, combatendo a disseminação do processo de gentrificação (VALENCIA, 2015). Na Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, o Art. 25 regulamenta como instrumento o direito de preempção, aplicável, entre outros, em casos de execução de programas e projetos habitacionais de interesse social e proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico (BRASIL, 2001). Contudo, a aplicabilidade do instrumento é dependente do

interesse da administração municipal em realizar um levantamento de áreas para exercer o direito de preempção.

Com relação aos espaços públicos (áreas livres), entende-se que eles não são, intrinsecamente, indutores de sociabilidade e promotores de interação entre as pessoas. As praças, parques e demais áreas verdes são, antes, diagnósticos da situação do entorno. Eles, isoladamente, não têm força para restabelecer relações de vizinhança, a menos que sejam programados para atender às demandas da população. Se um bairro é abandonado, também o serão suas praças, como é o caso do 4º Distrito. Para alçar uma praça ao patamar de visitaçãõ diária, é preciso saber o que buscam os habitantes naquele espaço, para que ele possa atendê-los. Caso estejam subutilizados, tornam-se elementos de reforço da insegurança. Portanto, é preciso desconstruir a ideia, vendida enquanto discurso, de que a ampliação das áreas verdes pode recuperar áreas degradadas – antes, é preciso analisar o abandono para que ele possa ser combatido. Nessa perspectiva, se faz necessária a consulta local para compreender os elementos de que um espaço público atraente deve dispor.

Caso sejam consideradas a diversidade, a colaboração e a criatividade como indutoras de desenvolvimento, é também necessário pontuar que esses recursos nem sempre estão atrelados a formação de laços de sociabilidade. A dificuldade de estabelecer esses vínculos em metrópoles é latente quando se propõe a pensar as cidades latino-americanas, marcadas por desigualdades (capital social e capital cultural) mais significativas do que aquelas tomadas como modelo, na Europa Ocidental e na América do Norte.

Sob essa perspectiva, toma-se o caso de Bogotá, na Colômbia, onde se apresentaram soluções para a regeneração urbana socialmente inclusiva, que contemplou a dimensão da desigualdade na elaboração da sua proposta, analisados por YÚDICE (2008).

O caso de Bogotá é marcado pela comunicação como ferramenta de coesão social. O prefeito Antanas Mockus, na gestão de 1995-1997, alicerçado na convicção de que o medo da punição era pouco efetivo no combate à

insegurança e à depredação do patrimônio público, elaborou ações que buscavam promover a conscientização pela civilidade e, de uma forma lúdica, romperam a barreira entre a moral e a cultura. Entre elas, destacam-se intervenções em semáforos para inculcar o respeito às leis de trânsito, a organização de grupos para eventos musicais, de teatro e de poesia nas áreas prioritárias de resgate da cidadania, que repercutiram na mídia local. Essa reverberação conferiu legitimidade às ações do poder público, porque mostram a iniciativa de realizar melhorias e promover ocupação dos espaços ociosos, permitindo o debate público sobre a nova visibilidade que as áreas estagnadas receberam. O esforço de estabelecer uma "cultura cidadã" foi continuado nas gestões de prefeitos posteriores, que promoveram ampliações de infraestrutura e programas como o "Bogotá sem indiferença", que enfocou crianças, idosos, desempregados, portadores de deficiências, LGBTs e pessoas em situação de rua (YÚDICE, 2008).

A criação de um ambiente que seja inclusivo é, concomitantemente, um alicerce para o desenvolvimento da economia criativa, com fluxos entre as áreas de cultura, arte, tecnologia e design. É crucial que a população se veja partícipe das novas dinâmicas da região, porque assim se estabelece uma validação da dimensão intangível dessas atividades. A gestão da cultura na cidade deve conceber essa faceta dentro de um prisma mais amplo, que compreende educação, saúde, saneamento, segurança, etc., porque a incorporação de atividades criativas é uma inovação cujo êxito depende de serviços anteriores a ela. Uma forma de vincular tecnologia e inovação com desenvolvimento social é estabelecer parcerias entre as empresas e a prefeitura, junto à comunidade, para promover ações de qualificação profissional e eventos de lazer, valorizando a economia criativa e dotando-a de um papel importante na formação cidadã.

A centralidade da comunicação no processo de regeneração urbana, no caso de Bogotá, ilustra a importância que reside na sensação de cuidado e de zelo. Os cidadãos valorizam a iniciativa por melhorias, a manutenção dos espaços públicos e as pequenas ações ou intervenções que mobilizam o potencial dos grupos locais, como os artistas, em torno da superação do que foi

descrito nas entrevistas como "descaso". A consequência, no cenário de descaso, é o descrédito. Portanto, a comunicação é um veículo de reversão desse quadro, propiciando o fortalecimento das relações de pertença, de coletividade e de segurança. As políticas de visibilidade e proteção dos grupos da economia criativa, que contêm tanta diversidade, é um estímulo para que a inclusão seja um horizonte possível.

Caso não se proponha estratégias para explorar a relação entre o capital intelectual e o capital social, de onde pode surgir uma potente ferramenta de regeneração orientada pelo Estado, as cidades seguirão aprofundando modelos que geram exclusão para determinados grupos e exclusividade para outros. A participação da economia criativa e da inovação tecnológica nas cidades já é uma realidade; contudo, a discussão posterior, acerca de como dispor desses ganhos, ainda necessita de ser amplamente pensada, onde a participação popular possui papel fundamental.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estabelecer uma ideia de encerramento urge pontuar que a refuncionalização é um processo. Portanto, a um só tempo, ela remete ao passado, é interpretada no presente e projeta-se para o futuro. Essa dimensão de continuidade, de resgate e de transformação é o alicerce que sustenta a noção de planejar. Além disso, no que se refere à formação socioespacial, o 4º Distrito apresenta uma característica única dentro da cidade de Porto Alegre: enquanto as áreas outrora periféricas e dotadas de pouca infraestrutura foram lentamente incorporadas ao tecido urbano e sendo valorizadas, a região industrial próxima ao centro passou da prosperidade ao abandono, tornando-se um fragmento que é simultaneamente de memória e de esquecimento.

No que tange às interações entre os dois grupos de entrevistados, verificou-se que sua articulação é ainda incipiente, considerando-se a especificidade dos serviços oferecidos pelos empreendedores da economia criativa e, por conseguinte, o pouco conhecimento das novas iniciativas por parte dos moradores. Majoritariamente oriundos de outros bairros da cidade e pouco presentes fora dos horários de movimentação comercial, os grupos criativos tendem a produzir mudanças nas relações cotidianas estabelecidas no 4º Distrito, principalmente quanto à vizinhança e ao fluxo de pessoas.

Alguns fatores observados ao longo da pesquisa corroboram para o surgimento desses novos grupos ligados à tecnologia, à cultura e à arte no 4º Distrito. Entre eles, os principais são os valores do solo urbano inferiores ao entorno e a grande quantidade de imóveis desocupados, que propicia uma aglomeração em *cluster*. Calcada em princípios como cooperação e colaboração, essa união configura uma estratégia de fortalecimento frente a um mercado de bens e serviços cada vez mais flexível, efêmero e personalizado, com pouca estabilidade. Essas características são produto da volatilidade da informação e da experiência, produtos de alto valor no sistema capitalista globalizado, que encontra nas áreas industriais uma oportunidade de reprodução do espaço urbano.

Retomar um espaço que se fez obsoleto e pouco atrativo na transição da economia industrial para a economia de serviços e de informações produz um valor simbólico que modifica, antes do próprio espaço geográfico, a visão que os cidadãos possuem dele. Esse processo é entendido como uma valorização semiótica, onde se destaca a dimensão do intangível e do imaterial. Após esse processo inicial, tem-se a ignição para um segundo momento da refuncionalização, protagonizada por grupos de incorporadoras e investidores, que se apropriam dessa vivência simbólica e a transcrevem em valor econômico, com vistas à produção de um novo *status*, de uma nova representação socioespacial. Estabelecem-se, então, relações especulativas em um espaço que ganhara notoriedade pela cooperação e pela colaboração.

A refuncionalização, mediada pela cultura, acarreta em uma articulação política, produzindo novas formas de governabilidade. Ao contrário dos instrumentos de normatização e padronização, característicos do urbanismo modernista, a nova gestão urbana é pautada por elementos subjetivos, como a formação do consenso dentro da diversidade, o apelo estético ao patrimônio histórico e a cultura *high-tech* como condições imprescindíveis ao progresso. Os novos requisitos da cidade objetivam, em última instância, a competitividade e a atratividade de negócios.

Dessa forma, a densidade urbana equacionada com a provisão de infraestrutura, a reprodução da força de trabalho, a participação popular na tomada de decisões e a racionalização do uso do solo saem da centralidade do debate sobre as cidades, cuja agenda principal passa a ser a busca por um lugar de destaque no cenário internacional. A legitimidade dessa disputa se dá a partir do ideal fabricado pelos modelos de êxito, globalmente difundidos, que se tornam marcos do desenvolvimento urbano. Nesse cenário, a atribuição de valor não concebe a cidade somente como substrato, mas ela própria como produto. O espaço imaterial é tomado, por excelência, como objeto de mercado.

Essa apropriação do fenômeno de efervescência cultural por parte do capital imobiliário, com a finalidade de revalorização do distrito-vocação-

oportunidade, tem no poder público uma figura secundária. O papel do Estado, nesse âmbito, é de atuar como um facilitador dos investimentos através da redução de impostos ou fornecimento de subsídios, uma vez que não disporia de receitas suficientes para promover um projeto de tamanha envergadura. A isso, soma-se a eleição de cidades-modelo de difusão global para orientar os projetos locais.

Através da figura do planejamento estratégico, instrumentalizada pelas parcerias público-privadas, que se consolidam como práticas hegemônicas no início do Século XXI, as antigas áreas industriais ganham nova visibilidade. Vislumbra-se, a partir desse contexto, uma possibilidade de conferir novo destaque à área que durante tanto tempo foi negligenciada, em um entrelaçamento da esfera pública com a esfera privada cada vez mais difuso. Os grupos sociais de menor renda, sob esse enfoque, surgem como entrave à efetivação da renovação urbana, sobretudo aqueles ligados ao comércio informal. Considerando-se a sua inexpressiva articulação política, é improvável que permaneçam exercendo suas atividades, ainda que, paradoxalmente, tenham se instalado na região justamente em função da sua característica marginal em contraste à cidade consolidada. É por isso que essa simbiose entre o público e o privado, sobreposta à desigualdade, suscita dúvidas quanto à possibilidade de combate à exclusão e à precariedade.

Por estar inserida em uma dinâmica mais ampla de reordenação do modo de produção capitalista no período técnico-científico informacional, a refuncionalização do 4º Distrito não pode ser entendida como um fragmento isolado do restante da cidade, nem como um movimento coeso e unitário. As dinâmicas que pautam o futuro da área exigem que esta seja situada como um nível escalar intermediário, que vai desde o cotidiano da rua até a informação globalizada. De igual forma, a hipótese de gentrificação, que opera lentos e constantes movimentos de transformação do espaço urbano, não pode ser desconsiderada enquanto potencial de investigação. Na medida em que novos conteúdos, associados às novas funções, vão sendo incorporados ao tecido urbano, é possível observar a aplicabilidade de um conceito que, apesar de

somar mais de meio século desde a sua elaboração, segue ressoando nos estudos sobre a cidade do presente e do futuro.

Os integrantes da economia criativa e os moradores ouvidos durante a realização dessa pesquisa revelam, dentro do espectro de entrevistados, diferentes percepções acerca do que significa desenvolvimento urbano e como concebem a realidade que os cerca. Essa subjetividade evidencia a complexidade de equacionar, no instrumento do planejamento, todas as vozes que compõem a cidade. Contudo, ao considerar as relações de pertença, a acessibilidade, o preço dos imóveis e a presença do patrimônio histórico, é premente a preocupação com o futuro do 4º Distrito, a partir dos interesses dos diferentes vetores que incidem sobre ele.

Entendidas enquanto energia potencial de transformação social, a cultura, a tecnologia e a economia criativa não trazem, por si próprias, desenvolvimento ou segregação. O que determina a destinação desses recursos é a maneira como são empregados e absorvidos pela cidade, cuja complexidade suscita a discussão junto ao Estado, aos empreendedores e aos diferentes grupos sociais que ali encontram seu local de trabalho e/ou de moradia. A visibilidade conferida ao 4º Distrito nos anos recentes, tanto na mídia quanto em volume de produções acadêmicas, abre a oportunidade de uma discussão qualificada entre todos os seus agentes, a fim de pensar soluções locais e inclusivas.

6. REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Pedro. A cidade Com-fusa: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais/ANPUR**, V. 9, N. 2, 2007. p. 25-53.
- ADORNO, Teodoro W.; HORKHEIMER, Marx. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1947.
- ARANTES, O. B. F. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O. B. F., VAINER, C. B., MARICATO, E. **A cidade do pensamento único – Desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.
- BACHELARD, G. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território, In: CORRÊA, R. L., ROSENDAHL, Z. **Paisagens, textos e identidade** (Orgs.). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 157-179.
- BOURDIEU, P. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007.
- BRANDÃO, A. L.; BRANDÃO, P. Por uma cidade produtiva: a diversidade urbana na transição pós-industrial. In: **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. [On-line].Barcelona: Universidad de Barcelona, v. XVII, n. 446. Barcelona, 2013. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-446.htm>>
- BRASIL. Lei n. 10257, de 10 de jun. de 2017. **Estatuto da Cidade**, Brasília, DF, Junho de 2017.

CAMPOS FILHO, C. M. C. **Reinvente seu bairro**: caminhos para você participar do planejamento da sua cidade. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

CANOFRE, F. No 4º Distrito de Porto Alegre, abandono e promessas se misturam. A quem serve a 'revitalização'? In: **Sul21**. Disponível em: <<http://especiais.sul21.com.br/gentrificacao/no-antigo-centro-industrial-de-porto-alegre-abandono-e-promessas-se-misturam-a-quem-serve-a-revitalizacao/>> Acesso em: 19 de Agosto de 2017.

CAPEL, H. El debate sobre la construcción de la ciudad y el llamado 'modelo Barcelona'. In: **Scripta Nova**. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Universidad de Barcelona. v. XI, n. 233. Barcelona: 2007.

CARLOS, A. F. A. Dinâmica urbana e metropolização: desvendando os processos espaciais. In: FERREIRA, A.; RUA, J.; MARAFON, G. J.; SILVA, A. C. P. da. (Orgs.) **Metropolização do Espaço**: Gestão Territorial e Relações Urbano-Rurais. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2013. p. 35-52.

CASTELLO, L. Há lugar para o lugar na cidade do século XXI? **Revista virtual Arqtexto**. Nº 5. Porto Alegre, 2004.

CONTASSOT, P. T. P. **Transformações no padrão de habitação do 4º Distrito de Porto Alegre**. 2014. 101 p. Monografia (Trabalho de conclusão de curso em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1989. 91 p.

CORRÊA, R. L., ROSENDAHL, Z. (Orgs.). O urbano e a cultura: alguns estudos. In: **Cultura, espaço e o urbano**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.

CORRÊA, R. L. Segregação residencial: classes sociais e o espaço urbano. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M (Orgs.). **A Cidade Contemporânea**: Segregação Espacial. 1ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2013. p. 39-60.

DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Editora Vozes. 3ª Edição. Petrópolis: 1998.

DISTRITO C. Distrito Criativo de Porto Alegre. **UrbsNova**. Disponível em: <<https://distritocriativo.wordpress.com/>> Acesso em: 03 de Abril de 2016.

DO RIO, G. A. P. Jogo de espelhos: a dimensão cultural do econômico. In: CCORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Economia, cultura e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010. p. 15-36.

DURAZO, E. P. Desarrollo sustentable de las ciudades. **Ciudades**. México, n. 34, 2007.

FEATHERSTONE, M. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. Londres: Sage Publications of London, Newbury and New Dehli, 1995.

FERREIRA, A. **A cidade do século XXI: segregação e banalização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

FREITAG-ROUANET, B. Vida urbana e cultura. In: PALLAMIN, V. M. (Org.). **Cidade e cultura: esfera pública e transformação urbana**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

FURTADO, A. et al. **Condições de vida de Porto Alegre 2000-2010: índice de condições de vida da cidade e das regiões de Orçamento Participativo**. Porto Alegre: Editora da Cidade, 2016.

FURTADO, C. R. **Gentrificação e (re)organização urbana em Porto Alegre**. 1ª edição. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2011.

GERTLER, M. S. Uma geografia econômica cultural da produção. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Economia, cultura e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010. p. 37-98.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOTTMANN, J. A evolução do conceito de território. In: **Boletim Campineiro de Geografia**. v. 2, nº 3, 2012.

GUIMARAENS, M. E. B. **Planejamento urbano, participação e legitimidade: a densidade urbana no PDDUA de Porto Alegre**. 2008. 257 p. Dissertação

(Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: BECKER, B. K., SANTOS, M. **Território, territórios** - ensaios sobre o ordenamento territorial. São Paulo: Lamparina, 2007.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: EdUFF, 2004.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, D. **A Justiça Social e a Cidade**. 1ª edição. São Paulo: Hucitec, 1980.

INOVAPOA. **Porto Alegre Criativa**. Plano Municipal de Economia Criativa. Porto Alegre, 2014. Disponível em: <http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/inovapoa/usu_doc/poa_criativa_vweb.pdf> Acesso em: 24 de Maio de 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). IBGE divulga as estimativas populacionais dos municípios para 2017. In: **Agência de notícias IBGE**. 2017. Disponível em: <<http://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/16131-ibge-divulga-as-estimativas-populacionais-dos-municipios-para-2017.html>> Acesso em: 7 de Agosto de 2017.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. 3ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

LANDRY, C., BIANCHINI, F. "**The creative city**". Working paper 3: Indicators of a creative city. A methodology for assessing urban viability and vitality. London: Comedia, 1994. 56p.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

- LEITE, R. P. (Org.) **Cultura e vida urbana**: ensaios sobre a cidade. São Cristóvão: Editora UFS, 2008.
- LENCIONI, S. Metropolização do espaço: processos e dinâmicas. In: FERREIRA, A.; RUA, J.; MARAFON, G. J.; SILVA, A. C. P. da. (Orgs.) **Metropolização do Espaço**: Gestão Territorial e Relações Urbano-Rurais. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2013. p. 17-34.
- LIPOVETSKY, G. **A estetização do mundo** – viver na era do capitalismo artista. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das letras, 2015.
- LOJKINE, J. Alternativas em face da mundialização: a instituição municipal, mediação entre empresa e sociedade. In: **Metamorfoses sociais e políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 21-34.
- MACEDO, F. R. de. **Porto Alegre, origem e crescimento**. 2 ed. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1999. 156p.
- MANTECÓN, A. R. Consumo cultural na cidade. In: FORTUNA, C., LEITE, R. P. (Orgs.). **Plural de cidade**: novos léxicos urbanos. Coimbra: Almedina, 2009.
- MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MATTOS, Carlos A. de. Modernización capitalista y transformación metropolitana en América Latina: cinco tendencias constitutivas. In: LEMOS, Amália Inês G. de; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, Maria Laura (orgs.). **América Latina**: cidade, campo e turismo. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: USP, 2006. (p. 41-73).
- MAYNART, R. Vila Flores em Veneza. **Jornal Zero Hora**, Porto Alegre, 20 de Maio de 2016. Segundo Caderno, p. 6-7.
- MINISTÉRIO DA CULTURA. **Plano da Secretaria da Economia Criativa**: políticas, diretrizes e ações, 2011-2014. Brasília, 2011. 156 p. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10913/636523/PLANO+DA+SECRETARIA+DA+ECONOMIA+CRIATIVA/81dd57b6-e43b-43ec-93cf-2a29be1dd071>> Acesso em: 24 de Maio de 2017.

MONTEIRO, M. Uma 2º chance para o 4º Distrito. **Jornal Zero Hora**, Porto Alegre, 13 de Fevereiro de 2017. Seção de Urbanismo, p. 24-25.

MÜLLER, D. M., CASTELLO, L. S. (Orgs.). **Anatomia de Bairro: Navegantes**. Porto Alegre: UFRGS, 1969.

MUÑOZ, Andrea Pizarro. Desafios da urbanização no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 10, 2005. Campinas, **Anais...** Campinas (SP), 25 p, 2005.

NOVAES, P., JAENISCH, S. T. Gentrificação na França – considerações sobre a gênese e história do conceito na sociologia urbana francesa. **E-Metrópolis**. v. 27. Observatório das Metrôpoles: Rio de Janeiro, dezembro de 2016. p. 53-59.

NOVAIS, P. **Uma estratégia chamada planejamento estratégico: deslocamentos espaciais e a atribuição de sentidos na teoria do planejamento urbano**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

NTU/UFRGS. **Masterplan 4D** – Operação Urbana Consorciada para Revitalização Urbana e Reconversão Econômica do 4º Distrito de Porto Alegre. 2017. Disponível em: <http://www.sinduscons.com.br/premium2017/assets/uploads/PREMIO_SINDUSCON_NTU.pdf> Acesso em: 23 de Julho de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Secretaria Municipal da Fazenda**. Prefeitura firma parceria para desenvolver o 4º Distrito. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smf/default.php?p_noticia=184710&PREF> Acesso em: 18 de Novembro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Secretaria Municipal de Urbanismo**. Grupo de trabalho 4º Distrito. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=150> Acesso em: 02 de Abril de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Diário Oficial de Porto Alegre**. Ano XIII, Ed. 3251, 15 de Abril de 2008. Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/dopa/>> Acesso em: 03 de Abril de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Diário Oficial de Porto Alegre**. Ano XXII, Ed. 5494, 2 de Maio de 2017. Disponível em: <http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/2082_ce_189822_1.pdf> Acesso em: 24 de Junho de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental**. Porto Alegre, 2010.

REIS, M. B. M. Produção/reprodução do capital no mundo contemporâneo da cultura. In: **Metamorfoses sociais e políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 65-83.

REVISTA PENSEIMÓVEIS. **4º Distrito: Área histórica da cidade retoma vocação de ser um “Caminho Novo”**. Disponível em: <<http://revista.penseimoveis.com.br/noticia/2011/04/4-distrito-area-historica-da-cidade-retoma-vocacao-de-ser-um-caminho-novo-3276322.html>> Acesso em: 15 de Junho de 2014.

RIBEIRO, D. A. Reflexões sobre o conceito e a ocorrência do processo de *gentrification* no Parque Histórico do Pelourinho, Salvador – BA. In: **Cadernos Metrópole**, v. 16, n. 32. São Paulo, nov. 2014. p. 461-486. Disponível em: <http://cadernosmetropole.net/system/artigos/arquivos/000/000/300/original/cm32_301.pdf?1474650660> Acesso em: 10 de Junho de 2017.

ROMO, C. **Ciudad creativa o neocolonialismo cool?**. Revista Horizontal. Mexico, 2015.

SAHR, W. D. “Ação e EspaçosMundos. A concretização de espacialidades na Geografia Cultural”. In: SERPA, Angelo. (Org.). **Espaços culturais**. Vivências, imaginações e representações. Salvador: EdUFBA, 2008, p. 33-57.

SÁNCHEZ, F. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. 2.ed. Chapecó, SC: Argos, 2010.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: EdUSP, 2006.

SANTOS, M., SOUZA, M. A. A., SILVEIRA, M. L. (Orgs.) **Território – Globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SAQUET, M. A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras expressões, 2001.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

SMITH, N. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. **GEOUSP** – Espaço e Tempo nº 21. São Paulo: 2007. p. 15-31.

SMITH, N. Gentrification, the frontier and the restructuring of urban space. In: SMITH, N., WILLIAMS, P. **Gentrification of the city**. Routledge: Londres, 1986. p. 15-34.

SMITH, N. New globalism, new urbanism: gentrification as global urban strategy. In: **Antipode**. v. 34, i. 3. 2002, p. 427-441.

SOJA, E. Tensiones urbanas: globalización, reestructuración económica y transición postmetropolitana. In: BENERÍA, L.; SAVITRI, B. **Global tensions**. Challenges and opportunities in the world economy. Londres: Routledge, 2004.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, M. J. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, C. F.; MÜLLER, D. M. **Porto Alegre e sua Evolução Urbana**. 2ª edição. Porto Alegre: UFRGS Editora, 1997.

SPOSITO, M. E. B. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Orgs.). **A Cidade Contemporânea**: Segregação Espacial. 1ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2013. p. 61-94.

TURKIENICZ, B. **Workshop 4º Distrito**: Grelha teórica. Faculdade de Arquitetura UFRGS, 2014. Disponível em: <<https://www.behance.net/gallery/18353523/Workshop-4-Distrito-Grelha-Teorica-no-espaco-urbano>> Acesso em: 02 de Novembro de 2014.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento. In: ARANTES, O. B. F., VAINER, C. B., MARICATO, E. **A cidade do pensamento único** – Desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.

VALENCIA, N. "Paris anuncia medidas radicais para impedir a gentrificação" [París anuncia medidas radicales para detener gentrificación]. **ArchDaily Brasil**. (Trad. Baratto, Romullo). 2015. Acesso em: 8 de Janeiro de 2018. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/759927/paris-anuncia-medidas-radicaais-para-impedir-gentrificacao>> ISSN 0719-8906

VASCONCELOS, P. A. A utilização dos agentes sociais nos estudos de geografia urbana: avanço ou recuo? In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. p. 75-96.

VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M (Orgs.). **A Cidade contemporânea**: Segregação Espacial. 1ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

VILA FLORES. **Projetos colaborativos na prática**: Arraial Vila Flores vem aí!. Disponível em: <<https://vilaflores.wordpress.com/2017/06/06/projetos-colaborativos-na-pratica-arraial-vila-flores-vem-ai/>> Acesso em: 13 de Setembro de 2017.

VIVANT, E. **O que é uma cidade criativa?** São Paulo: Editora Senac, 2012.

YÚDICE, G. Modelos de desarrollo cultural urbano: ¿gentrificación o urbanismo social?. In: **Alteridades**. v. 18, n. 36, Julho-Dezembro. Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Iztapalapa, México, 2008. p. 47-61.

ZERO HORA. Esta poderia ser a rua mais bonita da cidade. Saiba porque não é. **Zero Hora Pelas Ruas**. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto-alegre/pelas-ruas/noticia/2017/03/esta-rua-poderia-ser-a-mais-bonita-da-cidade-saiba-por-que-nao-e-9732018.html>>. Acesso em: 05 de Março de 2017.

ZUKIN, S. Gentrification: **Culture and Capital in the Urban Core**. Annual Review of Sociology, v. 13. 1987. p. 129-147.